

Pró-Reitoria Acadêmica
Escola de Educação, Tecnologia e Comunicação
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Comunicação
Mestrado em Comunicação
Defesa de Dissertação no Mestrado em Comunicação

**O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A
AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO:
Análise de conteúdos sobre modelos sociais e econômicos
do meio rural brasileiro**

MESTRANDO: REGINALDO MARCOS FÉLIX DE AGUIAR
ORIENTADOR: PROF. DR. ALEXANDRE SCHIRMER KIELING

REGINALDO MARCOS FÉLIX DE AGUIAR

**O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O
AGRONEGÓCIO:
Análise de conteúdos sobre modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM COMUNICAÇÃO, DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA, COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM COMUNICAÇÃO.

ORIENTADOR: PROF. DR. ALEXANDRE SCHIRMER. KIELING

BRASÍLIA-DF
2019

A282d Aguiar, Reginaldo Marcos Félix.

O discurso jornalístico sobre a agricultura familiar e o agronegócio: análise de conteúdos sobre modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro / Reginaldo Marcos Félix Aguiar – 2019.

119 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2019.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre S. Kieling

1. Comunicação. 2. Análise do discurso. 3. Agricultura familiar. 4. Agronegócio. I. Kieling, Alexandre S., orient. II. Título.

CDU 070

Dissertação de autoria de Reginaldo Marcos Félix De Aguiar, intitulada “O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGRONEGÓCIO: ANÁLISE DE CONTEÚDOS SOBRE MODELOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DO MEIO RURAL BRASILEIRO”, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação, defendida e aprovada em 14 de agosto de 2019 pela banca examinadora constituída por:



Prof. Dr. Alexandre Schirmer Kieling
Presidente da banca
Universidade Católica de Brasília - UCB



Prof. Dr. Rafael Castanheira Pedroso de Moraes
Examinador Interno
Universidade Católica de Brasília - UCB



Profa. Dra. Rochelle Cisne Frota D'Abreu
Examinadora Externa
Universidade Católica de Brasília - UCB

Este Mestrado em Comunicação corresponde a uma grande realização pessoal e profissional de um jornalista por vocação e dedicação à Comunicação, como ferramenta de informação, esclarecimento e libertação das minorias sociais, bem como no combate às explorações diversas a que boa parte da população está exposta. No entanto, este sonho realizado não seria alcançado sem apoio e contribuição dos parentes das famílias Félix e Aguiar, em especial aos pais – Maria das Graças Félix de Aguiar e Benedito Pinto de Aguiar –, e irmãos Roney, Rosângela, Beto, Regina e Rogério, aos quais se faz essa dedicatória.

AGRADECIMENTO

Concluir o curso de Mestrado em Comunicação é a realização de um sonho profissional e este feito só pode ser alcançado por conta da assistência logística do INCRA – órgão essencial para o desenvolvimento do Brasil onde trabalho como jornalista desde setembro de 2004. E no INCRA o agradecimento especial vai aos colegas da Assessoria de Comunicação Social e da Diretoria de Gestão Administrativa, pelos imprescindíveis apoios.

Agradecemos ainda aos colegas do Mestrado em Comunicação da Universidade Católica de Brasília, com quem dividimos por dois longos, mas prazerosos, anos as dúvidas e até as certezas provisórias – estas, muitas vezes postas à prova ao serem confrontadas com teorias, hipótese, postulados, paradoxos dos teóricos e especialistas dos campos e áreas de conhecimento sobre as quais se fez muitos e exaustivos estudos, pesquisas e debates.

Agradecemos também aos diversos profissionais da Universidade Católica de Brasília – coordenadores, professores e orientadores, secretários, pessoal de apoio técnico –, pela presteza, eficácia e eficiência na assistência, assessoria, orientação, que facilitaram, iluminaram, direcionaram nosso andar tortuoso, que variava entre algumas certezas e muitas dúvidas.

[...] Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.

é de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.

Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

é uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.[...]

“Morte e Vida Severina” – por João Cabral de Melo Neto / 1956.

RESUMO DE TRABALHO

AGUIAR, Reginaldo Marcos Félix de. O DISCURSO JORNALÍSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO: Análise de conteúdos sobre o meio rural brasileiro. 2019, 119 páginas; 30 cm. Trabalho apresentado como requisito para defesa ao Mestrado em Comunicação, da Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília/DF, 2019.

A presente Dissertação de Mestrado desenvolveu análise Crítica e de Discurso, a partir de conteúdos que alguns veículos de comunicação da imprensa divulgaram durante o período do chamado “Abril Vermelho”, nos anos de 2014 e 2017, sobre os modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro – Agricultura Familiar e Agronegócio. Os modelos, embora divergentes por um lado, por outro têm eles muita similaridade, pois atuam conjuntamente nos rincões do Brasil no desenvolvimento do meio rural, em assuntos relacionados à terra, propriedade rural, produção agropecuária, *comodities*, agricultura coletiva e de subsistência, reforma agrária. O referencial teórico de partida foi ancorado na Análise do Discurso, na busca de marcas simbólicas e discursiva nos textos analisados, aparada pela Teoria Crítica, teoria do agendamento – *Agenda-setting* –, e do *Newsmaking*.

Palavras chave: Jornalismo; agricultura familiar; reforma agrária; ruralista; agronegócio.

ABSTRACT

This Master's Dissertation developed a Critical and Discourse analysis, by means of the content that some media outlets published during the so-called "Abril Vermelho" period, in the years 2014 and 2017, on social and economic aspects of the Brazilian rural environment - Family Agriculture and Agribusiness. The models, although divergent on the one hand, on the other hand, have a great similarity, since they work together in the corners of Brazil in the development of the rural environment, in matters related to land, rural property, agricultural production, commodities, collective and subsistence agriculture, agrarian reform. The theoretical starting point was anchored in the Discourse Analysis, approach by looking for symbolic and discursive marks, trimmed by the Critical Theory, theory Agenda-setting and the Newsmaking.

Keywords: Journalism; family farming; agrarian reform; farmers; agribusiness.

RESUMEN

Esta Disertación de Maestría desarrolló un análisis crítico y del habla, a través del contenido que algunos medios de comunicación publicaron durante el período denominado "Abril Vermelho", en los años 2014 y 2017, sobre los modelos sociales y económicos del medio rural brasileño - Agricultura familiar y Agronegocios. Los modelos, aunque divergentes por un lado, por otro lado, tienen una gran similitud, ya que trabajan juntos en los rincones de Brasil en el desarrollo del medio ambiente rural, en asuntos relacionados con la tierra, la propiedad rural, la producción agrícola, los productos básicos, la agricultura colectiva y de subsistencia, la reforma agraria. El punto de partida teórico se basó en Análisis del Discurso, buscando marcas simbólicas y discursivas, recortado por la Teoría Crítica, las teorías *Agenda-setting* y *Newsmaking*.

Palabras clave: periodismo; agricultura familiar; reforma agraria; ruralistas agroindustria

SUMÁRIO

SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	16
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	16
1.1 Disputas por terras	16
1.2 Eclipsação social e renascimento	20
1.3 Revolução francesa	23
1.4 Ocupação das terras do Brasil	25
1.5 Incra	29
1.6 Reforma agrária	33
1.7 Movimentos sociais	35
1.8 Pensadores e movimentos sociais	40
CAPÍTULO II	43
2. MODELOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	43
2.1 Agricultura familiar	43
2.2 Agronegócio	46
2.3 Estrutura fundiária do Brasil	49
CAPÍTULO III	51
3. REFERENCIAL TEÓRICO	51
3.1 A moral e o outro	51
3.2 Teoria crítica e movimentos sociais	53
3.3. Agenda rural na mecânica jornalística	56
3.3.1 <i>Newsmaking</i>	56
3.3.2 <i>Agenda-setting</i>	59
3.4 Disputa de poder e sentido	64
3.5. Discurso	67
CAPÍTULO IV	71
4. Pesquisa	71
4.1 O Massacre de Eldorado	71
4.2. Recorte temporal	73
4.3. Universo de pesquisa	75
4.4 Estrutura da pesquisa	77
4.5 Apontamentos e análises	79
4.5.1 Dados mensurados	79
4.6 Agendamento e análises de Discurso e Crítica	84
4.6.1 Análise dos jornais	84
4.6.2 Agendamento e Crítica	101
4.7 Reflexões e apontamentos finais	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

INTRODUÇÃO

O tema agrário em todas as suas principais abordagens tem sido, em geral, polêmico e controverso. Quando as questões do setor são tratadas pelos veículos de comunicação, especialmente nas organizações jornalísticas, o conflito de abordagem é notadamente maior. De um lado estão os donos das grandes áreas agropecuárias, do Agronegócio que é o setor que mais produz riquezas e divisas ao país. De outro, os movimentos sociais e agricultores familiares que, somados, também são grandes produtores de alimentos para o mercado interno e ainda são muito mais numerosos - embora ocupem áreas com tamanhos individuais bem menores.

As disputas e confrontos de ideias e projetos de desenvolvimento social e econômico para o meio rural brasileiro entre os dois grupos acontecem nos mais variados ambientes físicos, sociais e simbólicos do país, como no setor político, cultural e econômico.

Nestes espaços os dois projetos são expostos, destacados ou diminuídos, a depender do enfoque aplicado, da ideologia política utilizada ou modelo social e econômico referência. A defesa do Agronegócio costuma argumentar que este modelo é a solução para o desenvolvimento do meio rural e o fim dos conflitos por terra no Brasil, pois somente altos investimentos financeiros em equipamentos, pesquisa agropecuária e mão de obra qualificada podem tirar o campo do atraso, ampliando produção, gerando renda local e divisas / exportações ao país. De forma mais velada, a defesa do Agronegócio costuma analisar a Agricultura Familiar, como rudimentar e pouco produtiva – já que individualmente, por produtor, tem baixo excedente, inviabilizando o comércio mais vigoroso e gerando baixa renda. Já a defesa da Agricultura Familiar argumenta que somados a produção do setor é muito grande, que alimenta o Brasil, pois 70% do que chega à mesa do brasileiro vem dela, que gera muito mais postos de trabalho por hectare ocupada, que mantêm a população no campo, reduzindo as migrações e o nível de favelização do país.

Nesse conflito de interesses e de leituras a principal uma das principais críticas feitas é dirigida à imprensa brasileira. Ela é compreendida de um lado como retrógrada em relação à questão agrária, comportando-se e defendendo posturas coloniais e politicamente contestáveis – fugindo do debate sobre a democratização de acesso à terra. E de outro, como progressista

ao abordar um tema de interesse geral – por se tratar da soberania territorial e alimentar do país –, grande gerador de renda e dividendos para economia do Brasil.

Bourdieu (1997) ao definir o conceito de Campo indicou que cada seguimento social se coloca com seus interesses e bandeiras no espaço social estabelecendo um terreno de embate pelo poder por meio do discurso. A batalha se trava pela construção de um capital simbólico que oferece condições de influência no ordenamento social e na lógica de dominação. Charaudeau (2013) observa que esse discurso, ao ser midiaticizado, reflete toda a dinâmica de conflito, interesse e disputa. Parte-se do pressuposto que a midiaticização da temática agrária, especialmente por meio do discurso jornalístico, resulta dessa tensão de Campos Sociais e das pressões internas e externas do Campo Jornalístico. O que resulta como problemática entender melhor a construção discursiva na mídia sobre questões da posse e uso da terra no Brasil.

É relevante se debruçar sobre a interpretação dos discursos divulgados pelos veículos de comunicação da imprensa, no que se refere aos modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro, buscando pistas e marcas simbólicas e discursivas que revelassem as bases das escolhas e avaliações que resultaram na linha de raciocínio, no posicionamento jornalístico diante do tema da reportagem, matéria jornalística, artigo ou nota publicada.

Assim, o desafio da presente pesquisa consistiu em analisar os seguintes aspectos:

A – como veículos de comunicação da imprensa tratam o viés das diferentes fontes que são defensores do Agronegócio e da Agricultura Familiar;

B – observar se há diferenças de tratamento por conta do aspecto econômico e social do Agronegócio e da Agricultura Familiar;

C – buscar marcas de estratificações políticas imbricadas no tratamento jornalístico dos temas relacionados ao Agronegócio e à Agricultura Familiar;

D – em caso de identificação positiva de agendamento ideológico, para ambos os casos, buscar quais razões, motivações disso? E qual a lógica desta prática, como acontece e quais os ingredientes da agenda jornalística que determina, justifica e sustenta tal diferenciação?

Para esse percurso, foram escolhidos três grandes jornais nacionais (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Correio Brasiliense) e jornais locais dos estados com mais

produção e atuação dos dois segmentos – Agronegócio e Agricultura Familiar –, além de cobertura nas áreas de maior conflito agrário do país. Foram escolhidas duas fases de cobertura da mídia do chamado “Abril Vermelho” – uma manifestação anual que cobra atendimento das reivindicações relacionadas à Reforma Agrária e lembra o “Massacre de Eldorado do Carajás”, que resultou na morte de 19 sem-terra no Sul do Pará, em 1996. Quanto ao recorte temporário propriamente dito, se escolheu o mês de abril do primeiro Governo de Dilma Rousseff, no ano de 2014, e do Governo de Michel Temer, em 2017.

A principal abordagem teórico-analítica que dá substrato ao percurso metodológico é a Análise de Discurso, tal como proposta por Charaudeau (2013), compreendida essa construção como resultante do embate de Campos Sociais em busca de capital simbólico, à luz de Bourdieu (1997), como já mencionado e que será retomada no Capítulo 3. O sociólogo francês ainda ensina que dinâmica do jornalismo se alimenta do habitus presente no Campo Jornalístico que englobam as práticas do fazer, da produção da notícia. Esses processos, por sua vez envolvem lógicas de escolhas e seleção. Para ajudar na observação dessas ações operativas houve o amparo de duas teorias caras ao Jornalismo: o agendamento - *Agenda-setting* -, e o *Newsmaking* (WOLF, 2005). Diante do objeto investigado, que são os textos jornalísticos, o olhar se direciona à construção da agenda noticiosa sobre o tema agrário.

Na pesquisa foram destacados dois atores sociais envolvidos nas temáticas analisadas: grandes produtores rurais e agricultores familiares. Associados a estes atores o trabalho identificou que há outros entes, como o Governo Federal – representado por órgãos que mantêm estreita relação com o meio rural, a exemplo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) –, e entidades, movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra e valorização do modelo de Agricultura Familiar, bem como existem outros agrupamentos sociais que fazem defesa do Agronegócio e sua modalidade de produção mecanizada em grandes propriedades rurais.

São feitas duas grandes estratificações em relação ao objeto de pesquisa – uma com caráter social e outra, econômico. A social está intimamente ligada à distribuição da terra – se por meio de ocupação natural histórica de áreas para produção; se em grandes projetos agropecuários de empresários; se por meio de programas governamentais de Reforma Agrária. Já o aspecto econômico está vinculado ao uso da terra para geração de renda / ganhos

financeiros, por meio da produção de alimentos, usando a Agricultura Familiar ou o Agronegócio.

Dessa maneira, estrutura-se esse texto de dissertação de Mestrado com as seguintes partes:

- a) Primeiro Capítulo – com apresentação de contextualização histórica mundial e brasileira da temática relacionada à disputa por terras, registro da evolução da humanidade em termos de técnicas de agricultura, confrontos entre grupos rivais por áreas férteis, eclipsação social e renascimento, revoluções e movimentos reivindicatórios, embate entre europeus, nativos indígenas e africanos por espaço no Brasil, leis sobre regularização fundiária e outros temas relacionados, reforma agrária e atuação do Incra, movimentos sociais e suas reivindicações;
- b) Segundo Capítulo – exposição com detalhamento sobre os dois modelos sociais e econômicos do meio rural, Agricultura Familiar e o Agronegócio, apontando suas características, pontos fortes e fraquezas / dificuldades, finalizando com dados e informações sobre a Estrutura Fundiária do Brasil;
- c) Terceiro Capítulo – o desenvolvimento conceitual que vai dar sustentação teórica a essa pesquisa é iniciando pela questão da moral na relação entre minorias sociais e as elites, passando para Teoria Crítica (com base nos pensadores da chamada “Escola de Frankfurt”), seguindo para as teorias de *Agenda-setting* e *Newsmaking*, (para ajudar na observação da mecânica que influencia ou determina a definição das pautas e abordagens na cobertura da imprensa); indo para a teoria da Semiótica para melhor analisar a questão dos símbolos e seus sentidos, fazendo uma introdução Análise de Discurso, que é fortemente trabalhada, pois é a principal abordagem teórico-analítica desta pesquisa;
- d) Quarto Capítulo – traz o detalhamento da pesquisa, iniciando com abordagem histórica do “Massacre de Eldorado do Carajás”, passando para recorte temporal e político do período e governos analisados, indo para a exposição do universo da pesquisa dos sete jornais e suas 410 edições, com definição da lógica de mapeamento e investigação desenvolvidas para uma eficiente análise dos conteúdos publicados pelos veículos de imprensa escolhidos, apresentação e exame dos dados e números mapeados, passando para a identificação do uso de agendamento e finalizando com análises Crítica e de Discurso, nas reflexões e apontamentos finais. A última parte é formada pelas Referências Bibliográficas.

CAPÍTULO I

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 DISPUTAS POR TERRAS

Como o tema é controverso e tem gerado, possivelmente, os maiores conflitos, disputas e guerras da humanidade, o desenvolvimento do estudo arrisca um levantamento histórico para contextualizar fatos e eventos sobre o assunto.

Em termos econômicos a terra é o ativo mais básico e, ao mesmo tempo, valioso do planeta, pois é nela onde se planta e produz comida, cria animais e extrai seus derivados (mel, carne, laticínios, couro, penas, etc), faz extração de minérios, retira água. Assim, afirma Ranieri (2003):

Em sua essência, todo produto obtido pelo Homem tem como origem o seu trabalho sobre a natureza. Foi a partir da relação Homem-natureza que se construiu o processo civilizatório. Esse processo foi acelerado quando o Homem começou a produzir excedentes. A posse desses excedentes, e dos benefícios deles decorrentes, sempre foi objeto de acirrada disputa. Neste contexto, a terra, juntamente com o trabalho, são as principais fontes da produção primária. O seu controle é determinante para a definição de quem, no conjunto da sociedade, apropriar-se-á dos produtos (riqueza) gerados. (2003, p. 6).

A história humana na agricultura indica que ela surgiu em substituição às práticas de caças e coletas, sendo realizada nas proximidades das moradias dos agrupamentos humanos, em terras já fertilizadas pelas águas dos rios, sem necessidade de realização de desmatamentos.

Mas este processo de desenvolvimento da agricultura teve diferenças e diversidades, de acordo com o clima, meio ambiente, disponibilidade de terras férteis e água. Em regiões áridas, por exemplo, houve desenvolvimento dos sistemas agrários hidráulicos com cultivos de inundação (vales do rio Nilo, no Egito) ou cultivos irrigados (dos vales do rio Indu, na Índia) constituíram-se na Mesopotâmia, e, nos oásis do Oriente Médio e nos vales do Império Inca, na América Latina. “Nas regiões tropicais úmidas (China, Índia, Vietnã, Tailândia, Indonésia, Madagascar, costa da Guiné na África etc.), sistemas hidráulicos [...] baseados na rizicultura aquática” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 45), foram desenvolvidos.

Essas ações dos agrupamentos humanos na alteração do meio ambiente – incluindo desmatamento, queimadas, desvio de cursos de riachos e rios –, adaptando-o para melhorar a produção agropecuária, fez profundas mudanças na geografia do meio rural, criando savanas diversas em regiões intertropicais com pluviometria intermediária, como na África, e desenvolvendo “nas regiões temperadas da Europa, após o desmatamento, toda uma série de sistemas pós-florestais sucederam-se e, de revolução agrícola em revolução agrícola, [...] aos sistemas atuais” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 46).

Por conta dessas ações humanas, há quem veja um desafio à evolução social, que põe em confronto o desenvolvimento da sociedade e da natureza, causado por esse globalismo de destruição do meio ambiente. Segundo Ianni, isso está associado as formas de vida social e trabalho:

Mais uma vez se, recoloca-se o problema das diversidades dos nichos ecológicos, das formas sociais de vida e trabalho, das singularidades das culturas, dos conhecimentos acumulados por tribos, povos e nações sobre o meio ambiente, suas relações com a ecologia local, com o ciclo das estações, as formas de reprodução das condições ambientais em que vivem e reproduzem grupos e coletividades, tribos e nações”. (IANNI, 2001, p. 24).

Com o passar dos milênios, houve ampliação das populações das tribos, povos e nações, levando à diminuição das áreas agropecuárias disponíveis para produção de alimentos a todos, pois havia muita gente para pouca terra:

[...] “Entre 3.000 e 1.000 a.C., a população mundial dobrou, passando de 50 a 100 milhões de indivíduos aproximadamente, isso se explica, ainda, em certa medida, pela extensão dos cultivos de derrubada-queimada, mas ela se explica também pelo grande desenvolvimento das grandes sociedades agrárias do Indus, da Mesopotâmia e do Nilo. [...]. Entre o ano 1.000 a.C. e o ano 1.000 d.C., a população mundial mais que dobrou, passando de 250 milhões de indivíduos aproximadamente, devido ao desenvolvimento dos sistemas hidráulicos de rizicultura de várzea dos vales e deltas da China, da Índia, do sudeste asiático e, em menor escala, devido ao desenvolvimento dos sistemas de agricultura hidráulica (Olmeca, Maias, Astecas, sociedades pré-incaicas etc.) que existiram na América [...]. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 91).

O aumento da população mundial, em muitos casos, levou às reivindicações, disputas o confronto por mais terras, havendo casos de guerras entre tribos, povos e nações. Para além da história de inúmeros conflitos entre os agrupamentos de povos da espécie humana nos últimos milhares de anos, os registros mais antigos que existem sobre movimentos

reivindicatórios dentro de uma mesma nação – o que se diferencia de confrontos com populações diferentes, em cultura e geografia –, estão uma espécie de greve no Egito Antigo e no Império Romano.

No Egito Antigo, durante o reinado do faraó Ramsés III, considerado o último dos grandes governantes egípcios, no ano de 1.155 a.C ocorreu a primeira greve de que se tem registro na história. Historiadores esclarecem que o monarca direcionou os recursos financeiros e humanos do Estado para usar em batalhas que defenderam o país de invasões estrangeiras, bem como manter suas posses imperiais no Levante (Palestina, Líbano e Síria), além da Líbia e na Núbia (atual Sudão). Aquele era ainda um período da transição da Era do Bronze para a Era do Ferro. Por toda a região do Norte e Leste da África, bem como do Oriente Próximo e no Mediterrâneo havia desmantelamento de rotas comerciais, enfraquecendo os Estados com perdas de suprimentos de mantimentos e outros produtos. No Egito, é o começo da queda do Império – um momento em que a luta de classes ficou evidente. Apesar da precarização das relações de trabalho naquela época, havia um tipo de pagamento pelos serviços prestados, como explica o historiador pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em Egito Antigo, Thomas de Toledo:

A arqueologia aponta (baseada em documentos, escavações de tumbas e estudos baseados em materialidade) é que a relação social de produção predominante no Antigo Egito era de assalariamento. Mas o sistema não era como o de hoje, no qual se paga com dinheiro. Naquele contexto, pagava-se com os produtos mais comuns, como rações de trigo e cevada, que eram matérias-primas para pão, cerveja, bolos e sopas.¹

A crise no Egito se agravou, levando à falta de regularidade de pagamentos aos trabalhadores da aldeia de Deir el-Medina que construía a tumba de Ramsés III. Eles alegavam falta de trigo e até de óleo para o corpo. Pedreiros, cinzeladores, pintores, carpinteiros, marceneiros, mumificadores, guardas, artesãos de vários tipos, todos eram pagos mensalmente com cereais, mas após um mês ou dois de trabalho nada receberam. Assim, os trabalhadores cruzaram os braços, mesmo com apelos das autoridades para que voltassem ao trabalho. A falta de solução nos três dias que se seguiram, levou os trabalhadores a invadir o Ramesseum, que era o templo funerário do faraó Ramsés II. A ocupação foi ordeira e só foi

¹ - <https://portaletb.org.br/site/noticias/internacional/como-os-operarios-do-egito-antigo-fizeram-a-primeira-greve-da-historia> (acessado em 19.02.2019)

resolvida momentaneamente após os operários solicitarem a intervenção do próprio faraó e do vizir, como destaca o texto do Papiro Harris:

Apesar de disciplinados, os operários declararam: ‘Viemos [sic] até aqui (no Ramesseum) porque temos fome, porque não temos roupa, nem peixe, nem óleo, nem verduras. Contai isto ao faraó, nosso Bom Senhor, e ao Vizir, nosso Chefe. Fazei com que possamos viver’².

Nos dois meses seguintes ocorreram novos protestos, que cessaram apenas com o pagamento dos atrasados e da regularização da entrega de mantimentos.

A outra grande nação do mundo antigo a ter vasto registro de conflitos sociais entre marginalizados e a elite foi o Império Romano. Eram basicamente disputa entre os patrícios (minoria descendente das primeiras famílias que povoaram Roma, proprietários de terras e ocupavam importantes cargos públicos e, por isso, estavam no topo da pirâmide social) e plebeus – estes, na maioria, trabalhadores livres que atuavam principalmente no comércio e artesanato, não sendo atrelados ao poder e à proteção dos proprietários de terra, sofriam forte marginalização das instituições e cultura romana, apesar de serem a grande maioria da população. Os outros agrupamentos sociais que formavam a sociedade romana eram: clientes (que mesmo sendo livres, viviam atrelados aos patrícios, pois se constituía por estrangeiros e refugiados pobres), escravos (sem nenhum direito social, pois a maioria era preso de guerra, sendo vendidos como mercadoria) e libertos (ex-escravos que obtinham a liberdade por concessão de seus proprietários, por abandono ou até mesmo pela própria compra).

Mesmo com o surgimento da República, os plebeus continuavam uma classe desprovida de direitos políticos, pois nos órgãos governamentais só havia membros da aristocracia romana. Mas o aumento da economia de Roma fez com que parte da classe plebeia enriquecesse com o comércio. Muitos plebeus rejeitavam as punições e exigências de um sistema governamental no qual não tinham nenhuma representatividade.

Uma série de revoltas plebeias ocorreu na cidade de Roma, a partir do século V, antes de Cristo. Os plebeus exigiram a reforma das instituições políticas romanas. Composto uma população bastante numerosa, os plebeus representavam uma grande ameaça aos interesses

² - <https://cpantiguidade.wordpress.com/2009/11/13/ramses-iii-e-a-primeira-greve-mencionada-pela-historia/>
(acessado em 19.02.2019)

dos patrícios. Ao longo de três séculos, ocorreram algumas revoltas plebeias que conseguiram reorganizar o cenário político romano. A primeira dessas revoltas é destacada abaixo:

Em 494 a.C., centenas de plebeus rebelados se retiraram para o Monte Sagrado (o monte Avelino) e ameaçaram fundar outra cidade, caso suas reivindicações não fossem atendidas. Entre diversas exigências, as camadas populares alcançaram o direito de eleger seus próprios magistrados, os tribunos da plebe. Sua pessoa era inviolável e dispunham de poder de veto [...]. (MOTA; BRAICK, 1997, p. 49).

Já no ano de 450 a.C. ocorreu mais uma importante conquista dos plebeus, fruto das reivindicações do grupo social. Foi feita publicação de leis escritas garantindo igualdade jurídica entre patrícios e plebeus. Essas normas ficaram conhecidas como as Leis das Doze Tábuas. Cinco anos depois, outra revolta exigiu a permissão do casamento entre plebeus e patrícios – o que ocorreu com a Lei da Canuléia. Em 367 a.C. uma nova lei foi estabelecida mediante revoltas plebeias, liberando plebeus pequenos proprietários rurais tornados escravos por se endividarem fruto de concorrência econômica dos patrícios - donos de vastas áreas de terras. Já em 287 a.C. ocorre uma das últimas grandes revoltas plebeias, quando eles garantiram a validade jurídica das leis formuladas pelos Tribunos da Plebe, de forma que fosse respeitada em toda extensão dos domínios romanos.

No último século da República, quando o conflito social voltou a ascender, apresentou os traços perturbadoramente modernos de um confronto entre despossuídos e privilegiados, entre sem-terra e os latifundiários, entre a multidão de escravos e os que exploravam o seu trabalho no campo e nas cidades. (MOTA; BRAICK, 1997, p. 50).

O crescimento de Roma e a necessidade de alimentar uma enorme população levou o Império à exploração de terras para além de seus limites territoriais, na atual Península Itálica. Com isso, invasão de territórios de nações próximas tornou-se uma atividade corriqueira:

[...] os romanos alimentavam seus famintos graças às colheitas de seus vizinhos e cultivavam terras cedidas por seus inimigos conquistados. Os vencidos eram também obrigados a fornecer reservas (e mão de obra) a fim de permitir as etapas ulteriores da conquista. Com o tempo, os romanos pilharam e exploraram os recursos dos países de além-mar. Foi sobre o excedente extraído dos Estados-súditos que os soldados romanos e os civis não produtivos se alimentavam. (GARNSEY apud MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 284).

1.2 ECLIPSAÇÃO SOCIAL E RENASCIMENTO

Estes relatos de movimentos reivindicatórios no Egito e Roma antigos são apenas alguns casos de reivindicação e conflitos, que ocorreram por todo o mundo, em disputas e confrontos por direitos e terras entre trabalhadores rurais das mais diversas modalidades e as elites donas de grandes áreas.

Entre essas disputas e conflitos por terras no Oriente Médio, Índia, China e continente Americano, com Incas, Astecas e Maias há riqueza de registros documentais na Europa Medieval – período que se iniciou com a queda do Império Romano do Ocidente, levando o continente a entrar na chamada de Idade Média, caracterizada pelo fenômeno de depressão econômica, cultural e tecnológica ocorrida naquela região (já que nos outros continentes a vida pulsava normalmente).

Nessa sociedade em que a produção por habitante diminuía, a partilha dos frutos do trabalho tornava-se cada vez mais difícil e conflitante. Nas cidades, a oposição entre ricos e pobres, as reivindicações salariais e contra os impostos, as rebeliões contra os especuladores e contra os usurários tornaram-se cada vez mais violentas. Atacava-se tudo o que era “estrangeiro”: judeus, mercadores flamengos, italianos, hanseáticos... Nos campos onde reinava a miséria, a resistência se organizou contra as exações e as pilhagens. Em seguida os motins eclodiram, multiplicaram-se, estendendo-se e unindo-se em vastos levantes regionais, como a insurreição de Flandres marítima (1323-1328), a revolta camponesa de Ile-de-France, as revoltas dos bandos armados de Wat Tyler na Inglaterra, os Tuchins no Languedoc etc. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 346).

Na Idade Média europeia houve uma eclipsação das pessoas e de suas atividades diversas, restringindo-as aos burgos e feudos – principalmente, já que havia poucos lugares com mais atividade, a exemplo da Península Ibérica, sob domínio dos mouros.

A servidão era um tipo de relação comum entre donos de terras e camponeses durante a Idade Média europeia, nas áreas correspondentes aos feudos, sendo que havia coerção às pessoas e cobranças de tributos pelo uso dos espaços cultiváveis, de pastoreio e florestas, bem como de equipamentos.

O modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês servo (servidão). Através dessa propriedade limitada do senhor sobre a pessoa do camponês servo foi edificada a coerção feudal. Ela permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais. (OLIVEIRA, 2007, p. 13).

Após Idade Média europeia, veio o chamado Renascimento – isso porque em comparação à depressão cultural do período anterior, este era muito mais efervescente em termos de inovações do pensamento, tecnologia, artes, comportamento, etc. No Renascimento houve intensa revalorização das referências da Antiguidade Clássica e diminuindo a influência do dogmatismo religioso e do misticismo sobre a cultura e a sociedade. A valorização da racionalidade, da ciência e da natureza são outras características marcantes. O ser humano ganha mais dignidade e é colocado no centro da Criação, levando ao desenvolvimento da principal corrente de pensamento do período, chamada Humanismo. Iniciado na Itália, o movimento espalhou-se por todos os países da Europa Ocidental, impulsionado pelo desenvolvimento da imprensa e pela circulação de artistas e obras.

O Renascimento deu à Europa – e a boa parte de seus seguidores da chamada alta cultura por todo o mundo –, novas referências de pensamento, estética e comportamento social. Essas inovações também trazem a semente de uma mudança de visão do ser humano, inclusive enquanto trabalhador no campo e cidade. Também trouxe inovações em relação ao conhecimento científico da agropecuária:

Foi nesta época que a agronomia fez sua estreia na Universidade. Walter de Henley, beneditino inglês experiente na gestão de grandes domínios agrícolas, foi convidado pela Universidade de Oxford a proferir conferência sobre esse assunto. Foi autor de um célebre livro sobre a agricultura, *Enseignement agricole (Ensino agrícola)*, no qual tratou da boa gestão de uma propriedade, das lavrações e da distribuição de esterco, da escolha das sementes, da condução do gado etc. Na segunda metade do século XIII, outros tratados de agricultura foram escritos na Inglaterra. Aqueles redigidos em língua vulgar conheceram um vivo sucesso em toda a Europa, junto aos proprietários desejosos de melhorar a gestão de seus domínios. Mas é preciso destacar que esses manuais não precederam a revolução agrícola da Idade Média: ao contrário, eles tiraram lições da experiência acumulada no seu decorrer. Um outro tratado de agricultura, redigido pelo italiano Pietro di Crescenzi, teve grande impacto no século XIV. Ao contrário dos precedentes, esse livro se situava na tradição dos agrônomos latinos e referia-se à agricultura praticada no sul da Europa. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 341).

Neste período do Renascimento ocorre uma revolução na forma de trabalho intelectual, na busca pelo conhecimento científico. Isso, porque em 1637 foi publicado pelo filósofo, físico e matemático francês, René Descartes, o livro *Discurso do Método*. Essa obra foi revolucionária por colocar em dúvida todo o conhecimento que Descartes herdou de seus mestres jesuítas. Descartes decide demolir toda essa base herdada da Filosofia Escolástica para produzir uma nova construção, mais sólida. Assim, Descartes propõe as seguintes etapas para o seu novo método:

O primeiro era de nunca aceitar coisa alguma como verdadeira sem que a conhecesse como tal [...] e não incluir em meus juízos nada além daquilo que se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.

O segundo, dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para poder resolvê-las.

O terceiro, conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos [...].

E o último, fazer em tudo enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir. (DESCARTES, 1996, p. 23).

O pensamento de Descartes, no século XVII, foi de certa forma revolucionário naquela época de sociedade com forte influência da Igreja e sem tradição de produção de conhecimento científico. É considerado um dos precursores do Racionalismo e um dos pensadores mais importantes e influentes da História do Pensamento Ocidental, inspirando contra e a favor gerações de filósofos e matemáticos – a exemplo do movimento filosófico que seria o seu rival, o Empirismo.

Essa mudança de visão de mundo pela ciência contribuiu para fomentar a ideia de que nem todas as coisas (posses, direitos, conhecimentos, informações, comportamentos, sentimentos, pensamentos, postura, etc) são estáticas, divinizadas, mas que podem ser alteradas no benefício da população e dos trabalhadores. E isso foi aplicado na Revolução Francesa, que mudou totalmente as relações de trabalho e servidão feudalista em boa parte da Europa.

1.3 REVOLUÇÃO FRANCESA

A ideia, o vislumbre de se lutar por direitos sociais é revigorado com a inovadora concepção que põe o homem no centro das transformações – e não mais o divino. Essa concepção surge com os iluministas do Renascimento, que valorizam a razão, em contraposição à emoção.

Essas ideias influenciaram na França grupos políticos radicais, das massas nas ruas e de camponeses na região rural, a derrubarem antigos ideais da tradição e da hierarquia de monarcas, aristocratas e da Igreja Católica. Isso tudo foi substituído pelos novos princípios de *Liberté, Égalité, Fraternité*, inovando em termos de discurso que empoderava as massas, como relata o historiador Eric Hobsbawm:

A Revolução Francesa pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos e suas conseqüências [*sic*] foram, portanto, mais profundas. Em primeiro lugar, ela se deu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (não considerando a Rússia). Em 1789, cerca de um em cada cinco europeus era francês. Em segundo lugar, ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. (HOBSBAWM, 1977, p. 72).

Durante a Revolução Francesa (1789-1799) houve um período de intensa agitação política e social na França. Claro que as causas foram diversas, com destaque para envolvimento da França em várias guerras, os altos gastos da Corte de Luís XVI, o antigo regime francês, a ascensão da burguesia, a manutenção do Mercantilismo e os ideais do Iluminismo. Essa má gestão virou fermento para inflamar as massas na França e influenciou levantes revolucionários por todo o mundo, nos séculos seguintes, como relata Hobsbawm: “Veremos as massas indo além dos objetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador [...]” (HOBSBAWM, 1977, p. 80).

A má gestão da corte francesa ficou evidente com a crise de desabastecimento provocada por algumas causas ambientais / meteorológicas, a exemplo de uma série de fracassos na agricultura que causou uma falta de grãos e elevação do preço do pão. Isso, porque nos dois anos anteriores à Revolução colheitas ruins e invernos rigorosos - por conta de um forte ciclo de *El Niño*, a erupção do vulcão Laki³ (na Islândia, em 1783), e uma pequena idade do gelo -, afetaram a produção da agricultura na Europa. Assim, muitos europeus adotaram a batata como um alimento básico, mas os franceses a recusaram por considerar comida suja. Com isso veio a fome, as revoltas populares e a Revolução Francesa. E entre as reivindicações estava a de democratização de acesso à terra, que se tornou uma pauta essencial dos diversos movimentos revolucionários subsequentes, como aponta Hobsbawm:

A revolução da propriedade de terras foi o aspecto político do rompimento da tradicional sociedade agrária; sua invasão pela nova economia rural e pelo mercado mundial, o aspecto econômico. No período de 1787 a 1848, essa transformação econômica foi ainda imperfeita, como se pode medir pelas modestíssimas taxas de emigração. As ferrovias e os navios a vapor mal tinham começado a criar um único mercado mundial agrícola quando da grande depressão agrária do final do século

³ http://arqueovox.com/ax_laki-islandia-1783-o-vulcao-que-desencadeou-a-revolucao-francesa.html (acessado em 22.02.2018)

XIX. A agricultura local era, portanto, grandemente protegida da competição internacional ou até mesmo interprovincial. A competição industrial pouco efeito produzia sobre os inúmeros ofícios de aldeia ou manufaturas domésticas, exceto talvez o de direcioná-los para a produção para mercados maiores. (HOBSBAWM, 1977, p. 183.)

O século XVIII ficaria conhecido como o das revoluções não apenas pelos movimentos ocorridos da França, mas também pelas revoltas que se espalham pelo mundo.

A Primavera dos Povos ou Revoluções de 1848 é assim chamada à série de atividades revolucionárias que ocorreram na Europa Central e Oriental, em retaliação aos regimes governamentais autocráticos, de crises econômicas, falta de representação política das classes médias e do nacionalismo. Essas revoluções, de caráter nacionalista, liberal e democrático, tiveram início com uma crise econômica na França e foi a onda revolucionária mais abrangente da Europa. Segundo Hobsbawm, a rebelião era uma das únicas alternativas do povo pobre da Europa:

A alternativa da fuga ou da derrota era a rebelião. A situação dos trabalhadores pobres, e especialmente do proletariado industrial que formava seu núcleo, era tal que a rebelião era não somente possível, mas virtualmente compulsória. Nada foi mais inevitável na primeira metade do século XIX do que o aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista, assim como a intranqüilidade [*sic*] revolucionária das massas. A revolução de 1848 foi sua consequência [*sic*] direta. Entre 1815 e 1848, nenhum observador consciente podia negar que a situação dos trabalhadores pobres era assustadora. E já em 1840 esses observadores eram muitos e advertiam que tal situação piorava cada vez mais. (HOBSBAWM, 1977, p. 226).

1.4 OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO BRASIL

Desde 1500, com a chegada oficial dos colonizadores portugueses no Brasil tem início a exploração dos recursos naturais, minerais e humanos das terras do “Novo Mundo” pela Coroa lusitana e as elites políticas e econômicas ligadas à corte de Lisboa.

O então rei de Portugal Dom João III criou, em 1534, no Brasil 14 Capitanias Hereditárias, que eram divididas em 15 lotes – destes, doze foram repassados a integrantes da nobreza portuguesa. Com combinação de elementos feudais e capitalistas, o sistema de donatários vinha sendo usado pelo Império Português nas ilhas da Madeira e dos Açores, no arquipélago de Cabo Verde e, em Angola, na África.

O donatário da capitania era a autoridade máxima dentro da área, tendo o compromisso de desenvolvê-la com recursos próprios, embora não fosse o seu proprietário. O vínculo jurídico entre o rei de Portugal e cada donatário era estabelecido em dois documentos: a Carta de Doação, que conferia a posse, e a Carta Foral que determinava direitos e deveres. Assim, pela primeira vez no Brasil, o donatário recebia a posse da terra, podendo transmiti-la aos filhos, mas não a vender. Ele devia fundar vilas, distribuir terras a quem desejasse cultivá-las, construir engenhos. O donatário exercia plena autoridade no campo judicial e administrativo para nomear funcionários e aplicar a justiça. Podia escravizar os indígenas, obrigando-os a trabalhar na lavoura ou enviá-los como escravos a Portugal até o limite de 30 por ano. Com as Capitanias Hereditárias surgiu o latifúndio no Brasil.

Essas ocupações de terras brasileiras resultaram em muita destruição do meio ambiente, como é o caso da exploração descontrolada que quase levou à extinção do pau-brasil (madeira que deu nome ao país e é original da Mata Atlântica, com ocorrência do extremo Nordeste do Brasil até o atual estado do Rio de Janeiro).

No rol de destruição trazida pelos portugueses nas primeiras décadas de ocupação das terras do Brasil se pode incluir o genocídio de agrupamentos inteiros de nativos. A publicação Brasil: 500 anos de povoamento, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, estima que a população naquele momento poderia chegar a 6,8 milhões de índios (BRASIL, IBGE, 2007, p. 37). Já o censo populacional de 2010, do mesmo IBGE, indica que este número estava em torno de 890 mil pessoas – distribuídos em aproximadamente 300 etnias⁴.

A atuação maciça de povos estrangeiros – principalmente europeus e africanos escravizados –, para realizar a ocupação das terras brasileiras ocorreu durante diversas gerações sem qualquer lei ou ordenamento jurídico que protegesse populações nativas, o meio ambiente e as relações de uso / exploração, posse e propriedade.

Relatos de historiadores atestam que nos primeiros séculos da história do Brasil houve por todo o país confrontos com indígenas, pela posse da terra e suas reservas minerais, vegetais e produtivas. Milhões de índios do Brasil morreram após as primeiras gerações de

⁴ <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia> (acesso em 19.02.19)

contato com exploradores portugueses, incluindo por meio de doenças às quais não tinham imunidade:

[...] os micro-organismos não incidiram num vácuo social e político, e sim num mundo socialmente ordenado. Particularmente nefasta foi a política de concentração da população praticada por missionários e pelos órgãos oficiais, pois a alta densidade dos aldeamentos favoreceu as epidemias, sem no entanto garantir o aprovisionamento. O sarampo e a varíola, que entre 1562 e 1564 assolaram as aldeias da Bahia, fizeram os índios morrerem tanto das doenças quanto de fome, a tal ponto que os sobreviventes preferiam vender-se como escravos a morrer à míngua. (CUNHA, 2012, p. 15).

As mortes de indígenas ocorriam também por conta de confrontos, guerras com conquistadores portugueses ou provocadas por estes entre agrupamentos de índios de regiões, línguas diferentes:

O exacerbamento da guerra indígena, provocado pela sede de escravos, as guerras de conquista e de apresamento em que os índios de aldeia eram alistados contra os índios ditos hostis, as grandes fomes que tradicionalmente acompanhavam as guerras, a desestruturação social, a fuga para novas regiões das quais se desconheciam os recursos ou se tinha de enfrentar os habitantes [...], a exploração do trabalho indígena, tudo isso pesou decisivamente na dizimação dos índios. (CUNHA, 2012, p. 15)

Na histórica obra “Casa-Grande & senzala”, Gilberto Freire, faz uma série de relatos dos cotidianos do Brasil Colônia, em suas primeiras décadas de ocupação / colonização portuguesa. Em um dos trechos do livro Freire cita a formação no Brasil de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida:

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor. Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição. (FREIRE, 2003, p. 65)

Com a chegada dos negros e a exploração deles, enquanto escravos, pelos senhores europeus e seus descendentes já nascidos no Brasil os confrontos por liberdade e terra foram

uma constante – apesar da repressão e a diferença de força, recursos e equipamentos de guerrilha entre os dois grupos.

Um dos maiores exemplos de resistência e luta por liberdade e terras é o Quilombo dos Palmares, cuja fundação foi feita em 1580 por negros fugidos do trabalho escravo nos engenhos de açúcar das capitanias de Pernambuco e Bahia.

Aproveitando-se da crise associada ao conflito entre holandeses e luso-brasileiros, centenas de cativos, que haviam fugido para as matas da Serra da Barriga (atual Estado de Alagoas), ajudaram a consolidar o maior, mais duradouro e organizado quilombo do Brasil: o Quilombo dos Palmares [...]. (MOTA; BRAICK, 1997, p. 222).

O quilombo existiu por 114 anos e chegou a ter 30 mil negros, ocupando uma área do tamanho de Portugal. Em 1655 lá nasceu livre Zumbi, que aos seis anos de idade foi capturado e obrigado a servir a uma igreja em cidade próxima, onde aprendeu português e Latim. Em 1680 Zumbi se torna líder do Quilombo e comanda a resistência contra as tropas portuguesas. Mas em 6 de fevereiro de 1694 a capital de Palmares foi destruída e Zumbi ferido. Ele foge, mas em 20 de novembro de 1695 é morto, juntamente com vinte guerreiros negros que o protegiam. Sua cabeça foi cortada, salgada e exposta em praça pública em Recife (PE).

Portanto, o perfil da economia e modelo de produção de riquezas agropecuária no Brasil Colônia era de exploração das terras e pessoas com objetivo de conseguir o máximo de lucros financeiros:

A economia brasileira foi caracterizada, desde o descobrimento (1500) até a independência (1822), como essencialmente agrícola, monocultora, com base na mão-de-obra [sic] escrava, voltada para o Exterior, e com o domínio das grandes propriedades de terra. (SPAROVEK, 2003, p. 10).

Somente com a Lei de Terras – como ficou conhecida a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 –, teve início a primeira ação legal no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil.

Em 1888, com a promulgação da Lei Áurea, houve finalmente a libertação dos escravos negros no Brasil, mas sem indenizar os senhores e ferindo o direito de propriedade da época. Isso fez com que houvesse maior resistência dos conservadores à abolição da

escravatura, causando mais dificuldades para outras conquistas – como uma reforma agrária que possibilitasse pequena propriedade rural aos libertos.

Em 1889, com a instauração da República – um ano e meio após a libertação dos escravos –, em quase nada melhorou o perfil da distribuição de terras no Brasil. E essas terras era disputadas pelas elites política e financeiras com os agrupamentos humanos sem-terra, levando a criação por estes de alguns importantes movimentos reivindicatórios e de luta armada, por várias partes do país.

Muitos foram seus movimentos. Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

Durante o Governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937 a 1945) e nas vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) criou as “Ligas Camponesas”, estabelecidas em vários municípios do país, composto majoritariamente por trabalhadores rurais. Depois de mudança de governos e muita repressão, as Ligas Camponesas praticamente desapareceram.

Após o Golpe Militar de 1964, ressurgiram no Nordeste brasileiro as Ligas Camponesas, que foram duramente combatidas pelo Governo. No entanto, como forma de abafar o movimento em favor da democratização de acesso à terra no Brasil, o Regime Militar deu o primeiro passo para a realização da reforma agrária no País. Assim, o Estatuto da Terra é editado (Lei nº 4.504, de 1964) e em 1970 é criado o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

1.5 INCRA

Na história do Brasil os sucessivos governantes – desde a Coroa Portuguesa, os imperadores nacionais, ditadores e os presidentes da República –, pouco fizeram para realizar um efetivo ordenamento da estrutura fundiária, regularizando posses dos que estavam vivendo e produzindo nas terras por diversas gerações, bem como criaram programas e políticas eficientes de democratização de acesso à terra, como a Reforma Agrária.

Cobranças, reivindicações, pressões, ocupações de terras, resistências, negociações, bem como conflito de ideias e físicos também ocorreram na história fundiária e agrária do Brasil. Os quilombos são exemplos históricos disso desde o século XVI. Assim como as Ligas Camponesas, que passaram de um braço político agrário do PCB, nos anos 40 do Século XX, para uma resistência mais focada na luta pela democratização de acesso à terra e reforma agrária nos anos 60.

Eis que em 1964 assume o comando do Poder Executivo militares das forças armadas, após derrubarem da Presidência da República, João Goulart, que era democraticamente eleito. “Golpe Militar de 1964”, “Revolução de 1964”, “Contragolpe de 1964” ou “Contrarrevolução de 1964”, independentemente do nome que se use para aquela intervenção no Governo Federal, a historiografia brasileira recente aponta que foi uma ação civil-militar na qual houve apoio de parte de segmentos importantes da sociedade, a exemplo de grandes proprietários rurais, industriais, classe média urbana, Igreja Católica, imprensa.

Para além de combater corrupção e comunismo, bem como buscar melhorar a economia do país, o Golpe de 64 também pretendeu acabar com as “reformas de base”, que eram medidas econômicas e sociais, com viés nacionalista e intervenção do Estado na economia. Isso era visto pela oposição como a criação de um país socialista, pois entre as ações estavam: reformas agrária, bancária, fiscal, urbana, eleitoral e educacional.

Evidentemente que com o Golpe de 64 houve retração política e reivindicatória por todo o país, pois a repressão contra qualquer manifestação ou atividade organizativa para solicitar atendimento a direito legal ou natural cresceu amplamente. Prisões, agressões, torturas, assassinatos eram cotidianos naqueles tempos.

Mas no meio rural, longe dos grandes efetivos militares repressores as organizações políticas e reivindicatórias por acesso à terra começaram a crescer, levando ao ressurgir das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro. O movimento crescia e o Governo avaliou que em vez de repreender poderia trazer essa demanda para seu lado. Assim, ainda em 1964, foi publicada a Lei nº 4.504, conhecida como Estatuto da Terra, por trazer uma série de ordenamentos jurídicos básicos para a democratização de acesso à terra no Brasil.

Devido ao intenso debate sobre o tema e ao comprometimento de outros países latino-americanos com a realização da reforma agrária, firmado através da Carta de Punta del Este, o novo governo incluiu-a como uma de suas prioridades. Foi elaborada e aprovada a Emenda Constitucional, de 10 de novembro de 1964, que permitia à União promover a desapropriação por interesse social, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública. Em 30 de novembro de 1964, foi sancionada a Lei 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Ao mesmo tempo, foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. (SPAROVEK, 2003, p. 11).

Mas como só a lei não resolvia os problemas no campo, em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456⁵ traz a aprovação dos “Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária”, que não foram postos em prática.

Enfim, o Governo se convenceu que para aplicar o Estatuto da Terra e executar planos de efetivação da política pública de democratização de acesso à terra era necessário órgão específico, forte, com orçamento volumoso e quadro de funcionários em número necessário. Assim, em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110⁶ criou a autarquia federal Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA).

Desde a fundação do Incra, em 1970, até 1985 o órgão foi usado para realizar uma “Política de Estado”, de incentivos à ocupação da Amazônia e Centro-Oeste nos programas de colonização oficial, de colonização particular e de regularização fundiárias de grandes áreas de terras públicas. Este foco muda um pouco com a aprovação efetiva do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA)⁷, em 1985, por meio do Decreto nº 91.766, que tinha dentre outras metas o assentamento de um milhão e quatrocentos mil famílias. O I PNRA provocou inúmeras reações de forças políticas contrárias à realização de um amplo programa de reforma agrária e isso resultou na extinção do Incra, em outubro de 1987. Após muita pressão de movimentos sociais, políticos defensores da causa, sindicalistas e servidores, o Incra foi restabelecido em 29 de março de 1989, vez que o Congresso Nacional rejeitou o

⁵ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59456-4-novembro-1966-399970-publicacaooriginal-38471-pe.html> (Acessado em 19.02.19)

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1110.htm (Acessado em 19.02.19)

⁷ http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf (Acessado em 19.02.19)

Decreto-lei 2.363⁸, de 23 de outubro de 1987. No entanto, o órgão permaneceu praticamente paralisado, por falta de verba e de apoio político⁹.

Embora tenha seu quadro de pessoal severamente reduzido de nove mil (entre os anos 70 e 90) para cerca de quatro mil servidores (dados de 2018), o Incra teve nos últimos anos sua atuação territorial acrescida em 33 vezes – saltando de 61 para mais de 2000 municípios de todo o país. Ao mesmo tempo, o quantitativo de Projetos de Assentamento aumentou em 135 vezes – saindo de 67 para 9.369 unidades, cuja área total passou de 9,8 milhões de hectares para pouco mais de 88,4 milhões de hectares. Já o número de famílias assentadas passou de 117 mil para aproximadamente um milhão, ou quatro milhões de pessoas.

Atualmente são atendidos diretamente pelo Incra cerca de 10 milhões de brasileiros, entre assentados, acampados, quilombolas, ribeirinhos, moradores de reservas extrativistas. Além de executar a Política de Reforma Agrária no Brasil, o Incra é também o responsável pela desintrusão (realocamento) de não-índios e da regularização de terras das comunidades remanescentes de quilombo. Contabiliza-se no Brasil (segundo dados do próprio Incra) 2.648 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Outro público atendido pelo Incra é de proprietários rurais, com cerca de 6,5 milhões de imóveis rurais particulares, já que o Instituto é também o gestor do Cadastro Rural de terras e responsável pela certificação de georreferenciamento de imóveis rurais. O Incra ainda emite o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), que é um documento indispensável para transferir, arrendar, hipotecar, desmembrar, partilhar (divórcio ou herança) e obter financiamento bancário.

Em termos institucionais o Incra atualmente tem uma sede, em Brasília, 30 superintendências regionais em todos os estados e Distrito Federal, cerca de 40 unidades avançadas e parceria com aproximadamente dois mil municípios, nos quais criou Unidades Municipais de Cadastramento (UMCs) para atender seus diversos públicos.

⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De12363.htm (Acessado em 19.02.19)

⁹ http://www.cnasi.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=693:cnasi-completa-30-anos-em-defesa-da-reforma-agraria-do-incra-e-de-seus-servidores&catid=1:ultimas&Itemid=34 (acessado em 19.02.19)

Há cerca de 50 assessores de imprensa / comunicação no Incra para produzir e divulgar conteúdos comunicativos relacionados às atividades do órgão, tanto por meio de sua página e redes sociais na internet, quanto junto à imprensa.

1.6 REFORMA AGRÁRIA

Entende-se por Reforma Agrária a transferência de domínio de terras dos latifundiários para famílias que historicamente tiveram relação com o meio rural, mas não têm posse dessas áreas – que ao mesmo tempo são importantes para a produção de gêneros de primeira necessidade daquele núcleo familiar e excedentes para comercialização nas comunidades e municípios próximos (gerando renda), bem como da preservação ambiental (já que a relação da Agricultura Familiar com o meio ambiente normalmente tem baixo impacto, em comparação com a Agropecuária comercial), da cultura e do modo de vida rural, além da manutenção das pessoas no campo (em vez de migrarem para a periferia das grandes cidades, contribuindo com a ampliação dos índices de favelização, miséria e criminalidade).

A reforma agrária é um termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade. Apesar da reforma agrária ser um programa executado no campo, seu impacto na sociedade, política e economia, extrapola essas fronteiras, atingindo a nação como um todo. Nos programas de reforma agrária abrangente, ao redor do mundo, o balanço final é geralmente positivo, em relação aos ganhos sociais e ao desenvolvimento econômico. (RANIERI, 2003, p. 5).

Essa mudança de domínio, de dono, repassando terras de grandes latifundiários para famílias pobres de agricultores familiares encontra muitas resistências legais / jurídicas, mesmo estando ela determinada na Constituição Federal de 1988 (Capítulo III, da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, dos artigos 184 a 191)¹⁰ e diversas leis, como a do Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). A resistência na Justiça se materializa, dentre outras maneiras, com uma série de ações judiciais, recursos variados que, em muitos casos, culminam em decisões das instâncias do Poder Judiciário estadual e federal impedindo a desapropriação das terras. Há casos de processos judiciais de desapropriação de terras para reforma agrária que passa décadas em tramitação e sem decisão.

¹⁰ https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/Constituiode1988.pdf (Acessada em 19.02.19)

A pressão dos movimentos sociais, de algumas instâncias governamentais e do Poder Legislativo, bem como ações judiciais a favor das desapropriações levou à criação de medida intermediária, que é a compra das terras pelo Governo, em vez de desapropriar os imóveis rurais que não cumprem a função social – definida no artigo 186 da Constituição Federal como: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho; exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Com as compras das áreas de disputa, utilizada pelo Incra nos últimos anos, os proprietários rurais ganham dinheiro (em vez de perder as terras sem nenhuma retribuição financeira), os sem-terra conseguem ser assentados pela Política de Reforma Agrária, acabam os confrontos físicos e ações judiciais, além do Governo melhorar sua imagem com o crédito de ter resolvido um conflito agrário. Mas, apesar de ser uma solução pacífica, há contestações sobre o uso desta modalidade de resolução. De acordo com o pesquisador e especialista em Reforma Agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no âmbito do Capitalismo, essa Política Pública aparece como necessidade do Capital resolver a questão social advinda da concentração das terras:

Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra. É neste ponto que reside historicamente a questão central das reformas agrárias sob o capitalismo. Como o Estado não tem garantido o processo dentro da lógica capitalista, as reformas agrárias têm sido movimentos conjunturais para tentar atenuar as pressões sociais advindas da concentração da terra. Logo, a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 67).

Em termos técnicos, a reforma agrária é um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas com objetivo de mudar a estrutura fundiária de uma determinada região ou país. Ela ocorre pela mudança na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda, com objetivo de garantir melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

1.7 MOVIMENTOS SOCIAIS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi necessário primeiro se entender este fenômeno social caracterizado pela disputa por terras no mundo e compreender como se desenvolveu ao longo da história o que se chama atualmente de “movimentos sociais”.

Historicamente o termo “movimentos sociais” vem sido atribuído às atividades / ações coletivas de segmentos da sociedade (social e materialmente marginalizados) ou organizações sociais realizadas na promoção ou defesa de pontos de vista compartilhados por determinado grupo. Podem ser de variados aspectos, passando de temas morais, éticos, legais, sistemas normativos, políticos, econômicos, ambientais, sexuais, étnicos, religiosos, culturais, operário, estudantil. Normalmente estão ancorados em argumentos e embasamentos teóricos / ideológicos densos, a exemplo do Marxismo.

De acordo com o sociólogo francês Alain Touraine – autor de várias obras que abordam a temática –, "movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica" (TOURAINÉ, 1997).

Para Touraine, a definição do movimento social ocorre por meio de três princípios – identidade: é a auto definição consciente do ator social de pertencer a um grupo ou classe social; oposição: organização a partir da definição do adversário, surgido por conta de conflito; totalidade: questionamento à orientação geral do sistema e buscando controle da historicidade, que são modelos de conduta da sociedade. Esse argumento de Touraine é explicitado na obra *Épistémologie de la sociologie*, por Geoffrey Pleyers:

Alain Touraine ne réduit ainsi les mouvements sociaux ni à de simples actions stratégiques ni à des processus de formation d'identité. Analytiquement, Touraine distingue trois principes des mouvements sociaux: l'identité, l'opposition et la totalité. Le principe d'identité renvoie à la définition de l'acteur par lui-même. Un mouvement social ne peut s'organiser que si cette définition est consciente, mais la formation du mouvement précède largement cette conscience. C'est le conflit qui constitue et organise l'acteur. Le principe d'opposition se réfère à cette capacité du mouvement à nommer son adversaire. (PLEYERS, 2008, p. 74.).¹¹

¹¹ Alain Touraine não reduz os movimentos sociais nem a simples ações estratégicas, nem a processos de formação de identidades. Analiticamente, Touraine distingue três princípios dos movimentos sociais: identidade, oposição e totalidade. O princípio da identidade refere-se à definição do ator por si só. Um movimento social pode ser organizado apenas se essa definição for consciente, mas a formação do movimento precede amplamente essa consciência. É o conflito que constitui e organiza o ator. O princípio da oposição refere-se a essa capacidade do movimento de nomear seu oponente (Tradução nossa).

As entidades que atuam no meio rural, em defesa de agrupamentos sociais marginalizados também podem se enquadrar no termo. Assim, são chamados de movimentos sociais do campo as entidades e grupos que reúnem trabalhadores rurais, das mais diversas atividades, e cujas pautas centrais / principais bandeiras de luta estão: promoção do modelo social e econômico da Agricultura Familiar, defesa da reforma agrária, regularização fundiária de áreas ocupadas por agricultores familiares e comunidades tradicionais (como quilombolas e ribeirinhos), a melhoria das condições de trabalho e o combate ao processo de substituição do homem pela máquina.

Atualmente há centenas de agremiações que representam trabalhadores rurais no Brasil, embora historicamente as dificuldades para criar e manter atuante tais instituições tenham sido uma constante. Mas como os problemas agrários e fundiários do Brasil sempre foram superlativos, os trabalhadores continuam se organizando, mesmo sofrendo as mais diversas pressões, censuras e até assassinatos.

Exemplo de momento marcante do processo de organização da luta e dos movimentos sociais foi quando em plena ditadura militar brasileira, ocorreu em maio de 1979, o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O evento contou com a presença de cerca de 1.600 dirigentes sindicais, representantes de todo o país. As bases do discurso e defesa dos movimentos sociais até hoje estão nas reivindicações apresentadas no evento, como destaca Leonilde Sérvalo de Medeiros:

No que diz respeito ao conteúdo das reivindicações, a reforma agrária permanecia como a grande bandeira do movimento sindical. A demanda resultante do encontro era de uma reforma agrária ampla (realizada em todo o território nacional), massiva (deveria beneficiar a grande maioria das famílias de trabalhadores rurais sem terra [sic] ou com pouca terra), imediata (com fixação de prazo para o assentamento das famílias beneficiadas) e com a participação dos trabalhadores em todas as suas etapas e níveis, desde as decisões a nível nacional até o acompanhamento dos projetos, sua execução e fiscalização. Pedia-se, ainda, a redistribuição imediata das terras que se encontravam em áreas prioritárias e em áreas já desapropriadas, a discriminação e titulação das terras públicas, com entrega ao legítimo trabalhador rural e a não destinação de áreas às grandes empresas (MEDEIROS, 1989, p.116)

Nos governos militares, em meio a censura e repressão, os sindicatos rurais congregados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) viviam sob observação dos aparelhos de vigilância governamental e pouco podiam fazer para reivindicar melhoria para o campo e os sem-terra. A Contag foi, em 31 de janeiro de 1964,

reconhecida legalmente como a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional¹². Sendo anterior ao Golpe de 64, se manteve existindo e resistindo a muita pressão dos militares. Por conta disso, outras organizações foram surgindo.

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a ser organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Nesse período, o Brasil vivia uma conjuntura de extremas lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto desse contexto, em janeiro de 1984, ocorre o primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, onde se reafirmou a necessidade da ocupação como uma ferramenta legítima das trabalhadoras e trabalhadores rurais. A partir daí, começou-se a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linha política definidos. (OLIVEIRA, 2007, p. 160).

Estes espaços coletivos e instâncias / entidade representativas de trabalhadores rurais têm também um papel político, de busca, de reivindicação de espaço para por o povo do campo em locais de decisão:

Os movimentos populares rurais, ao constituírem os trabalhadores rurais em reais sujeitos políticos coletivos, com poder de contestação sobre o domínio exercido pelas velhas forças agrárias, minam por dentro um dos pilares do autoritarismo no Brasil. Falta, porém, compreensão deste seu caráter. Muitos veem nos movimentos sociais meramente uma questão social – a miséria e pobreza –, e não uma questão política primordial, que pode alterar as relações de forças. (GRZYBOWSKI, 2013, p. 351).

No entanto, os ruralistas, os grandes proprietários de terras que se sentiam ameaçados com a crescente pressão dos movimentos sociais, nos anos 80 do século XX, junto ao Governo Federal para a implantação de uma eficiente política de acesso à terra no Brasil, por meio do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), trataram de criar também uma entidade que representasse a categoria do Agronegócio. Com isso, surgiu a União Democrática Ruralista (UDR) como instância política e econômica para defesa dos interesses dos latifundiários junto aos governos federal e estaduais, bem como na mídia, que vinha dando espaço para as manifestações e pontos de vista dos sem-terra, ampliando a opinião pública favorável a política pública da Reforma Agrária.

¹² <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1> (acessado em 13.05.2019)

A UDR foi fundada em agosto de 1985, em Goiânia, durante um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários, para lutarem contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra. [...] A ampliação das ações da UDR ocorreu durante a Constituinte de 1988. Os ruralistas conseguiram barrar no plenário do Congresso Nacional a proposta de uma Reforma Agrária ampla, geral e irrestrita, e inscreveu na nova Carta constitucional uma legislação mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra dos militares de 1964. Seu crescimento político culminou em 1989, com a candidatura de seu primeiro presidente e principal liderança, Ronaldo Caiado, à presidência da República na sucessão de José Sarney, quando foi derrotado. (OLIVEIRA, 2007, p. 127).

Oliveira afirma que “os ruralistas se organizam na criação da [...] UDR [...] e atuam em três frentes: o braço armado – incentivando a violência no campo –, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada” (OLIVEIRA, 2007, p. 160).

Os problemas agrários do Brasil e as disputas por terras (e suas consequências) preocupam os mais diversos segmentos da população, incluindo os literatos. Exemplo destes é o poeta e diplomata pernambucano João Cabral de Melo Neto, que em 1956 publica seu poema “Morte e Vida Severina”, retratando a luta por terras no interior do Nordeste brasileiro:

Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.

é de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio.

Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

é uma cova grande
para teu pouco defunto,
mas estarás mais ancho
que estavas no mundo.
(MELO NETO, p. 12, 13)¹³

A relação dos movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra com alguns setores da sociedade brasileira, com a imprensa, por vezes se torna tensa, principalmente quando estão em disputa posicionamento político / ideológico ou patrimônio, bens materiais. Quando esse bem material é a terra o confronto de pontos de vista é evidente, explicitado em conteúdos negativos ou mesmo eclipsação dos movimentos.

¹³ http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/joao_cabral.pdf (Acessado em 20.11.2017)

Foi o que contatou uma pesquisa realizada pelo Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (com apoio da Fundação Friedrich Ebert e da Federação do Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão – Fitert), no período de 10 de fevereiro a 17 de julho de 2010, quando ocorreram as investigações de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre o MST.

Segundo o relatório “Vozes silenciadas – A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito”, o MST aparece com frequência nos grandes meios de comunicação do país, mas as suas pautas não têm visibilidade. Os dados apontam que das 301 matérias analisadas apenas 25 delas tratavam de temas relevantes para o Movimento, como a reforma agrária. Nas outras, o MST é citado de forma indireta dentro de outros assuntos. O que chamou a atenção dos pesquisadores do relatório foi a quantidade de termos pejorativos aplicados ou relacionados a movimento social, seus militantes e suas defesas:

Os termos negativos foram uma das importantes evidências que colaboraram para a compreensão do campo de sentidos das matérias. [...]O termo que predominou – e elevou o número de matérias que utilizam expressões negativas – foi “invasão” e seus derivados, como “invasores” ou o verbo “invadir” em suas diferentes flexões, que traz consigo uma carga violenta. Ao todo, foram usados 192 termos negativos diferentes, entre expressões que procuram qualificar o próprio MST ou suas ações. O autor cita termos negativos em 63 notícias, oito notas e duas notas cobertas, totalizando 73 inserções de termos negativos no chamado “jornalismo informativo”. Somando as referências negativas em artigos e carta de leitores, chega-se a 178 inserções.¹⁴

No relatório foram analisadas matérias que citaram o MST em três jornais de circulação nacional (Folha de São Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo); três revistas de circulação nacional (Veja, Época e Carta Capital); e os dois telejornais: Jornal Nacional, da Rede Globo, e Jornal da Record.

Os movimentos sociais vez por outra divulgam documentos nos quais relatam situações que estão prejudicando os trabalhadores do campo ou mesmo as políticas públicas defendidas por eles. Exemplo de divulgação de um documento com essas características ocorreu em 5 de maio de 2017, durante a 2ª Feira Nacional da Reforma Agrária – realizada no Parque da Água Branca, em São Paulo –, quando foi lançado um manifesto contra a

¹⁴ <http://www.intervezes.org.br/arquivos/interliv003vozmst.pdf> (acessado em 19.02.2019)

criminalização dos movimentos sociais e contra a violência no campo, que em trecho traz o seguinte:

[...]Em diversos estados, temos companheiros presos injustamente pelo "crime" de lutar pela terra, sem nenhum julgamento, e outros resistentes à prisão, sem direito a viver em liberdade. Responsabilizamos o governo golpista por esse [sic] crimes cometidos. Em vez de tomar providências para punir os criminosos, o governo Temer se preocupa em perdoar as dívidas dos latifundiários para não perder o apoio no Congresso e o cargo que usurpou e para não sentar no banco dos réus da lavajato. Ameaça, ainda, com projeto que autoriza a venda de nossas terras ao capital estrangeiro.

Responsabilizamos a mídia sob liderança da Rede Globo que criminaliza os movimentos populares do campo e indígenas, criando um clima que legitime a repressão policial e das milícias armadas dos latifundiários. Esse comportamento também provoca a violência contra movimentos populares urbanos, como aconteceu em Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo [sic], durante a Greve Geral.

Responsabilizamos o Poder Judiciário e o Ministério Público, como classistas, seletivos em suas ações, partidarizados e com nítido viés elitista e preconceituoso contra a população pobre do campo [...].¹⁵

1.8 PENSADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS

De acordo com filósofo francês Michel Foucault, a evolução do pensamento pelos milênios fez com que se compreendesse que a história da ciência não seja um lugar estático, mas altamente dinâmico, com descontinuidades e avanços:

Se a história do pensamento pudesse permanecer como o lugar das continuidades ininterruptas, se ela unisse, continuamente, encadeamentos que nenhuma análise poderia desfazer sem abstração, se ela tramasse, em torno do que os homens dizem e fazem, obscuras sínteses que a isso se antecipam, o preparam e o conduzem, indefinidamente, para seu futuro, ela seria, para a soberania da consciência, um abrigo privilegiado. (FOUCAULT, 2008, p. 14).

A evolução do pensamento, das ideias humanas no que diz respeito ao meio rural sofre algum descompasso. Isso, evidentemente, porque o mundo acadêmico tem sua própria dinâmica. No entanto, seu descompasso com o que anseia as ruas, grupos de despossuídos e pessoas desamparadas, reunidos / representados, formal ou informalmente, por movimentos sociais é alvo de críticas.

A ideia tradicional que o senso comum faz do intelectual, do pensador é de que este ser seja especial, que esteja à frente de seu tempo e contemporâneos médios, que seja

¹⁵ <http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html> (acessado em 19.02.2019)

vanguardista. Só que nem sempre o pensador consegue se desatrelar de suas origens aristocráticas, de elite econômica, social e cultural. E isso pode prejudicar a produção de conteúdos, teorias, postulados, abordando as problemáticas que afligem os despossuídos. Muitas vezes as pautas, as prioridades dos movimentos sociais e pensadores são completamente diferentes.

Segundo Bourdieu (2004), ao abordar, na obra “Os Usos Sociais da Ciência”, o descompasso entre a produção de pensamento científico e as demandas dos movimentos sociais afirma que há uma desconexão, inclusive de representatividade da opinião pública e da capacidade de elaborar problemas a serem objetos de análise da ciência:

Mas, ao mesmo tempo, nós sabemos mediante numerosos trabalhos científicos, pela análise das não-respostas principalmente nas pesquisas, que o poder de produzir uma opinião explícita e muito desigualmente repartido. Platão dizia "Opinar e falar". Ora, nada é mais desigualmente repartido do que essa capacidade, e essa constatação choca a boa consciência democrática: todas as pessoas são iguais, e o dogma. Ora, dizer que todas as pessoas são iguais diante da questão da opinião é um erro, e um erro político. Nem todo mundo tem os instrumentos de produção da opinião pessoal. A opinião pessoal é um luxo. Há pessoas, no mundo social, que "são faladas", por quem se fala, porque elas não falam, para as quais se produzem problemas porque elas não os produzem. E, hoje, chega se mesmo, no grande jogo da mistificação democrática, até a dar oportunidade para que respondam a problemas que não seriam capazes de produzir. (BOURDIEU, 2004, p. 83).

A desconexão entre as pautas, os interesses de pensadores e movimentos sociais contribui também para a quantidade e qualidade da produção científica sobre temas afetos às massas de despossuídos. Além da falta de interesse de boa parte dos pensadores sobre essa temática, a quantidade e qualidade desta produção estão necessariamente relacionadas ao método e metodologia aplicados às pesquisas de assuntos ligados às reivindicações dos movimentos sociais e às massas por eles representados. De acordo com Bourdieu (2004) a divergência entre o que pensa e busca o conhecimento do senso comum e o pensamento científico ampliam as disparidades entre os setores.

Evidentemente que o senso comum tem suas peculiaridades, caracterizadas pelo prático e pragmático; “reproduz-se colado às trajetórias [*sic*] e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante” (SANTOS, 2008, p. 89). O pensador português Boa Ventura Santos vê com bons olhos a relação senso comum *versus* ciência pós-moderna, mesmo com as divergências externadas pela superficialidade do primeiro e da metodologia do segundo:

A ciência pós-moderna, ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. É esta que assinala os marcos da prudência à nossa aventura científica. A prudência é a insegurança assumida e controlada. (SANTOS, 2008, p. 91).

Senso comum e ciência são duas instâncias / abordagens de apreensão da realidade, do conhecimento que disputam primazia, por seus públicos – populares e acadêmicos. Isso caracteriza-se por um tipo de contradição nos discursos e práticas, pois tanto um quanto outro não podem se afastar do real, nem ser praticado sem análise.

CAPÍTULO II

2 MODELOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Familiar, enquanto modelo social e econômico, caracteriza-se pela forma de exploração agropecuária da terra tendo por base uma unidade de produção na qual a propriedade e trabalho estão íntima e essencialmente ligados à família. Portanto, o conceito clássico define que a agricultura familiar tem sua gestão, a propriedade e o trabalho em pessoas que mantêm laços de parentesco.

No entanto, o universo social, cultural, simbólico, étnico, conceitual brasileiro é heterogêneo, diverso e mesclado, mudando de acordo com as microrregiões e suas interrelações grupais e individuais. Isso se reflete nas composições familiares, nos agrupamentos sociais e culturais, bem como nas modalidades internas do modelo de Agricultura Familiar. Assim, nem sempre a definição clássica abarca as modalidades, pois grupos específicos podem ter interesses particulares e estratégias próprias de sobrevivência e de produção que reagem de maneira diversa, diferenciada a oportunidades e desafios que se apresentam. Exemplo disso é que um agrupamento de remanescentes de quilombo no Maranhão pode buscar desenvolver uma modalidade de Agricultura Familiar baseada na coleta e exploração de coco babaçu (presente em grande abundância no Estado), enquanto outro agrupamento também quilombola, mas em Minas Gerais, possa trabalhar com agricultura cafeeira tradicional. Assim, o grupo maranhense teria um perfil mais coletivo, com compartilhamento de trabalho de diversas famílias próximas em termos geográficos e de parentesco, enquanto o mineiro estabelecesse relação trabalhista, com pagamento de remuneração e pessoas de fora da comunidade para fazer colheita de café.

Essas peculiaridades do comportamento social e trabalhista dos agricultores familiares brasileiros são objeto de análise de especialistas, que buscam penetrar neste universo econômico e cultural:

Entre os aspectos marcantes da Agricultura Familiar brasileira estão as formas invisíveis de trabalho e a produção do que se pode chamar de “riqueza invisível”. Omissa nos compêndios de Economia, a família como instituição estratégica do

meio rural é a responsável pela reprodução dos atores do desenvolvimento rural: tanto a mão de obra qualificada, como trabalhadores sem qualificação, migrantes e trabalhadores sazonais em todas as regiões do país. De fato, é dentro da unidade doméstica que se concentra o esforço reprodutivo no qual participam, fundamentalmente, as mulheres, as crianças e os idosos. (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 10).

Historicamente no Brasil a formação do que atualmente se chama Agricultura Familiar começou a partir do século XIX, com o surgimento das pequenas propriedades, que eram áreas ocupadas após uma série de lutas entre senhores de terras e trabalhadores libertos, posseiros, moradores agregados. Muitas dessas terras eram distantes de centros urbanos, nas periferias das grandes fazendas, e nelas se realizavam cultivos de subsistência, produção de cachaça, derivados de mandioca - como farinha. A inserção da Agricultura Familiar na economia nacional começou a ganhar importância com o crescimento das cidades brasileiras e a necessidade de abastecer os centros urbanos em expansão.

Com a crise na principal atividade econômica do país no século XIX, a cafeicultura, muitos proprietários rurais venderam lotes de suas terras beneficiando, assim, antigos imigrantes, ex-escravos, peões, trabalhadores rurais diversos que puderam ter uma área para produzir e morar. Isso ocorreu principalmente no Sudeste do Brasil.

Mas essas pequenas propriedades ainda praticavam uma agricultura de sobrevivência ou subsistência, caracterizada pela baixa produção de alimentos. Ao longo do tempo essa modalidade criou raízes e elos entre os demais agricultores familiares de microrregiões:

A economia de subsistência não consiste apenas em garantir bens físicos e materiais indispensáveis, ela é, também e, sobretudo, uma ética de vida e uma crença compartilhada. Em um ambiente físico, onde a coesão social é uma absoluta necessidade, esta noção de "partilha" remete ao mesmo tempo à moral e à prática. [...] a ética da subsistência, frequentemente ditada pelo medo das penúrias alimentares, consiste em reforçar os laços de solidariedade a fim de que, no momento vindo, a comunidade inteira esteja psicologicamente preparada para afrontar o perigo comum. (RAHNEMA apud WANDERLEY, 2017, p. 68).

Com o passar das décadas, os agricultores familiares foram ganhando importância social e econômica, se organizando politicamente, inclusive por meio de associações e sindicatos rurais, bem como movimentos sociais:

[...] para falar de Agricultura Familiar no Brasil é preciso falar também do protagonismo social e político deste segmento. Os movimentos e as organizações

sociais da Agricultura Familiar têm sido atores importantes do processo de construção da pauta da Reforma Agrária e das políticas públicas no Brasil. Ao lado de iniciativa do Estado e da academia, os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental na definição da Agricultura Familiar como um modelo de agricultura, como categoria agregadora de direitos e como identidade política unificadora de uma diversidade de unidades familiares no campo. Entre os movimentos, merecem destaque as lutas das mulheres rurais por acesso aos direitos e pela construção de espaços de autonomia. Além disso, torna-se importante registrar questões como a saída dos mais jovens do campo, tendencialmente definitiva, as migrações sazonais e ou pendulares, que se apresentam como desafios, tanto na avaliação da dinâmica da própria Agricultura Familiar quanto na formulação de políticas públicas para o setor. (DELGADO; BERGAMASCO, 2017, p. 11).

Segundo levantamento pelo Governo Federal¹⁶, a Agricultura Familiar do Brasil tem um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, sendo a oitava maior do planeta na produção de alimentos. Os dados, divulgado em junho de 2018, foram conseguidos após comparação de informações do Banco Mundial e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Agricultura Familiar compõe 84% dos estabelecimentos rurais do Brasil, é a base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes e responsável pela renda de 40% da população – de acordo com o Censo Agropecuário¹⁷.

A importância econômica da Agricultura Familiar pode ser medida pela sua vinculação com o abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Isso, porque mais de 50 % dos alimentos da cesta básica são produzidos por ela. Assim, a Agricultura Familiar é responsável por garantir a segurança alimentar e a erradicação da fome. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar¹⁸.

No Brasil a Agricultura Familiar tem ordenamento jurídico definido com base na Lei nº 11.326¹⁹, que estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

¹⁶ <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo> (acessado em 13.05.2019)

¹⁷ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios> (acessado em 13.05.2019)

¹⁸ <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar> (acessado em 13.05.2019)

¹⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm (acessado em 13.05.2019)

Há também o Pronaf²⁰, que é Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado pelo Governo Federal, em 1995, com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos agricultores familiares. O Programa surgiu a partir de uma reivindicação antiga dos pequenos trabalhadores rurais que necessitavam de uma política agrícola específica para a categoria, com objetivo de levar desenvolvimento ao campo, efetivando geração de emprego e renda. No Pronaf os agricultores familiares têm acesso a recursos financeiros específicos para determinadas ações, facilidades de pagamentos e juros menores.

No Plano Safra 2019 / 2020 o Governo Federal definiu que o Pronaf terá R\$ 31,22 bilhões²¹ disponíveis aos agricultores familiares do país para o financiamento e investimento em suas produções agropecuárias.

Apesar de estar definida em legislação, ter programa de fortalecimento / financiamento, volumosos números nacionais de produção, renda e ocupação de terras, os agricultores familiares ainda se queixam de pouca atenção do Governo, da falta de uma política de integração ao mercado consumidor, de ausência de programas de qualificação e assistência técnica em quantidade e qualidade que possa atender a todos na melhoria da capacitação das pessoas e ampliação da produção, de reconhecimento de sua importância para a uma alimentação saudável, de espaço nos veículos de imprensa para divulgar seu modo de vida e modelo social e econômico²².

Como os agricultores familiares são milhões, diversificados, espalhados pelos recantos do país e até desorganizados em termos políticos e trabalhistas, os movimentos sociais são uma alternativa de se fazerem ouvidos, recebidos por autoridades e ter suas pautas recepcionadas.

2.2 AGRONEGÓCIO

²⁰ <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura> (acessado em 13.05.2019)

²¹ <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pronaf-e-pronamp-terao-os-maiores-orcamentos-de-suas-historias-no-plano-safra> (acessado em 20.06.2019)

²² <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=101&id=13685&mt=1&nw=1> (acessado em 11.09.2019)

É chamado de Agronegócio toda a relação comercial ou industrial na qual esteja envolvida a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. O uso dessa nomenclatura teve início nos anos 90 de século XX, quando “o monocultivo de exportação até então chamado de *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio” (OLIVEIRA, 2007, p. 147). O termo é comumente usado, no Brasil, para designar as atividades econômicas das grandes propriedades rurais monocultoras (ou de poucas culturas agrícolas) modernas, com produção voltada principalmente para as agroindústrias ou mercado externo. Elas normalmente utilizam tecnologia avançada, alta mecanização e automação de serviços, além de pouca mão de obra.

No entanto, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007) avalia que o termo Agronegócio traz em sua gênese uma segregação social e econômica entre as modalidades de produção de alimentos tipicamente familiar, comparado com a do tipo empresarial e a voltada para o mercado, os negócios:

[...] tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação. Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 147).

Exemplo da importância do agronegócio no Brasil é que – de acordo com informações divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em fevereiro de 2019 –, produção de grãos da safra 2018/2019 deve chegar a 234,1 milhões de toneladas. Isso, representa um aumento de 6,5 milhões de toneladas (ou 2,8% superior), se comparado com a safra anterior. Aumentaram também em 910,5 mil hectares (ou 1,5% a mais) na área plantada, elevando o total para 62,6 milhões de hectares com grãos no Brasil.²³

Destes grãos, a soja é a principal cultura que puxa esse aumento de área, em 2018, com acréscimo de 36 mil hectares. Já o milho está com uma área 16,8 mil hectares maior.

²³ <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2694-safra-de-graos-mantem-aumento-de-area-e-producao-esta-em-234-milhoes-de-t> (Acessada em 19.02.2019)

Segundo a Conab, é a nona vez que se registra a expansão da área dedicada ao plantio de grãos no Brasil.

Dados do Governo Federal apontam que a safra de grãos saltou de 57,8 milhões de toneladas para 123,2 milhões de toneladas entre as safras 1990 / 1991 e 2002 / 2003.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) as exportações do agronegócio brasileiro somaram 96 bilhões de dólares em 2017, com aumento de 13% em relação a 2016. Segundo o MAPA, de 1997 a 2017, em 20 anos, o Brasil exportou 1,23 trilhão de dólares, e o Agronegócio foi o setor que mais contribuiu para a balança comercial. O Agronegócio responde por 44,8% das exportações totais e 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil – dados de abril de 2018.

Em 2016 o Ministério lançou um Plano Estratégico de gestão (Portaria MAPA 1734) estabelecendo a meta de alcançar 10% do mercado agro mundial para o Brasil, atualmente estimado em 1,2 trilhão de dólares.²⁴

Para alcançar metas de produção e vendas / exportação, são necessários também muitos recursos financeiros. E isso, o Governo Federal disponibiliza para o setor todo ano. Exemplo disso é que o Plano Agrícola e Pecuário 2018 / 2019 pôs à disposição R\$ 194,37 bilhões para financiar e apoiar a comercialização da produção agropecuária brasileira. Dos recursos, R\$ 151,1 bilhões são destinados para o crédito de custeio, sendo R\$ 118,8 bilhões com juros controlados (taxas fixadas pelo Governo) e R\$ 32,3 bilhões com juros livres (livre negociação entre a instituição financeira e o produtor). O crédito para investimentos ficou em R\$ 40 bilhões. Tudo isso, com taxas de juros de custeio de 6% ao ano para os médios produtores (com renda bruta anual de até R\$ 2 milhões) e para 7% ao ano para os demais. Enquanto as taxas para os financiamentos de investimento ficaram entre 5,25% e 7,5% ao ano.²⁵

Da área total do Brasil de 851,6 milhões de hectares, há 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram

²⁴ <http://www.agricultura.gov.br/noticias/exportacoes-do-agro-garantiram-superavit-da-balanca-comercial> (Acessado em 19.02.19)

²⁵ http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/copy_of_PlanoAgricolaePecurio20182019.pdf (Acessado em 19.02.19)

explorados. Além de terras, o Brasil tem um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e 13% de toda a água doce líquida disponível no planeta.

Com todas estas características positivas para a vocação natural à agropecuária e os negócios relacionados às suas cadeias produtivas, o Brasil vem se mantendo no posto de país mais competitivo em termos de produção do meio rural.

Mas essa globalização do mercado dos produtos do meio rural tem sido tema de análises de especialistas que veem no modelo do Agronegócio produtor de *commodities* rurais uma transfiguração do modo de vida do campo:

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida do campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideais socioculturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global. (IANNI, 2001, p. 42).

2.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL

O Brasil tem 6.574.830 imóveis particulares registrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), que é gerenciado pelo Incra – segundo dados de julho de 2018. A somatória das áreas destes imóveis rurais é de 775.523.405 hectares (cada hectare corresponde a 10 mil metros quadrados ou a um campo de futebol).²⁶

Os dados sobre os imóveis rurais localizados nas 27 unidades da federação e nos 5.570 municípios do país podem ser acessados nas estatísticas cadastrais do Incra. Eles mostram desde municípios em áreas isoladas na Amazônia, aos grandes centros do Sudeste do país. Estão com dados fundiários detalhadamente expostos no cadastro desde os 15 municípios de Roraima e os 16 do Amapá – estados com a menor quantidade de cidades do país –, às áreas de Minas Gerais (com 853 municípios), São Paulo (com 645 municípios) e Bahia (com 417) – as unidades da federação com mais unidades municipais.

Por meio das estatísticas cadastrais, o Incra consegue identificar desigualdades no meio rural do Brasil. Essas informações, junto o conhecimento da Estrutura Fundiária da

²⁶ http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/estatisticas-caadastrais/estrutura_fundiaria_-_brasil-07-2018.pdf (acessado em 18.06.2019)

nação, são muito importantes, pois ajudam na análise e decisões sobre ações que contribuam para o desenvolvimento rural, com foco no estabelecimento de políticas públicas relacionadas ao apoio à Agricultura Familiar e empresarial / Agronegócio, bem como à segurança territorial e alimentar.

O Incra também é responsável por definir os critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do Módulo Fiscal (MF) – que é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando principalmente o tipo de exploração predominante e a renda obtida com ela. Além disso, promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas.

Como entidade cadastral, o Incra organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras, propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural. Boa parte dos dados que compõem as estatísticas cadastrais do Incra foram coletados no SNCR. O Incra ainda promove a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo.

Por meio do SNCR o Incra averigua e afere o Módulo Fiscal das propriedades rurais em todo o Brasil. Os Índices Cadastrais determinam o tamanho médio das propriedades, classificando-as em:

- Minifúndio (abaixo de 1 Módulo Fiscal);
- pequena propriedade (entre 1 e 4 Módulo Fiscais);
- média propriedade (de 4 a 15 Módulos Fiscais);
- grande propriedade (acima de 15 Módulos Fiscais).

CAPÍTULO III

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as diversas possibilidades de referencial teórico e metodologias de análise para uma pesquisa como esta, que aborda “O discurso jornalístico sobre a Agricultura Familiar e o Agronegócio”, a escolha lógica feita tem como principal abordagem teórico-analítica a Análise de Discurso, segundo a proposta por Charaudeau (2013), percorrendo elementos analíticos de Campos Sociais, à luz de Bourdieu (1997), como forma de analisar os conteúdos divulgados pela imprensa sobre os modelos sociais e econômicos do meio rural brasileiro. Há elementos paralelos da teoria da Semiótica (SANTAELLA; NÖTH 2004) para que melhor se introduza a análise da questão dos símbolos e seus sentidos. Já para ajudar na observação da mecânica que influencia ou determina a definição das pautas e abordagens na cobertura da imprensa, se teve o amparo de duas teorias próprias do Jornalismo: *Agenda-setting* e *Newsmaking* (WOLF, 2005). Como a ideia era fazer uma análise aprofundada, com criticidade, também se utilizou a Teoria Crítica, com base nos pensadores da chamada “Escola de Frankfurt”. E esse percurso teórico-analítico tem início com uma crítica à relação entre minorias sociais e as elites, tendo por base a moral.

3.1 A MORAL E O OUTRO

O foco e enquadramento dos conteúdos jornalísticos – destacando ou eclipsando determinados assuntos, fatos, situações, entidades, empresas, governos, órgãos e pessoas –, nem sempre são compreendidos ou aceitos pacificamente por aqueles que se consideram desprestigiados no material comunicado, tanto pelo espaço / tempo e volume de posicionamentos que teve na matéria, quanto pelo tom aplicado, pois isso vai influenciar fortemente nos sentidos que as diversas interpretações podem ter.

O argumento da tradição e cultura dos veículos de imprensa de que os tipos focos e enquadramentos (que destaca / valoriza ou desqualifica, direta ou indiretamente, setores) aplicados nos conteúdos são determinados pela “Linha Editorial” daquela empresa de comunicação não tem sido suficiente para isentar de críticas essa postura, que é apontada por prejudicados e especialistas na temática como um desrespeito pela posição do “outro na relação”.

O desleixo com o outro ator da relação fere regras morais intrínsecas há gerações na cultura da civilização ocidental. Regras essas, cuja engenharia interna é detalhada por Jürgen Habermas:

Regras morais operam fazendo referências a si mesmas. Sua capacidade de coordenar as ações comprova-se em dois níveis de interação, acoplados de modo retroativo entre si. No primeiro nível, elas dirigem a ação social de forma imediata, na medida em que comprometem a vontade dos atores e orientam-na de modo determinado. No segundo nível, elas regulam os posicionamentos críticos em caso de conflito. Uma moral não diz apenas como os membros da comunidade devem se comportar; ela simultaneamente coloca motivos para dirimir consensualmente os respectivos conflitos de ação [...]. Se a moral carecesse de um teor cognitivo crível, ela não seria superior às formas mais dispendiosas de coordenação de ação (como o uso direto da violência ou a influência sobre a ameaça de sanções ou promessas de recompensas). (HABERMAS, 2002, p. 12).

Habermas argumenta ainda que essa ideia de moral elevada, que deve respeitar o outro – independentemente de sua etnia, lugar de nascimento ou moradia, sexo, orientação sexual, política ou cultural, profissão, urbano ou rural, idade, classe social, instrução -, vem impregnada no *design* racional das pessoas:

Os cidadãos são, por pressuposto, pessoas morais, possuidoras de um senso de justiça e da capacidade de ter uma concepção própria do bem, assim como de um interesse em que essas predisposições sejam racionalmente aperfeiçoadas. Devido a seu *design* objetivamente racional, as partes são desoneradas justamente dessas características racionais das pessoas morais. Mesmo assim, espera-se que elas entendam e respeitem adequadamente esses “interesses da mais elevada ordem” dos cidadãos, resultantes justamente dessas características. Elas têm de contar, por exemplo, com que os cidadãos autônomos respeitem os interesses dos outros à luz dos princípios justos e não apenas por interesse próprio; com que se deixem obrigar a um comportamento leal; com que se deixem convencer, pelo uso público de sua razão, da legitimidade das instituições e políticas existentes, etc. (HABERMAS, 2002, p. 65).

O pensador crítico aponta que a inclusão e cooperação de pessoas e grupos diferentes / minoritários é uma expectativa compartilhada por membros das sociedades modernas.

O liberalismo político representa uma resposta ao desafio do pluralismo. Sua preocupação central volta-se a um consenso fundamental que assegure liberdades iguais a todos os cidadãos, independentemente de sua origem cultural, convicção religiosa e maneira individual de conduzir a própria vida. O consenso que se almeja em torno de questões da justiça política não pode mais apoiar-se sobre um *ethos* que perpassa a sociedade como um todo e ao qual as pessoas se habituaram pela tradição. Contudo, os membros das sociedades modernas ainda partilham a expectativa de que possam cooperar uns com os outros de forma pacífica, justa e honesta. (HABERMAS, 2002, p. 93).

Ainda no aspecto inclusão do outro, Habermas destaca o problema da relação entre grupos de cultura majoritária e as minorias “inatas” – que são apontadas como grupos populacionais excluídos tanto dos processos de decisão política majoritários e debates públicos subjacentes, quanto dos padrões culturais compartilhados:

O problema também surge em sociedades democráticas, quando uma cultura majoritária no exercício do poder político impinge às minorias sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos. Isso tange questões políticas, que tocam o auto-entendimento [*sic*] ético e a identidade dos cidadãos. Nessas matérias, as minorias não devem ser submetidas sem mais nem menos às regras da maioria. (HABERMAS, 2002, p. 164).

No escopo de análise desta pesquisa identifica-se que entre os grupos populacionais socialmente minoritários – a exemplo dos citados por Habermas –, estão os atendidos diretamente pelo Incra, como sem-terra, assentados e quilombolas. Já entre os majoritários, estão os ruralistas – que são os grandes proprietários de imóveis rurais, com boa relação com a mídia, forças coercitivas judiciais / policiais e políticas. Por terem poder econômico, político, coercitivo judicial / policial e midiático, suspeita-se que o grupo dos ruralistas influencia na definição e aplicação procedimento e maneiras de atuar de diversos setores empresariais importantes do Brasil. E nestes “procedimentos”, podem estar a estratégia, tática e operacional de minimizar a importância dos atos / ações e discursos dos sem-terra, assentados e quilombolas. Este processo de eclipsação / apagamento inclui a comunicação – destacadamente em relação à não veiculação de atividades que de certa forma possam levar alguma imagem positiva, de valorização de determinado público.

Nos aspectos “moral e incluyente” defendidos por Habermas, essa postura do poder econômico, político, coercitivo judicial / policial e midiático dos ruralistas visa, em resumo, a manutenção do empoderamento de um grupo, de uma elite sobre uma população pobre e marginalizada.

3.2 TEORIA CRÍTICA E MOVIMENTOS SOCIAIS

Este perfil questionador apresentado por Habermas é também compartilhado por diversos outros pensadores – notadamente os que têm afinidade de pensamento com a chamada “Teoria Crítica” –, criada pelo grupo que formava a “Escola de Frankfurt”, ligada conceitualmente à teoria social e filosofia, enquanto que fisicamente estava ela associada ao

Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha. A Teoria Crítica se caracteriza pela oposição ao cartesianismo da teoria tradicional, fazendo uma abordagem teórica que destaca a ineficiência das práticas racionalistas embasadas no pensamento empírico e cartesiano – responsáveis por prejuízos à humanidade em diversos aspectos, a exemplo de fracassos sociais, econômicos, políticos e culturais, executados por meio de “ideologias opressoras”.

Historicamente, a Teoria Crítica se inicia com o ensaio-manifesto “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, publicado em 1937, pelo filósofo e sociólogo alemão Max Horkheimer. Em 1947, Horkheimer e seu contemporâneo Theodor W. Adorno (filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor) publicam o livro “Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos”, ampliando as bases da linha de raciocínio crítico. Adorno e Max Horkheimer integraram a primeira geração de pensadores da Escola de Frankfurt e foram precursores de conceitos e linhas de pensamento crítico que influencia pesquisadores até os dias atuais.

Na “Dialética do Esclarecimento – Fragmentos Filosóficos” há uma série de análises sociais, políticas, econômicas, psicológicas, comunicativas e culturais que buscam compreender a natureza das relações humanas, bem como denunciar as explorações e posturas logicamente inadequadas. Tudo isso, sob uma visão crítica, como a que segue, relativa ao domínio econômico e social de grupos majoritários sobre minorias:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos [sic]. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo diante do aparelho a que serve, o indivíduo vê-se, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele. Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados. (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 4).

O nível de dominação da elite sobre uma infinidade de grupos socialmente minoritários é tão grande que os torna praticamente impotentes para contraporem-se aos mandos dos ‘senhores’ das terras, águas e máquinas:

Os próprios dominadores não acreditam em nenhuma necessidade objectiva [sic], mesmo que às vezes dêem [sic] esse nome a suas maquinações. Eles se arvoram em engenheiros da história universal. Só os dominados aceitam como necessidade intangível o processo que, a cada decreto elevando o nível de vida, aumenta o grau

de sua impotência. Agora que uma parte mínima do tempo de trabalho à disposição dos donos da sociedade é suficiente para assegurar a subsistência daqueles que ainda se fazem necessários para o manejo das máquinas, o resto supérfluo, a massa imensa da população, é adestrado como uma guarda suplementar do sistema, a serviço de seus planos grandiosos para o presente e o futuro. Eles são sustentados como um exército dos desempregados. Rebaixados ao nível de simples objectos [*sic*] do sistema administrativo, que preforma todos os estores da vida moderna, inclusive a linguagem e a percepção, sua degradação reflecte [*sic*] para eles a necessidade objectiva [*sic*] contra a qual se crêem [*sic*] impotentes. (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 21).

Os pensadores frankfurtianos Adorno e Horkheimer são categóricos ao afirmar que a dominação e subjugação são tão profundas que passam a integrar toda a interioridade humana:

Uma construção filosófica da história universal teria que mostrar como, apesar de todos os desvios e resistências, a dominação consequente da natureza se impõe de uma maneira cada vez mais decidida e passa a integrar toda a interioridade humana. Desse ponto de vista, dever-se-iam deduzir também as formas da economia, da dominação, da cultura. É só no sentido do salto da quantidade para a qualidade que a ideia do super-homem poderia ser aplicada. (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 105)

Os grupos econômicos e políticos que controlam a mídia – direcionando os discursos e ideologias apresentadas de forma explícita ou subliminarmente nos conteúdos divulgados –, possivelmente têm algum potencial de nível de controle, de manipulação das mentes e consciências sobre os públicos que consomem esses produtos comunicativos. Isso parece ocorrer tão ampla e independentemente de região ou nação do mundo, que especialistas diversos buscam se dedicar ao estudo do tema, a exemplo do também frankfurtiano Herbert Marcuse:

[Objetam-nos] que superestimamos grandemente o poder de doutrinação dos meios de informação e de que as pessoas sentiriam e satisfariam por si as necessidades que lhes são agora impostas. A objeção foge ao âmago da questão. O condicionamento [para tanto] não começa com a produção em massa de rádio e televisão e com a concentração de seu controle. As criaturas entram nessa fase já sendo de há muito receptáculos condicionados; a diferença decisiva [em relação a ele] está no aplanamento do contraste (ou conflito) entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as satisfeitas e as insatisfeitas [por nossa atual sociedade]. (MARCUSE apud HOHLFELDT; MARTINO; FRANÇA, 2015, p. 143).

Levando-se em consideração as análises críticas dos pensadores ligados à “Escola de Frankfurt”, aqui expostas, suspeita-se que haja algum nível de direcionamento nas coberturas jornalísticas, em que se dá destaque, marginaliza ou simplesmente omite certos aspectos e temas relacionados aos movimentos sociais, a Agricultura Familiar e ao Incra, suas

atribuições – a exemplo da Política de Reforma Agrária –, e os públicos atendidos pela autarquia.

Por essa linha de pensamento, se pode perceber que técnicas de estruturação de texto com objetivos explícitos ou subliminares são utilizadas pela imprensa nos processos de exclusões dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, dos públicos defensores da democratização de acesso à terra no Brasil, a fim de que a população não os anexe, nas suas discussões cotidianas.

3.3 AGENDA RURAL NA MECÂNICA JORNALÍSTICA

As consequências das coberturas jornalísticas em que se dá destaque, marginaliza ou simplesmente omite certos aspectos e temas são objetos de estudo de várias teorias da comunicação. Entre as quais estão: *Newsmaking* e *Agenda-setting* e (WOLF, 2005).

3.3.1 *Newsmaking*

Na teoria *Newsmaking*, que trata das peculiaridades que levam os "produtores de informação" a se engajarem na confecção das notícias, se identifica que a imprensa a usa na produção e direcionamento das abordagens de reportagens e conteúdos diversos.

Teóricos do *Newsmaking* citam que alguns interesses da empresa de comunicação, de ordem financeira e pessoal – grandes clientes e as orientações políticas da direção –, vêm em primeiro lugar em relação a alguns temas, considerados prejudiciais e contrários aos projetos do grupo controlador do meio de comunicação.

Mas contemporizar essas determinações da “Linha Editorial” da empresa com o mundo real e complexo da rede de interesses da população não é uma missão muito fácil. Isso, porque o dia a dia do processo “industrial” de construção da notícia nos veículos de imprensa no Brasil é difícil e complexo para os jornalistas e demais profissionais, pois têm eles a missão de transformar os fatos ocorridos (e os que ainda estão previstos acontecer) em produtos comunicativos a serem “consumidos” pelos diversos públicos da área de abrangência geográfica, cultural, social, econômica e política daquele meio de comunicação. Essa mecânica comunicativa ocorre basicamente assim:

Como qualquer outra organização complexa, um meio de informação não pode trabalhar com base em fenômenos idiossincrásicos. Teve reduzir todos os fenômenos a classificações construídas para este fim, do modo que os hospitais que “reduzem” cada paciente a um conjunto de sintomas e de doenças [...]. Essas exigências ligadas à superabundância de acontecimentos indicam que os aparatos de informação, com o objetivo de produzir notícias, devem satisfazer (entre outras coisas) três tarefas:

1. devem tornar possível o reconhecimento de um evento desconhecido (inclusive dos excepcionais) como acontecimento noticiável;
2. devem elaborar modos de relatar os eventos que não levem em conta a pretensão de cada acontecimento de ser uma exposição idiossincrásica;
3. devem organizar o trabalho temporal e espacialmente de maneira tal, que os eventos noticiáveis possam afluir e ser trabalhados de modo planejado. Essas tarefas estão inter-relacionadas. (TUCHMAN apud WOLF, 2005, p. 194/195, grifos do autor).

Para além da declaração de que “as notícias são o que os jornalistas definem como tal” (ALTHEIDE apud WOLF, 2005, p. 196) os critérios de noticiabilidade de um fato / ato / evento depende de uma série de requisitos, destacados por Wolf:

A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem dos acontecimentos - do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas -, para adquirir a existência pública de notícias. Tudo o que não responde a esses requisitos é “selecionado”, uma vez que não se mostra adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional: não conquistando o estatuto público de notícia, permanece simplesmente um evento que se perde na “matéria-prima” que o aparato informativo não consegue transformar e que, portanto, não deverá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. (WOLF, 2005, p. 195, grifos do autor).

Na teoria *Newsmaking*, ainda no âmbito da noticiabilidade, há o aspecto dos valores / notícia (*news values*), que é resposta à pergunta: “quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias?” (WOLF, p. 202). Assim, os valores / notícia são critérios de relevância e importância que estão distribuídos por todo o processo de produção – passando pela seleção das notícias, recomposição e distribuição. Entre os critérios dos valores / notícia, existem aqueles “relativos ao acréscimo ou à supressão de notícias [que podem ser definidas como] inclusivas e exclusivas (*inclusionary / exclusionary*)” (GANS apud WOLF, 2005, p. 204).

No entanto, a rigidez dos critérios da noticiabilidade e valores / notícia não conseguem eclipsar todos os fatos recorrentes na sociedade. Um exemplo disso é a cobertura que os grandes veículos de comunicação são obrigados a fazer dos “chamados *single issue movements*, ou seja, os movimentos de opinião que se solidificam na sociedade civil [...],

ultrapassando as divisões e estratificações ideológico-partidárias tradicionais” (WOLF, 2005, p. 205). Segundo Wolf:

Esses movimentos começam a fazer notícia, a superar o limiar da noticiabilidade, quando se considera que se tomaram significativos e relevantes o bastante para encontrar o interesse do público, ou quando dão lugar a eventos estudados propositalmente para irem ao encontro das exigências da mídia. [...] À medida que a integração em nível de noticiabilidade procede, os meios de comunicação de massa são estruturalmente levados a falar desses movimentos e a difundir sua imagem. [...] Esses movimentos acabam por se tornar fontes estáveis (e não mais ocasionais e controversas) dos aparatos da mídia. (WOLF, 2005, p. 205 e 206).

Avalia-se que na categoria de *single issue movements* podem ser incluídos os movimentos sociais e sindicais do campo defensores da democratização de acesso à terra no Brasil, a exemplo de: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-BRASIL/CUT), Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), Comissão Pastoral da Terra - CPT. Vez por outra, integrantes desses movimentos realizam marchas, ocupações de fazendas, prédios ou estradas, entre outras atividades, como forma de chamar a atenção da imprensa, lideranças políticas e população em geral para suas pautas de reivindicações. Apesar de que atos destes tipos já terem se tornado rotineiros e a imprensa muitas vezes não os divulgam, em determinados momentos ou campanhas (como a do Abril Vermelho) os veículos de comunicação se veem obrigados a fazer alguma divulgação, pois a grandiosidade das ações e sua repercussão na sociedade são tão volumosas que a não publicização prejudicaria sua imagem e até traria críticas negativas dos leitores, ouvintes, espectadores, etc. Mesmo não se adequando detalhadamente aos critérios de noticiabilidade “estabelecidos” pela imprensa, as ações dos movimentos sociais ganham algum espaço na mídia – embora muitas vezes suspeita-se que sejam distorcidos seus objetivos, o que pode levar a população a se posicionar contrária às pautas e ações das entidades que defendem a democratização de acesso à terra. Exemplo disso é que uma marcha de sem-terra na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, seja divulgada pela imprensa apenas no impacto que teve no engarrafamento do trânsito da região central da cidade, em vez de serem expostos os objetivos políticos, sociais e econômicos da manifestação a favor da Política Nacional de Reforma Agrária.

Dentro do aspecto de valores / notícia, a teoria *Newsmaking* ainda abrange uma série de critérios técnicos que vão nortear “o fazer notícia” pelos meios de comunicação. Entre

estes, estão os critérios formais, que se articulam sobre dois fatores: a importância e o interesse da notícia. Segundo Wolf (2005, p. 208) estes, são determinadas por quatro variáveis: 1 – grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos; 2 – impacto sobre a nação; 3 – quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; 4 – relevância e significatividade futura do fato.

A abordagem valores / notícia ainda se ocupa de alguns outros critérios, a exemplo dos relativos ao produto (nível de acesso às informações e se requer grande investimento de recursos financeiros e humanos), ao meio de comunicação (cada tipo de veículo – TV, rádio, impresso, “internético”, etc –, vai avaliar a possibilidade de veicular o fato, como fazer e em que intensidade), ao público (nível de conhecimento do fato e interesse sobre ele), à concorrência (se já foi divulgado, quando e como).

As rotinas produtivas dos meios de comunicação também são abordadas pela teoria *Newsmaking*, que as dividem em três fases: a coleta, a seleção e a apresentação. Os procedimentos rotineiros de recolhimento de informações que serão transformadas em notícias, bem como suas fontes, podem determinar o direcionamento do conteúdo – fazendo defesa de algo ou rejeitando outro aspecto / ator social. Bechelloni chama de “profissionalismo político” a capacidade que alguns atores têm em interagir com a imprensa, influenciar no recolhimento de informações e “criar” notícias:

O profissionalismo "político" consiste na capacidade de conhecer e dominar - de modo e formas que também não são explícitos - um conjunto de regras produzidas pelas relações que se estabelecem numa determinada sociedade entre sistema político, campo cultural e mercado. Em particular, a interação social dos indivíduos que agem nesses três campos da ação social produz uma determinada definição de "notícia" e uma determinada organização do trabalho jornalístico. (BECELLONI apud WOLF, 2005, p. 230).

O poder e a importância que determinada pessoa tem pode torná-la fonte para os mais diferentes assuntos, levando em casos extremos a direcionar a produção dos conteúdos. “Quanto aos que não têm poder, é mais difícil que se tornem fontes [...] enquanto suas ações não produzirem acontecimentos noticiáveis, por serem moral ou socialmente negativos”. (GANS apud Wolf, 2005, p. 235).

3.3.2 Agenda-setting

Quanto à Teoria do Agendamento ou *Agenda-setting*, essa apregoa que certas técnicas são utilizadas pela imprensa nos processos de inclusão ou exclusões dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, etc. de determinado tema, a fim de que a população se sensibilize com a temática abordada, levando-a a incluir ou excluir (dependendo da abordagem no conteúdo noticioso) tal assunto na sua agenda de discussões cotidianas.

Histórica e epistemologicamente é atribuído ao jornalista norte-americano Walter Lippmann a base da teoria do agendamento, quando ele, ainda em 1922, propôs uma análise crítica sobre a legitimidade da opinião pública nas sociedades de massa, baseando-se na impossibilidade de conhecimento direto da realidade. No seu livro, *Opinião Pública*, ele propõe a separação entre “mundo exterior” e as “imagens das nossas cabeças”.

Aqueles aspectos do mundo que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas”. (LIPPMANN, 2008, p. 40).

De acordo com Lippmann, as pessoas não conseguem, mesmo por meio de uma experiência individual, ter acesso direto à realidade cotidiana. Segundo ele, os meios de comunicação teriam um importante papel na disponibilização destas imagens e na estruturação cognitiva deste ambiente de realidade construída.

Lippmann considera que essas imagens vão se cristalizando, com o tempo, dando a sensação que aquilo apresentado a ele, cidadão comum, pela mídia é uma realidade verdadeira. O conjunto dessas visões e realidades forma a média das opiniões e vira opinião pública. Segundo essa linha de pensamento, quem controla os meios de comunicação, produz as imagens e assim cria realidades, o que leva à construção de opinião pública.

Já a Hipótese do Agendamento ou teoria *Agenda-setting*, surgiu década de 70 do século XX, quando Maxwell McCombs e Donald Shaw propuseram que as pessoas tendem a considerar mais importantes os temas veiculados com destaque na imprensa.

A hipótese do agenda-setting desenvolve-se partindo de um interesse geral para o modo como as pessoas organizam e estruturam a realidade circundante. A metáfora do agenda-setting é uma macrodescrição [*sic*] desse processo [...]. Ela se baseia em algumas admissões e interrogações específicas sobre o tipo de estratégias ativadas

pelos indivíduos quando eles estruturarem o seu próprio mundo. Por exemplo, a típica medida da agenda da mídia - que articula os temas conforme a frequência das suas referências - baseia-se no pressuposto de que a frequência com que um tema ou argumento aparece, é uma indicação relevante usada pelos destinatários para avaliar sua saliência. (MCCOMBS apud WOLF, 2005, p. 167, grifo do autor).

Em resumo, “a teoria da agenda é sobre a transferência da saliência de uma agenda para outra. As porções melhor desenvolvidas da teoria focam no elo existente entre a agenda da mídia e a agenda do público”. (MACCOMBS, 2009, p. 182).

Segundo alguns estudiosos da teoria, mesmo que as notícias veiculadas na imprensa não busquem, necessariamente, determinar o que as pessoas pensam sobre algum assunto específico, os dados das diversas pesquisas, realizadas ao longo das últimas décadas, demonstram que elas são bem-sucedidas em fazer com que o público pense e fale sobre um determinado assunto e não sobre outros, como aponta Shaw:

A hipótese da agenda-setting não sustenta que a mídia tenta persuadir [...]. Descrevendo e precisando a realidade externa, a mídia apresenta ao público uma lista de fatos a respeito dos quais se pode ter uma opinião e discutir. [...] A asserção fundamental da agenda-setting é que a compreensão das pessoas em relação a grande parte da realidade social é modificada pelos de comunicação de massa. (SHAW apud WOLF, 2005, p. 143).

Este argumento é reforçado pela carência de orientação do público, como forma de ter uma posição em relação aos fatos que estão ocorrendo. Isso, por que “quanto maior for a necessidade de orientação que as pessoas têm no âmbito de assuntos públicos, maior é a probabilidade delas atentarem para a agenda da mídia”. (MACCOMBS, 2009, p. 94).

Evidentemente que na “concorrência” pela influência do público existem outras fontes de informações. Já que “os *mass media* não é nossa única fonte de informação aos assuntos públicos. A experiência pessoal, que inclui conversações com família, amigos e colegas de trabalho também nos informa sobre muitos temas”. (MACCOMBS, 2009, p. 99).

No agendamento há uma série de fatores que contribuem para que determinado veículo da imprensa divulgue determinado conteúdo, com determinado enquadramento. Um enquadramento aplicado à agenda midiática é “a ideia central que organiza o conteúdo noticioso que por sua vez fornece um contexto e sugere sobre o que o assunto trata, através do uso de seleção, ênfase, exclusão e elaboração” (TANKARD apud MACCOMBS, 2009, p.

137). Este contexto fornecido integra o processo do agendamento dos assuntos pelo público e isso ocorre, segundo teóricos, pela aprendizagem:

À medida que os holofotes itinerantes da mídia se movem de objeto em objeto e ao longo dos atributos destes objetos em sua vigilância do ambiente, uma variedade de aprendizagens ocorre no público. Inicialmente, através da exposição à mídia, as pessoas tornam-se conscientes de elementos importantes no ambiente que estão além da sua compreensão pessoal imediata concedendo-lhe importância particular para selecionar alguns deles. Este aspecto da aprendizagem é o núcleo do processo do agendamento. (MACCOMBS, 2009, p. 206).

Dentro da teoria *Agenda-setting* um dos aspectos mais importantes para se conseguir o agendamento pelo público é a tematização. “Tematizar um problema significa, na realidade, colocá-lo na ordem do dia da atenção do público, dar-lhe a importância adequada, salientar a sua centralidade e o sua significatividade em relação ao fluxo normal informação não-tematizada” (Wolf, 2005, p. 165). Segundo Rositi, a tematização se insere na *Agenda-setting* como uma modalidade particular, sendo que sua função é:

Selecionar ulteriormente [...] os grandes temas sobre os quais há que concentrar a atenção do público e mobilizá-la para as decisões. O que então distingue um tema de um evento ou de uma classe de eventos, à qual já tenham sido atribuídos relevância e maior empenho de comunicação, é, nesta acepção, não apenas a reunião de uma série de eventos e com uma duração consistente, dentro de uma seção ad hoc (específica, temporal e espacialmente limitada), mas o fato de se fazer convergir essa mesma série de eventos na indicação de um problema que tenha um significado público e que reivindique uma solução (ou decisão). (ROSITI apud WOLF, 2005, p. 165).

O processo de construção de um agendamento tem algumas fases, sendo coletivo e passando por um certo grau de reciprocidade, como detalha Lang - Lang:

1. a mídia enfatiza um acontecimento, uma ação, um grupo, uma personalidade etc., de modo que passa para o primeiro plano. [...] Esta é a fase da focalização, mas é apenas a primeira, necessária, porém insuficiente, para determinar a influência cognitiva por si mesma;
2. o objeto focalizado pela atenção da mídia deve ser enquadrado à luz de algum tipo de problema que ele representa: é a fase do *framing*, do “delineamento” de um quadro interpretativo para o que foi coberto intensivamente;
3. na terceira fase, cria-se um vínculo entre o objeto ou o evento e um sistema simbólico, de modo que o objeto torna-se parte de um panorama social e político reconhecido; é a fase em que os meios de comunicação de massa são decisivos na ligação de acontecimentos discretos, descontínuos em relação a um fato constante, que se desenvolve sem solução de continuidade;
4. por fim, o tema ganha peso se puder personificar-se em indivíduos que se tornem seus “porta-vozes”. A possibilidade de dar forma à agenda está, em grande parte, na sua habilidade de dirigir a atenção da mídia, num processo de ênfase que repropõe todo o ciclo de fases. (LANG - LANG apud WOLF, p. 179).

Neste aspecto, reside o maior problema do agendamento – o direcionamento. Esse direcionamento é feito por uma pessoa, grupos políticos e financeiros que buscam influenciar as massas e outros grupos, com diversos interesses, incluindo poder e riqueza. Isso leva a uma série de questionamentos, a exemplo de: quem faz a agenda da mídia? Qual objetivo em divulgar algo e com determinado enfoque em detrimento de outros temas?

Esses direcionamentos podem, teoricamente, levar a população a não "agendar" os verdadeiros motivos das ações de reivindicações populares e de movimentos sociais no seu cabedal de discussões.

Essa eclipsação teria por objetivo reduzir registro, debate, discussão por parte da população de qualquer atividade valorosa em relação a temas promovidos por agrupamentos sociais marginalizados social e economicamente – a exemplo das reivindicações relacionadas ao tema reforma agrária e ao modelo de Agricultura Familiar. Neste caso, por traz dos direcionamentos nos conteúdos dos veículos de comunicação pode haver grandes empresários ligados ao Agronegócio, aliados a políticos e integrantes de outras elites sociais e econômicas que se beneficiam de alguma forma do comércio gerado por empresas agropecuárias.

É um fato conhecido que o agronegócio gera muita riqueza, *commodities*, dólares ao Brasil, bem como que ao longo dos séculos os grandes produtores rurais acumularam patrimônio e poder, ocupando diversos segmentos da economia brasileira, incluindo os meios de comunicação de massa. Isso leva a suspeita que os grandes produtores rurais são também donos, sócios ou mantêm relações econômicas estreitas com a maioria dos veículos de comunicação e imprensa do Brasil. Suspeita-se ainda que, conseqüentemente, eles têm um relativo poder de direcionamento no que é produzido, valorizado, eclipsado nos meios de comunicação – mesmo com alguma resistência de jornalistas favoráveis à pluralidade de pontos de vista nos conteúdos jornalísticos. “O poder político é também parte interessada na construção da agenda midiática e, de maneira geral, no jogo de manipulação. Há uma guerra entre políticos e jornalistas, guerra simbólica, mas cujo objetivo é influenciar a opinião pública”. (CHARAUDEAU, 2013, p. 257).

Já para Bourdieu, por vezes o jornalista, enquanto trabalhador, é o elo mais fraco nesta guerra entre poderosos que querem destaque para si e seus interesses econômicos e políticos:

“Quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, depende em primeiro lugar do grau de concentração da imprensa (que, reduzindo o número de empregadores potenciais, aumenta a insegurança do emprego); em seguida, da posição de seu jornal no espaço dos jornais, isto é, mais ou menos perto do pólo [*sic*] “intelectual” ou do pólo [*sic*] “comercial”; depois, de sua posição no jornal ou órgão de imprensa (efetivo, free-lancer [*sic*] etc.), que determina as diferentes garantias estatutárias (ligadas sobretudo à notoriedade) de que ele dispõe e também seu salário (fator de menor vulnerabilidade às formas suaves de relações públicas e de menor dependência com relação aos trabalhos de sustento ou mercenários através dos quais se exerce a influência dos patrocinadores); e, enfim, de sua capacidade de produção autônoma da informação (sendo certos jornalistas, como os vulgarizadores científicos ou os jornalistas econômicos, particularmente dependentes). (BOURDIEU, 1997, p. 103)

Bourdieu faz ainda uma análise mais abrangente do “universo midiático”, ao chamá-lo de campo jornalístico, por considerar este com fronteiras de trabalho definidas desde o século XIX (ao se distanciar das artes e dos relatos narrativos tecnicistas), mas com penetração em diversos outros campos, a exemplo do político, econômico e artístico – já que precisa interagir densamente com estes universos a fim de acessar informações deles e divulgar amplamente.

Segundo ele, “o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência” (BOURDIEU, 1997, p. 106). Na avaliação de Bourdieu, são mais propensos a reproduzir o “critério do índice de audiência” (BOURDIEU, 1997, p. 106) os jornalistas que ocupam cargo mais elevado, ocorrendo o contrário para os jovens e iniciantes na profissão. E essa influência atrelada ao mercado interfere em diversos outros campos:

[...] o reforço da influência de um campo jornalístico, ele próprio cada vez mais sujeito a dominação direta ou indireta da lógica comercial, tende a ameaçar a autonomia dos diferentes campos de produção cultural, reforçando, no interior de cada um deles, os agentes ou as empresas que estão mais propensos a ceder a sedução dos lucros “externos” [...]. (BOURDIEU, 1997 p. 110).

3.4 DISPUTA DE PODER E SENTIDO

Em todas as atividades humanas um dos elementos básicos é a comunicação, sendo ela construída por meio de um processo social essencial, que é a troca simbólica, de sentidos e significados – cujas abordagens e estudos são feitos profundamente pela teoria Semiótica.

Desde as mais primárias atividades coletivas humanas, como coleta de comida ou caça de animais, a comunicação e trocas simbólicas se estabeleceram como essenciais para a organização das tarefas e o sucesso da empreitada. Isso, foi ampliado com o surgimento dos

primeiros agrupamentos populacionais, às margens de rios e nas proximidades de fontes de comida, com o incremento da produção, por meio de plantações e criação de animais, bem como da sofisticação da vida social, cultural, política e militar. Assim, a comunicação interpessoal e coletiva passou a ser prioritária, pois sem ela as outras atividades não existiriam. Sem interação entre pessoas para plantar no momento certo das chuvas não haveria boas colheitas; sem planejamento para pastorear animais em locais com comida eles não engordariam nem se reproduziriam; sem definição das atividades de segurança das cidades poderia haver perdas de terras e outros bens para grupos rivais.

As trocas simbólicas de sentidos e significados estão presentes desde o modo de andar, aos tipos de vestimentas, o corte de cabelo, os adereços e enfeites que usam, as modalidades de casas / abrigos onde residem, o transporte que utiliza, armas e utensílios de trabalho, etc. Chefes e escravos / trabalhadores se vestem diferente, assim como mulheres e homens também. Um morador da cidade pode ter comportamento, roupas, armas e transporte diferente de alguém que vive no campo – e estes podem se diferenciar também, caso sejam agricultores, pastores ou caçadores, por exemplo. Todos estes universos de comportamentos, vestimentas, moradias, transportes (como exemplos de categorias básicas das primeiras povoações humanas) estão permeadas pelo simbólico, pela comunicação.

Um dos mais característicos exemplos de sociedade antigas que criaram simbologias para diferenciar as suas diversas castas é o Egito Antigo. Começa com o Faraó, cuja palavra significa “casa grande”, que era o mais poderoso líder do país, pois concentrava toda a administração, os tribunais, a justiça e comércio, além de ser o sacerdote chefe dos templos e líder supremo do Exército. Sua imagem era associada aos deuses, pois nasciam como Hórus – filho de Rá, deus Sol. Abaixo dele, na casta superior, estavam sua família, os sacerdotes e a aristocracia; nas castas médias havia funcionários públicos, escribas, comerciantes, artesãos e soldados; nas castas inferiores estavam as massas camponesas. Já naquele mundo do Egito Antigo a comunicação formal do Estado e da sociedade tinha um importante papel e os profissionais que a exerciam, os escribas (apenas homens poderiam atuar como tal), tinham grande privilégio e credibilidade, como fica explícito em uma transcrição de um papiro egípcio:

Desejo que ames a escrita mais do que a tua própria mãe. Descortino para ti os encantos da arte de escrever; nenhuma outra profissão tem encantos maiores. Em todo o país nada existe capaz de igualar esta arte em beleza. O aprendiz de escriba,

mal inicia, criança ainda, seus estudos, já é alvo de saudações e passa a servir de mensageiro. [...] Dentre todos os que exercem uma profissão somente o escriba não está sujeito a receber ordens. Ele próprio manda. (MOTA; BRAICK, 1997, p. 16).

Mesmo após milhares de anos do fim das primeiras civilizações desenvolvidas do mundo antigo o universo da comunicação e simbologia cresce amplamente, se tornando mais sofisticada e complexa. Apesar da ciência se dedicar, nos últimos 150 anos, mais fortemente a temas relacionados ao universo comunicativo, se tem a clareza que “a modernidade não descobriu a comunicação – apenas a problematizou e complexificou seu desenvolvimento, promovendo o surgimento de múltiplas formas e modulações na sua realização” (RUDIGER apud SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 23).

O processo de comunicação é altamente complexo, mas em linhas gerais envolve algo a ser retratado, atores que queiram repassar alguma informação, um meio a ser usado para repasse do comunicado, outros atores interessados na mensagem e qualificados / habilitados a entender. Diálogo e referências comuns são cruciais para o sucesso do ato, como esclarecem Santaella e Nöth:

O protótipo de um processo de comunicação é o diálogo, no qual, numa troca recíproca de papéis, o emissor torna-se receptor e o receptor, emissor. Esta reversibilidade dos papéis na comunicação pressupõe um sistema de referência comum através do qual os comunicantes possam entrar em contato. (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 49).

Também é importante na comunicação a intencionalidade do sujeito comunicante, além de “consenso e congruência” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 51). No entanto, existe comunicação não verbal e visual, que não necessitam de intencionalidade para sensibilizar o receptor atento.

Mas no centro de qualquer comunicação – seja ela com ou sem intencionalidade, interpessoal ou midiática –, está o signo, que tem o papel de mediador entre objeto e interpretante. E essa atuação do signo perpassa a comunicação, indo interagir com as mais diversas disciplinas, a exemplo da “[...] biologia, a medicina, a psicologia, as ciências sociais, o direito, a educação, a filologia, a musicologia, a história da arte, a literatura etc” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 75).

3.5 DISCURSO

Para a conclusão deste trabalho de pesquisa, se fez uma extensa investigação científica nos textos referencias de alguns jornais nacionais e locais, bem como em relação aos elementos sociais, políticos, ideológicos, culturais que de alguma forma possa ter contribuído do direcionamento ou orientação da linha de construção do material midiático.

Assim, para verificar, compreender e buscar conclusões sobre as intenções, direcionamentos, tentativas de convencimento, elementos comunicativos subliminares, ideologias aplicadas no material objeto desta pesquisa, etc, se utilizou técnicas analíticas textuais e contextuais da Análise do Discurso, enquanto metodologia especializada em tais abordagens, que segundo Pinto tem os elementos essenciais para tanto:

[...] a análise de discurso procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos veiculados àqueles produtos na sociedade. Os produtos culturais são entendidos como textos, como formas empíricas de uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente. (PINTO, 1999, p. 7).

A escolha da Análise do Discurso como ferramenta metodológica analítica se deve a seu arcabouço teórico, desenvolvido nas últimas décadas por especialistas, e sua peculiaridade de abordar tanto o discurso (enquanto prática social de produção de textos, conteúdos) e texto – que é a materialização do discurso, o produto construído que vai ser objeto da análise do investigador científico. Desta forma, a abordagem pega o contexto, a intencionalidade de produção daquele determinado discurso (e suas variáveis discursivas), daquela posição política, ideológica, social, cultural explícita ou subliminar que orientou ou influenciou para a construção, materialização do texto físico – que pode tanto ser formado por palavras, quanto por imagens (fixa ou em movimento), arte, etc. Isso, normalmente, utilizando técnicas que lembram a engenharia reversa – que desmonta algo para lhe compreender a construção. Assim, nesta pesquisa se utilizou o texto propriamente dito para se chegar aos elementos políticos, ideológicos, sociais e culturais que orientaram sua construção, casando a análise material com a do ambiente social – contexto histórico-social e suas condições de produção –, que rodeia a mente e ideias da pessoa ou grupo autor da composição textual.

Em alguns países do mundo estudiosos se dedicaram ao desenvolvimento de uma técnica ou ciência para identificar elementos materiais ou simbólicos / significativos presentes em conteúdos, em textos diversos. Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e França foram países onde houve bom desenvolvimento teórico destas técnicas.

Influenciada possivelmente pelo perfil crítico e militante de boa parte da população (incluindo aí também os intelectuais e cientistas sociais), bem como do momento político da nação (protestos da década de 60 do século XX) e daquela parte do mundo (altamente envolvida pelas disputas entre os blocos comunista e capitalista, materializadas pela chamada “Guerra Fria”), houve na França um grande interesse de estudiosos de Linguística e Comunicação para entender, em profundidade, as mensagens explícitas e subliminares dos conteúdos da mídia / imprensa, relacionando isso tudo com ao ambiente e contexto social. Isso fez com que houvesse um desenvolvimento muito expressivo da Análise do Discurso no país – motivo pelo qual se vai utilizar os pressupostos da versão francesa desta metodologia para embasar as investigações deste trabalho de pesquisa.

Um estudioso francês que tem trazido muita contribuição para a Análise do Discurso é o linguista Patrick Charaudeau, que na década de 80 do século XX desenvolveu (junto com outros pensadores, incluindo brasileiros) a teoria Semiolinguística. Essa teoria prega que a linguagem está intimamente relacionada com o contexto psicossocial no qual ela se realiza. Sendo que o ato de linguagem é o produto de um contexto do qual participam um emissor e um receptor. E estes, sendo pessoas diferentes, podem dar interpretações e sentidos diferentes a uma expressão linguística. Segundo Charaudeau:

[...] o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. E, pois, a imbricação das condições extradiscursivas [*sic*] e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Descrever sentido de discurso consiste, portanto, em proceder a uma correlação entre dois polos. (CHARAUDEAU, 2013, p. 40).

A interpretação do signo (processo chamado de semiose) de comunicação materializa a transmissão de uma informação, de um sentido, significado. Para tanto, tem que haver uma simetria, uma similaridade na comunicação / interpretação entre emissor (que interpreta um fato ou sentimento, para depois o comunicar) e receptor / interpretante (que busca interpretar a

mensagem recebida). Charaudeau defende que a interpretação do signo está ligada à relação social:

O sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca. O sentido se constrói ao término de um duplo processo de semiotização: de transformação e de transação. (CHARAUDEAU, 2013, p. 41).

Migrando o signo da base da comunicação pessoal e interpessoal, para os conteúdos carregados de sentidos, significados explícitos e subliminares dos meios de comunicação, chega-se às notícias, às informações diversas da imprensa:

[...] modo discursivo transforma o acontecimento midiático em notícia atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação. Os modos discursivos organizam-se em torno de três categorias de base definidas anteriormente: “relatar o acontecimento”, “comentar o acontecimento”, “provocar o acontecimento”. Isso permite distinguir, por exemplo, a reportagem (“acontecimento relatado”), o editorial (“acontecimento comentado”) e o debate (“acontecimento provocado”). (CHARAUDEAU, 2013, p. 207).

Os veículos de comunicação são também empresas, que buscam ter lucro, por meio da ampliação do mercado consumidor de seus conteúdos informativos. E, para isso, ela precisa atuar em dupla lógica:

De um ponto de vista empírico, pode-se dizer que as mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica: uma lógica econômica que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazendo parte dessa lógica); e uma lógica simbólica que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2013, p. 21).

Mas um veículo de comunicação somente terá sucesso enquanto empresa e fornecedor de símbolos confiáveis, replicáveis, reproduzidos amplamente, se tiver também credibilidade:

As mídias, em sua visada de informação, estão em confronto permanente com um problema de credibilidade, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Desse modo, estão engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam. (CHARAUDEAU, 2013, p. 90).

A simbiose entre informação e poder tem nos veículos de comunicação da imprensa um palco para desenvolver cenários, conjecturas, exercícios de futurologia, direcionamentos.

Isso, porque “o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere” (CHARAUDEAU, 2013. p. 63). Esta constatação pode explicar o interesse de grupos empresariais dos mais diversos segmentos buscarem influenciar profissionais da imprensa para produção de conteúdos que lhes favoreça. Explica ainda o fato de estes grupos fundarem meios de comunicação ou mesmo entrarem como sócios em empresas da área, para desta forma direcionarem as pautas e coberturas dos eventos que lhes favoreça.

CAPÍTULO IV

4 PESQUISA

4.1 O MASSACRE DE ELDORADO

O trajeto histórico que culmina com o chamado “Massacre de Eldorado do Carajás” tem início com as ações e ocupações de terras do Pará pelo MST ainda nos anos 80 do século XX. Em 1986 o MST inicia atuação no Sul do Pará tendo forte ligação com Central Única dos Trabalhadores (CUT) e CPT. Em 1990, faz sua primeira ocupação no Estado, na fazenda Ingá, no município de Conceição do Araguaia. No ano de 1992 ocupa fazenda no município de Parauapebas. Isso tudo com trabalho de base a partir de militantes vindos do Maranhão (NEPOMUCENO, 2007, p. 191).

Essas ocupações de terras no Pará, muitas delas reivindicadas / exploradas por grandes latifundiários e políticos da região (e até mesmo de outros estados), criavam um clima de animosidade e confronto no meio rural entre fazendeiros e os sem-terra.

No caso específico que levou a confronto e ao massacre, o início ocorreu em setembro de 1995, quando cerca de 3.500 famílias de trabalhadores rurais formaram um acampamento à margem da estrada, próximo à Fazenda Macaxeira, reivindicando a desapropriação dessa área, considerada improdutiva. No dia 5 de março de 1996, as famílias acampadas à margem da rodovia PA-275 decidiram ocupar a fazenda, dando início a novas negociações junto ao Incra, que havia considerado a área produtiva. “Para os coordenadores do MST, o laudo que declarava os pastos e capinzais [...] como terra produtiva seria resultado de suborno de funcionários do Incra” (NEPOMUCENO, 2007, p. 130).

No processo de negociação entre sem-terra e autoridades, houve promessa do Governo do Estado do Pará em ser mediador com o Incra para agilizar o assentamento das 3.500 famílias, bem como em enviar 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios para o acampamento. Como as promessas não foram cumpridas cerca de 1.500 famílias sem-terra iniciaram uma marcha até a capital Belém, distante 800 km.

No dia 16 de abril, os trabalhadores resolveram bloquear a estrada PA-150, no km 95, próximo à cidade de Eldorado dos Carajás, exigindo comida e ônibus para continuarem a marcha. Novas negociações foram abertas, mas na manhã do dia 17 de abril surgiu informação de que as negociações estavam canceladas. Por conta disso, os sem-terra voltaram a bloquear a estrada, na altura da denominada “Curva do S”, no município de Eldorado dos Carajás, onde ocorreu o massacre, por ação da Polícia Militar (PM) do Pará:

Por volta das 16 horas do dia 17 de abril, os trabalhadores rurais foram literalmente cercados: policiais do quartel de Parauapebas se posicionaram a oeste, enquanto o leste foi cercado por policiais do batalhão de Marabá. [...] Na hora, morreram 19 trabalhadores rurais, com 37 perfurações de bala, e 56 ficaram feridos. Outros dois morreram dias depois. Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas. Ficaram nos corpos dos mortos 17 balas e 12 deles apresentaram cortes profundos com foices e facões, provavelmente instrumentos retirados dos próprios trabalhadores rurais. Um teve a cabeça esfaçalhada²⁷.

Oficialmente o quadro formado pelos policiais militares diretamente envolvidos com as mortes aponta que eles eram poucos, estavam mal armados para enfrentar um agrupamento de sem-terra com 10 vezes mais pessoas. Mesmo assim, o confronto foi letal:

As mortes foram o resultado da ação de 155 homens, divididos em dois grupos de soldados, cabos, sargentos e um tenente, um capitão, além dos comandantes – um coronel e um major. [...] Os soldados carregavam armas de regulamento: sete revólveres calibre 38, 11 revólveres calibre 32, dez submetralhadoras calibre nove milímetros, 66 fuzis calibre 762, além de 29 cassetetes, 14 escudos, bombas de gás lacrimogênio e bombas de efeito moral (NEPOMUCENO, 2007, p, 118).

Como havia mais homens que armas uma das explicações possíveis é que essas eram as oficiais, pois os militares também portavam outros armamentos não registrados pelos investigadores.

O inquérito policial sobre o caso apontou que a PM entregou como sendo armas dos sem-terra “10 revólveres calibre 38, três revólveres calibre 32, uma garrucha calibre 32 outra ‘de fabricação caseira’, sem calibre estabelecido, e 17 espingardas, também ‘de fabricação caseira’ moral (NEPOMUCENO, 2007, p. 122).

A atuação das diversas instâncias políticas junto à justiça foi minando as possibilidades de julgamento dos acusados de participação nos assassinatos, como foi o caso

²⁷ <http://www.mst.org.br/nossa-historia/96/> (acessado em 19.02.2019)

do livramento do governador Gabriel e o secretário de Segurança Câmara, que deram as ordens para a PM “usar a força” contra os sem-terra, pelo STF:

Em setembro de 1997, o Supremo Tribunal Federal decidiu suspender e arquivar as investigações sobre a eventual responsabilidade de Almir Gabriel, Paulo Sette Câmara e o coronel Fabiano Lopes no massacre de Eldorado do Carajás (NEPOMUCENO, 2007, p, 186).

Houve três tentativas de julgamento do caso teve, pois os dois anteriores foram cancelados por explícita falta de isenção da Justiça do Pará. No último, em 2002, o juiz Roberto Mourão em uma única sessão julgou 128 acusados.

O promotor e seus assistentes tiveram exatamente um minuto e meio para apresentar provas de participação de cada um deles. No total, foram cinco sessões nas quais se julgou os destinos de 144 policiais militares. Dois deles – e apenas dois, o coronel Pantoja e o major Oliveira –, foram condenados. Todos os outros, entre os quais os assassinos de 19 sem-terra, foram declarados inocentes. (NEPOMUCENO, 2007, p. 203)

Mario Colares Pantoja e José Maria Pereira Oliveira foram condenados a 228 e 158 anos, respectivamente, e foram presos apenas em novembro de 2004, ficando em quarteis da PM em Belém. Em setembro de 2005 os dois foram soltos.

Por conta do “Massacre de Eldorado do Carajás” o 17 de abril passou a ser o Dia Mundial da Luta pela Terra.

4.2 RECORTE TEMPORAL

Para se fazer comparação entre dois espaços de tempo distintos, governos diferentes e conjunturas políticas diversas – e assim tornar a pesquisa base dessa Dissertação de Mestrado rica em termos de elementos de análise, suas divergências, contradições, bem como buscar similaridades –, foi definido que seriam analisados conteúdos de jornais impressos nacionais e estaduais durante o chamado “Abril Vermelho”. No primeiro Governo de Dilma Rousseff, no ano de 2014, e do Governo de Michel Temer, em 2017.

O “Abril Vermelho” foi escolhido por ser um período no qual desde 1997 acontecem todo ano uma série de manifestações para cobrar atendimento das reivindicações relacionadas à Política de Reforma Agrária (que é essencialmente realizada no modelo de Agricultura

Familiar) e lembrar o “Massacre de Eldorado do Carajás”. No período se intensificam as cobranças, as ocupações de imóveis rurais e prédios públicos por todo o país, confrontos físicos com forças de segurança, divulgação de pauta de reivindicações, documentos e manifestos denunciando a falta de atuação do Governo e ataques de ruralistas a sem-terra e assentados, agricultores familiares, quilombolas, comunidades tradicionais, entre outros agrupamentos socialmente marginalizados. As manifestações repercutem na mídia e consequentemente na opinião pública, nos setores empresariais e produtivos relacionados ou confrontados com o Governo Federal. Portanto, o período, normalmente é rico em cobertura da mídia e assim, poderia fornecer material em quantidade e qualidade para a pesquisa, por meio de conteúdos publicados na imprensa escrita nacional e de estados importantes para a economia e os públicos do meio rural brasileiro.

Já em relação às escolhas do primeiro Governo de Dilma e o ano de 2014, bem como do Governo de Temer, em 2017, isso se deu porque Rousseff é oriunda do Partido dos Trabalhadores (PT), que tem histórico de ligação com movimentos sociais e ideologias de esquerda – tecnicamente defensoras de minorias sociais, econômica e culturalmente marginalizadas, bem como valorizador da democratização de acesso à terra e das políticas públicas para favorecer estes grupos, incluindo Agricultura Familiar –, enquanto que Michel é um histórico ‘cacique’ do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um partido político tipicamente caracterizado como de direita (ou de centro-direita, para alguns analistas) e, portanto, técnica e historicamente atrelado aos opositores dos movimentos sociais que reivindicam Reforma Agrária, fortalecimentos das modalidades familiares de relação com o meio rural. Evidentemente que apesar das oposições “técnicas e ideológicas” dos dois governantes e dos partidos que deram sustentação a seus governos, PT e MDB eram base da “gestão de esquerda” petista até 2016, pois Dilma e Michel foram eleitos na mesma chapa para a Presidência da República – quebrada após processo de *impeachment*, que levou à cassação de Rousseff, passando Temer a assumir o cargo máximo do país.

Então, deste universo de conjunturas políticas diferentes, governos com oposições “técnicas e ideológicas” sobre a questão agrária e os modelos de desenvolvimento social e econômico da Agricultura familiar e do Agronegócio, se vislumbrou a possibilidade de surgir elementos ricos para fazer comparações, buscar similaridade, por meio de uma pesquisa científica, na verificação da quantidade e qualidade das divulgações dos conteúdos da imprensa impressa do país sobre o tema da dissertação.

4.3 UNIVERSO DE PESQUISA

O primeiro e maior desafio da pesquisa foi o tamanho do seu universo, do volume, do número de edições de jornais impressos que o pesquisador teria de ler e analisar para identificar a quantidade e qualidade de conteúdos publicados sobre os modelos de desenvolvimento social e econômico da Agricultura Familiar e do Agronegócio.

Embora a princípio se possa dizer que são comparações de apenas dois meses de anos diferentes, na prática isso significou que somente para os três jornais nacionais (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e Correio Braziliense) foram lidas e analisadas 180 edições – algumas delas com cerca de 200 páginas.

Já sobre os jornais estaduais, apesar de eles terem normalmente menos páginas, foram lidas e analisadas cerca de 230 edições – já que alguns dias de certos jornais não houve edição e o acesso aos arquivos não abarcaram todos os dois meses de abril de 2014 ou 2017 de todos os veículos. Assim, foram objeto de análise os conteúdos dos jornais impressos do Pará “O liberal” (dois meses de abril de 2014 ou 2017) e “Diário do Pará” (apenas o mês de abril de 2014), já no Maranhão foram analisados materiais de “O Estado do Maranhão” (dois meses de abril de 2014 ou 2017) e “O Imparcial” (somente o mês de abril de 2017), enquanto que em Mato Grosso, a pesquisa foi feita nas edições de “A Gazeta” (dois meses de abril de 2014 ou 2017).

Uma adversidade que marcou esta pesquisa foi o acesso aos jornais analisados, pois mesmo com contratos de assinaturas formalizados as plataformas eletrônicas dos veículos da imprensa tinham peculiaridades que até atrapalhavam, já que eram diversas as formas de pesquisar, localizar páginas e mesmo elementos específicos, como frases ligadas à temática – a exemplo de “ruralista”, “agricultor”, “sem-terra”, “movimentos sociais”, “pecuarista”. Algumas vezes as plataformas eletrônicas dos jornais estavam sem acesso ou com lentidão, dificultando as pesquisas. Outra coisa que prejudica a ilustração desta pesquisa é que por uma questão de atendimento às legislações sobre direito autoral e propriedade intelectual – que proíbem publicações sem autorização explícita de páginas dos jornais em quaisquer meios de comunicação / divulgação –, não foi possível inserir neste trabalho os conteúdos dos veículos analisados, mas apenas citá-los e indicar onde os encontrar (veículo, data, edição, caderno,

página). No entanto, o material jornalístico base desta pesquisa pode ser acessado nas páginas eletrônicas dos veículos pesquisados, cujos endereços estão na nota de rodapé.²⁸

Embora paralelo à pesquisa, o que impressionou nas leituras dos jornais foi a quantidade de publicidade nos jornais impressos do Brasil, notadamente os nacionais. Essas publicidades, principalmente com anúncios de venda de veículos e imóveis urbanos / casas e apartamentos, chegam a ocupar 40% de todo o jornal – o que de certa forma faz reduzir o espaço para reportagens sobre diversos temas que possam interessar os públicos urbanos e rurais do país, já que um dos grandes custos dos impressos é com aquisição de papel.

E essa publicidade tem sofrido concorrência com veículos eletrônicos, *sites* e portais de notícias, bem como redes sociais. Somente em 2018 o *Google* faturou US\$ 4,7 bilhões com setor de notícias, em seu serviço de buscas e no *Google News*, de acordo com estudo divulgado *News Media Alliance – NMA*²⁹. Mesmo assim, os veículos de comunicação impressa do Brasil, ao ano, arrecadam com publicidade cerca de R\$ 8 bilhões – dados de 2017³⁰. Bem como a circulação digital dos grandes jornais cresce no país, mostrando uma adaptação dos veículos ao universo digital facilitado e com bem menos custos que o papel³¹. Isso também acontece porque a publicidade em edições impressas de jornais e revistas tem alta confiança da audiência, segundo indica estudo da NMA³².

²⁸ Os conteúdos eletrônicos dos jornais pesquisados neste trabalho estão nos seguintes links:

- “Correio Braziliense” (www.correiobraziliense.com.br e <http://buscacb.correiobraziliense.com.br/>);

- “Folha de São Paulo” (<https://www.folha.uol.com.br/> e <https://folha.com.br/digital>);

- “O Estado de São Paulo” (<http://www.estadao.com.br/> e <https://acesso.estadao.com.br/login/?r=https://www.estadao.com.br/>);

- “O liberal” (<https://www.oliberal.com/> e <http://www.oliberaldigital.com.br/>);

- “Diário do Pará” (<https://www.diarioonline.com.br/> e <http://digital.diariodopara.com.br/web/?state=edicoesanteriores>)

- “O Estado do Maranhão” (<https://imirante.com/oestadoma/> e <https://login.oestadoma.com/login/>);

- “O Imparcial” (<https://oimparcial.com.br/> e https://assine.oimparcial.com.br/hotsite/?_ga=2.127505486.2119492991.1547755764-2143089504.1547231958);

- “A Gazeta” (<https://www.gazetadigital.com.br/> e <https://www.gazetadigital.com.br/edicoes>).

²⁹ <https://www.anj.org.br/site/component/k2/97-midia-nacional/20474-google-faturou-us-4-7-bilhoes-com-setor-de-noticias-em-2018-diz-estudo.html> (acessado em 10.01.2019)

³⁰ <http://propmark.com.br/midia/jornais-e-revistas-movimentam-r-8-bilhoes-com-publicidade> (acessado em 10.01.2019)

³¹ <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/30/circulacao-digital-dos-grandes-jornais-cresce-no-brasil.html> (acessado em 10.01.2019)

³² <https://www.anj.org.br/site/component/k2/73-jornal-anj-online/20043-publicidade-em-edicoes-impressas-de-jornais-e-revistas-tem-alta-confianca-da-audiencia-indica-estudo-da-nma.html> (acessado em 10.01.2019)

4.4 ESTRUTURA DA PESQUISA

Uma dificuldade a mais encontrada durante a pesquisa foi como “medir”, mensurar os espaços ocupados pelos conteúdos relacionados aos modelos de desenvolvimento social e econômico da Agricultura Familiar e do Agronegócio em cada página de cada jornal analisado.

A mensuração foi a primeira etapa da análise da pesquisa, pois a partir dela se passou a fazer a Análise de Discurso do material. Destaca-se aqui que há grandes diferenças materiais, visuais e simbólicas entre um conteúdo publicado em espaço desprestigiado e outro em local e tamanho valorizados. Exemplo disso, é que a publicação de um caderno especial de quatro páginas, em tamanho *standard* (com mancha gráfica / área destinada a impressão de aproximadamente 50 centímetros por 30 cm) – com riqueza de pontos de vista e informação, sofisticada diagramação, fotos generosas (até com enquadramentos artísticos), etc. e tal –, é muito diferente de uma simples nota em coluna ou uma curta matéria jornalística ocupando apenas 12 centímetros, ou 1/24 avos de toda uma página (alcançado ao se dividir a página do jornal em seis colunas e estas em quatro blocos, totalizando 24 espaços a serem preenchidos com publicidade, anúncios, textos jornalísticos, fotos, artes, infográficos, olhos). E foi exatamente isso que aconteceu na edição do jornal Folha de São Paulo, do dia 26 de abril de 2017 (caderno Poder, página A7), quando uma matéria sobre assassinato de um sem-terra líder do MST em Minas Gerais ocupou o ridículo espaço.

Por isso, era necessária a construção de uma lógica mensurável, para além dos centímetros quadrados de medição dos espaços de uma página de jornal e atrelando a isso já uma avaliação prévia da importância daquele material em termos de qualidade – aqui considerada por meio do espaço que ocupa na página, da diversidade de elementos visuais na diagramação, a exemplo de fotos, artes, infográficos, *box* (que é um texto curto relacionado ao tema), olho (trecho do texto da matéria em destaque), se tem chamada / manchete periférica na capa.

Assim, a cada leitura de página dos jornais objeto da pesquisa se fazia dois tipos de análises – uma de agendamento (para saber se temas relacionados ao objeto estavam publicados, que espaço utilizava, se havia algum destaque ao assunto) e outra de Análise do

Discurso, com objetivo de identificar direcionamentos, pontos de vista, opinião explícita ou subliminar.

O esforço de tabulação do material coletado na amostragem obedeceu a seguinte verificação e qualificação:

- a) Divulgação ou não de informações relacionadas ao tema da pesquisa (se não divulgava, aquela página era descartada e se passava à próxima);
- b) nos casos de divulgação do tema observava se as informações eram sobre Agronegócio ou Agricultura Familiar;
- c) verificação do nível de aprofundamento no tema, como nível de densidade / profundidade e a qualidade do conteúdo, com base na identificação de fontes consultadas;
- d) averiguação do nível de destaque da publicação nas edições analisadas, a partir da classificação de **Fraco** (quando a publicação era periférica em relação aos espaços mais nobres do jornal, e a abordagem do tema era superficial e indireta), **Médio** (quando a publicação ganhava espaço nas editorias específicas, mas o texto tratava a notícia de maneira mais objetiva e seca), **Forte** (quando a publicação ganhava destaque na capa, em cadernos ou material especial, ou ainda uma página inteira com várias fontes e apuração maior das informações).

O passo seguinte à tabulação foi o esforço que se direciona para uma Análise de Discurso presente nos conteúdos com base nas seguintes categorias:

- a) Níveis de intencionalidade – quando o enfoque do conteúdo publicado revela um ponto de vista explícito ou implícito, um direcionamento identificável na construção do título e *lead* do texto;
- b) níveis de diversidade de fontes – quando o texto recorre a mais de uma fonte e se buscou percepções divergentes sobre o tema abordado;
- c) nível de tendências ideológicas – quando há explícita argumentação de defesa do Agronegócio ou Agricultura familiar;
- d) nível de subjetividade – quando o texto recorre a simbologias, valores de sentidos, imagens conotativas que sugerem de maneira subliminar um ponto de vista específico sobre o tema.

Essas buscas de pistas de sentido ainda se ampara nas teorias de *Newsmaking* e *Agenda-setting*, como já visto.

Por fim, como análise complementar, ainda buscou observar se as aplicações caracterizariam ou não as estratégias de dominação e manutenção do *status quo* como se preocupa a teoria crítica.

4.5 APONTAMENTOS E ANÁLISE

4.5.1 Dados mensurados

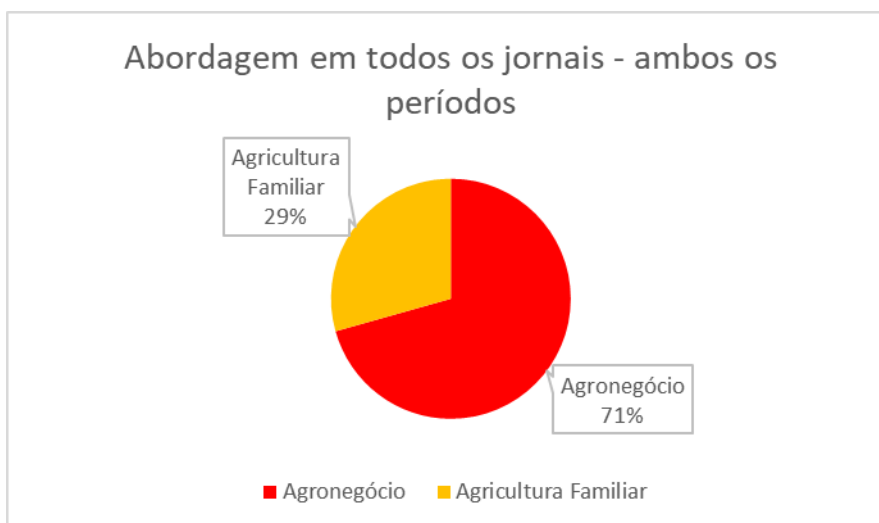
Os dados que o estudo alcançou, de partida, indicam pistas sobre a mecânica da produção dos meios de comunicação impressa do Brasil, em relação aos agendamentos recorrentes nas escolhas dos conteúdos que, a priori, sugerem uma tendência à valorização de uma abordagem conservadora do segmento e do modelo social e econômico. Um traço historicamente observável na sociedade brasileira.

Ou seja, o Agronegócio (aquele modelo de atividade agropecuária voltada para a produção em larga escala, com geração de *commodities* e mercado externo) foi o que mais recebe espaço nos veículos de comunicação impressa no Brasil – neste recorte de pesquisa, no período definido e segundo os critérios anteriormente estabelecidos.

O material coletado na amostra aponta que, nos dois períodos mapeados, em 2014 e 2017, do total de 179 divulgações (em todas as 410 edições pesquisadas dos jornais nacionais e estaduais) identificadas como relevantes, de acordo com as categorias de análise deste trabalho, 127 são sobre o Agronegócio – independentemente se caracterizadas no mapeamento como de densidade / profundidade / qualidade no nível Fraco (informação periférica, indireta), Médio (com algum destaque na editoria específica) ou Forte (com publicação de chamada na capa, material especial ou mesmo página inteira sobre o assunto).

Estes números mostram que o modelo social e econômico do Agronegócio teve 71% do total de publicações da amostra, contra 29% da Agricultura Familiar – esta teve apenas 52 publicações de conteúdos publicados no período e edições pesquisadas, nos jornais nacionais e estaduais (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Abordagem em todos os jornais em ambos os períodos.



Na comparação entre os dois períodos, governos, no ano de 2014 houve 74% de publicação (equivalente a 61, independentemente do nível de publicação – Fraca, Média ou Forte) de conteúdos sobre Agronegócio, contra 26% a respeito de Agricultura Familiar – correspondendo a 22, somando o nível de destaque e profundidade – Fraca, Média ou Forte. Em 2017 foram 33% de pautas para a Agricultura Familiar, enquanto o Agronegócio recebeu 67% das publicações. Isso inclui todos os jornais pesquisados, nacionais e estaduais. Correspondendo a 31, contra 66 publicações, respectivamente aos modelos (Gráficos 2 e 3).

Gráfico 2 - Abordagem em todos os jornais em abril de 2014.

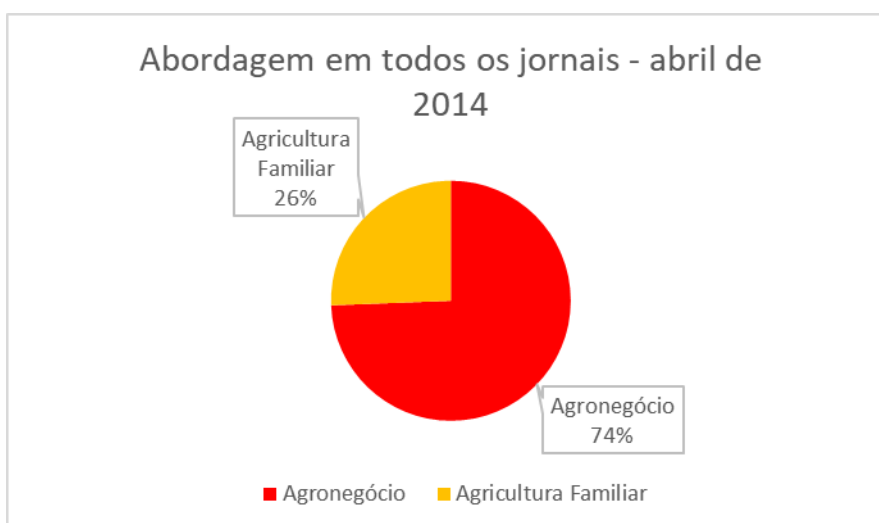
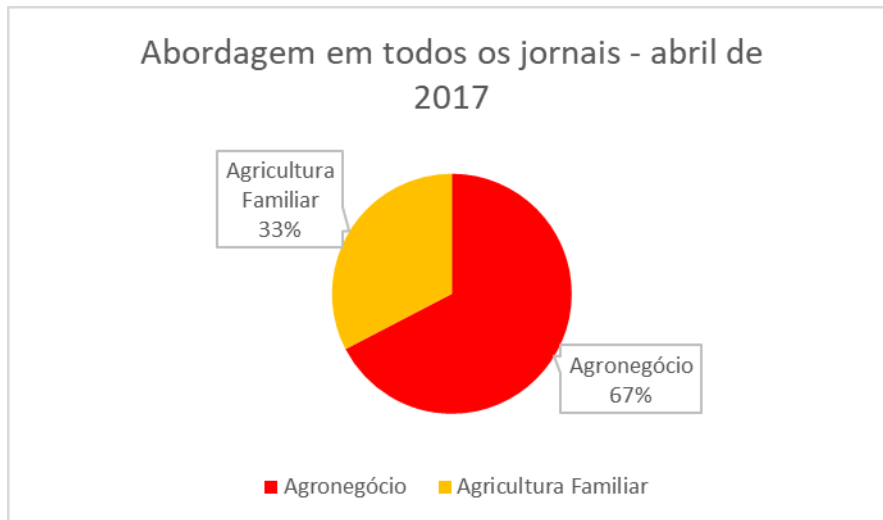
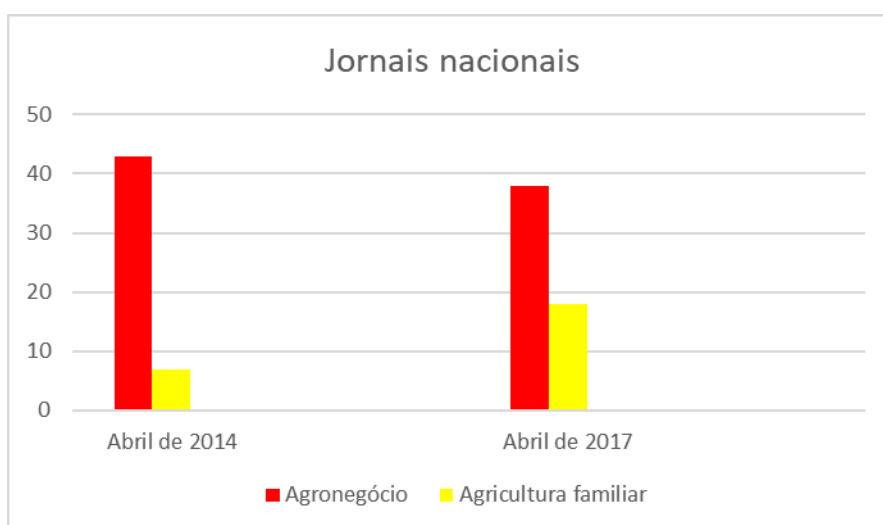


Gráfico 3 - Abordagem em todos os jornais em abril de 2017.



No mapeamento entre os jornais nacionais, nos períodos de 2014 e 2017, as diferenças visuais / gráficas e numéricas entre as publicações para os dois modelos de desenvolvimento são gritantes também. Em 2014, juntando todas as publicações dos nacionais, o Agronegócio teve 43, contra 7 da Agricultura Familiar. Já em 2017, o Agronegócio ficou com 38 e Agricultura Familiar 18. Aqui também estão juntas todas as qualidades Fraca, Média e Forte. (Gráfico 4).

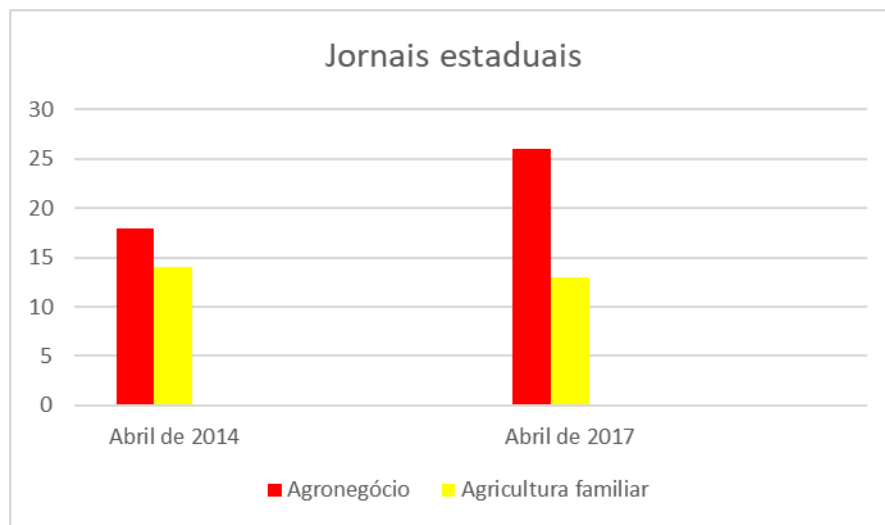
Gráfico 4 - Comparação entre a quantidade de vezes que os temas são abordados em jornais nacionais, em ambos os períodos, independentemente do grau de abordagem.



Em relação ao mapeamento nos jornais estaduais, também nos períodos de 2014 e 2017, a Agricultura Familiar teve um pouco mais de espaço – em comparação aos números

dos nacionais –, mas o Agronegócio ainda ficou muito à frente na quantidade de publicações. Em abril de 2014 o Agronegócio teve 18 publicações, enquanto a Agricultura Familiar ficou com 14. Quanto a 2017, essa diferença aumentou, pois a Agricultura Familiar conseguiu 13 publicações, o Agronegócio ficou com 26 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Comparação entre a quantidade de vezes que os temas são abordados em jornais estaduais, em ambos os períodos, independentemente do grau de abordagem.



Quando se separa os dados de jornais, nacionais e estaduais, por modelo de desenvolvimento, ano de mapeamento e expando as qualidades Fraca, Média e Forte, de forma gráfica e visual, é percebido que a qualidade Forte é preponderante em todos os cenários, enquanto a Fraca é a menos expressiva, também em todos os quadros. Isso demonstra que, de forma geral, os dois modelos têm ganhado espaços generosos e valorizados no período mapeado – guardadas as devidas proporções, evidentemente (Gráficos 6, 7, 8 e 9).

Gráfico 6 - Abril de 2014 / Jornais nacionais x jornais estaduais.

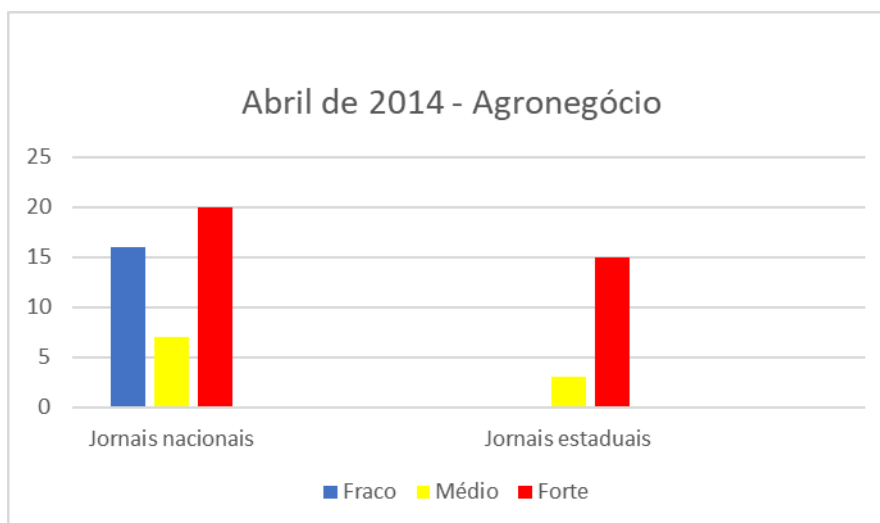


Gráfico 7 - Abril de 2014 / Jornais nacionais x jornais estaduais.

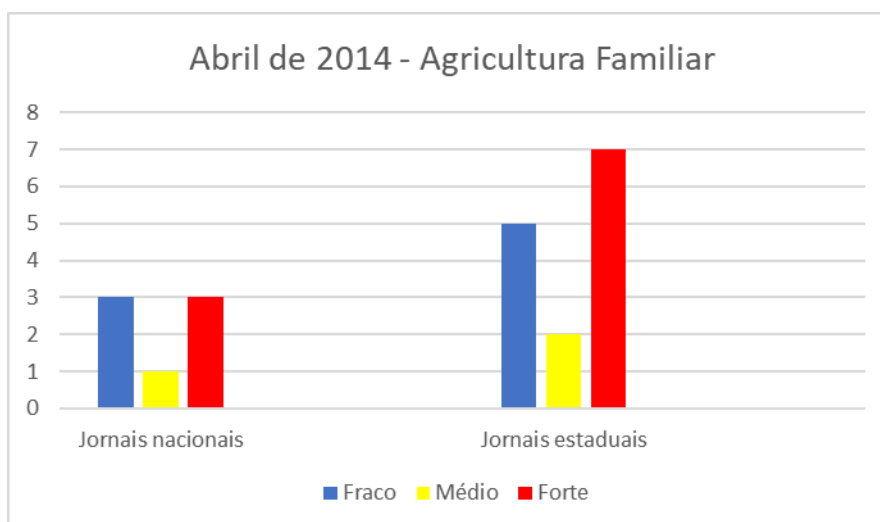


Gráfico 8 - Abril de 2017 / Jornais nacionais x jornais estaduais

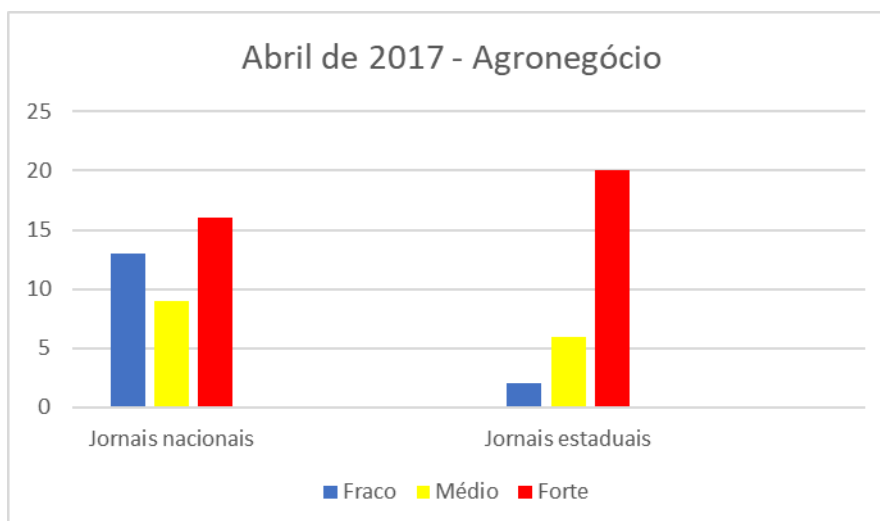
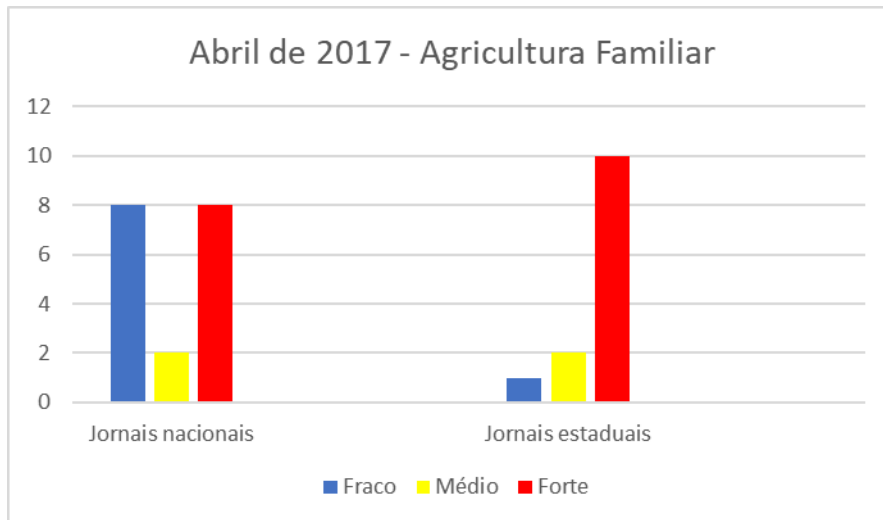


Gráfico 9 - Abril de 2017 / jornais nacionais x jornais estaduais



4.6 AGENDAMENTO E ANÁLISES DE DISCURSO E CRÍTICA

De posse dos dados mensurados, técnicos alcançados por meio da lógica definida – já atrelada a uma avaliação prévia da importância daquele material em termos de qualidade em relação aos espaços ocupados na página e os elementos visuais na diagramação –, passa-se a aplicar uma leitura mais crítica, analítica. Essa, feita em relação a todos os elementos materiais e simbólicos do conjunto dos conteúdos publicado em cada página, analisados juntos com outros materiais do jornal específico ou doutros veículos entre os pesquisados, na mesma edição ou de outras, com objetivo de identificar direcionamentos, pontos de vista, opinião explícita ou subliminar daquele determinado meio de comunicação de imprensa estadual ou nacional.

Evidentemente que aqui não se pretende (muito menos é objetivo da pesquisa, nem haveria espaço suficiente nessa Dissertação para isso) fazer uma análise milimétrica de todas as 410 edições ou mesmo das 179 divulgações registradas, mapeadas como relevantes para os objetivos desta pesquisa, em relação aos o modelo social e econômico do Agronegócio e da Agricultura Familiar. As análises de Discurso e Crítica que se faz aqui são de forma geral, mas entrando em detalhes, até milimétricos, em alguns dias das edições e casos específicos.

4.6.1 Análise nos jornais

A análise nos conteúdos dos jornais impressos começa pelos nacionais (Correio Braziliense, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo) e depois passa-se aos estaduais – “O liberal” e “Diário do Pará” (Pará); “O Estado do Maranhão” e “O Imparcial” (Maranhão); “A Gazeta” (Mato Grosso). A ideia aqui é apresentar as análises dos destaques classificados como “Forte” nas edições dos jornais, pois as consideradas “Médio” e “Fracó” tinham poucos elementos analisáveis e não contribuíam decisivamente para este trabalho de pesquisa – ficando muito mais como elementos de tabulação por citação indireta ou periférica dos temas.

Começando com o Correio Braziliense, se identificou que durante o mês de abril de 2014 o jornal publicou três destaques que foram classificados como “Forte”, na sua cobertura noticiosa para o tema Agronegócio, enquanto a Agricultura Familiar ficou com apenas um.

Um dos exemplos dos destaques para o Agronegócio está no dia 07.04.2014, quando reportagem ocupando uma página, no caderno de Ciência, traz informações sobre pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) dos diferentes tipos de arroz, com análise das características químicas e nutricionais do grão branco polido e dos integrais. O material tem sofisticada diagramação, com fotos e arte, além de *box* / matéria paralela relacionado ao tema. As fontes ouvidas estão alinhadas à valorização da produção, sem divergências sobre a monocultura do arroz e uso de agrotóxicos, por exemplo. São fontes acadêmicas, pesquisadores, respaldadas pelo USP – uma das instituições brasileiras respeitadas internacionalmente no campo da pesquisa e educação –, e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Portanto, nesta página se pode identificar que o nível de intencionalidade do conteúdo publicado tem apenas um ponto de vista e implícito na valorização do Agronegócio, já que a pesquisa busca ampliar produção e que esta tenha uma melhor qualidade nutricional. Quanto ao nível de diversidade de fontes, há apenas duas – uma na matéria principal e outra no *box*, sendo que ambas têm o mesmo perfil, pois são pesquisadores. No entanto, não se identificou nível de tendências ideológicas nos textos, apenas informações. Também não há nível de subjetividade identificável no material. A Análise do Discurso que se faz aqui é sobre a ausência do contraditório, da diversidade de fontes e discursos.

Já no dia 21.04.2014 reportagem de página sobre 54 anos de Brasília, entrevistando uma paranaense descendente de japoneses que se instalou em assentamento no Entorno do Distrito Federal (DF) para produzir alimentos. Material ocupa toda a página, com título e

diagramação mais poética que jornalística, destacando a história de vida de uma senhora idosa que declara sua paixão à terra e produção de Agricultura Familiar. Aqui há um nível de intencionalidade subliminar e romântico de valorização da vida pacata do campo, com produção de alimentos saudáveis. Em relação ao nível de diversidade de fontes, o material é pobre, pois há apenas uma voz, que é a da descendente de japoneses. Quanto ao nível de tendências ideológicas, se pode dizer que há uma valorização da Agricultura familiar no conteúdo. Sobre o nível de subjetividade, isso o material tem forte, desde o título (Da terra, com alma solar), passando pela foto com toque artístico – do contraste do céu azul claro com o verde escuro das plantas e a senhora de setenta e seis anos ao centro. A crítica que se faz aqui é ao caráter romântico e bucólico da Agricultura Familiar “pintado” no material, deixando de lado os aspectos social e econômico do tema.

No dia 24.04.2014 o Correio Braziliense trouxe três textos sobre o mesmo tema – impacto dos aumentos de preços de produtos da agricultura no cálculo da inflação. Em uma matéria principal e duas paralelas são feitas abordagens sobre a temática. O material está no caderno de Economia e ocupa meia página, sendo que no espaço restante há publicidade. Ao se analisar o material, é possível afirmar que no nível de intencionalidade o jornal buscou mostrar a preocupação do Governo e mercado com a inflação, bem como dos ruralistas em não serem taxados de responsáveis pelo aumento dos índices, dando espaço para o debate entre eles – houve equilíbrio de pontos de vista de Governo e mercado. No nível de diversidade de fontes também ficou explícito o equilíbrio do debate, pois tem depoimentos de dois ministros (Fazenda e Agricultura) e de três economistas vinculados a entidades que monitoram e assessoram o mercado econômico. No nível de tendências ideológicas não se conseguiu identificar propriamente um direcionamento, pois o conteúdo estava muito mais voltado ao debate da temática – como prega o bom jornalismo. Já no nível de subjetividade, se poderia arriscar a afirmar que havia uma preocupação implícita com a imagem do Agronegócio como vilão no aumento da inflação, pelo trato racionalizado do tema – talvez para não alimentar divergências e acusações.

Correio publica, no dia 28.04.2014, material ocupando toda uma página do caderno de Ciência sobre o desafio dos agricultores de produzir e preservar o meio ambiente. O conteúdo tem texto principal e *box* paralelo, além de três fotos e artes. A base do material é um relatório de uma consultoria ambiental americana com medidas que podem ajudar o mundo a aumentar a produção agrícola e, ao mesmo tempo, proteger a natureza. No texto paralelo do *box* se trata

do desmatamento e do novo código florestal. No material se identifica haver o nível de intencionalidade no sentido de debater o problema do meio ambiente associado à produção em larga escala de produtos agropecuários, favorecendo o Agronegócio. Isso fica claro no título “Produzir e preservar” e no *lead*:

É difícil imaginar uma meta mais importante do que garantir alimentos para toda a população mundial, projetada para ultrapassar os 9 bilhões de pessoas em 2050. O aumento no número de habitantes do planeta exigirá que a produção agrícola seja aproximadamente duas vezes maior que a atual. E o desafio fica ainda mais complicado quando se busca aliar a ampliação das lavouras com a preservação ambiental, outra medida fundamental para garantir a existência humana. (Correio Braziliense, 28.04.2014, p. 16).

No nível de diversidade de fontes o material é bem variando, com especialistas estrangeiros e brasileiros - embora não haja falas de representantes do Agronegócio ou da Agricultura Familiar. Em uma leitura geral do material se pode identificar o nível de tendência ideológica implícita no sentido de beneficiar o produtor rural, mas com preservação ambiental – e isso fica claro com o texto paralelo, que faz certa crítica aos que desmatam áreas de floresta. O nível de subjetividade do material leva a crer que há uma valorização do Agronegócio, pois este setor tem a “missão” de alimentar a população mundial, como explicitado no *lead*, nas imagens e simbologias.

Já em abril de 2017 houve uma reviravolta nos conteúdos divulgados no jornal do DF, pois o Agronegócio ficou com dois destaques “Forte”, sendo que o tema da Agricultura Familiar recebeu quatro – isso ocorreu por conta da boa cobertura do veículo de comunicação no caso dos assassinatos de sem-terra em Mato Grosso.

No dia 21.04.2017 o Correio Braziliense publica página com duas matérias dedicadas ao Agronegócio. A primeira destaca a liderança do Distrito Federal na produção agropecuária do Brasil. Enquanto na segunda matéria o espaço é para à produção de café orgânico no DF. As matérias fazem parte de uma série sobre os pioneiros e iniciativas exitosas no Distrito Federal. Como o conteúdo é explicitamente ufanista, os níveis de intencionalidade ficam claros na promoção e valorização do Agronegócio, na liderança de produção grãos. Quanto ao nível de diversidade de fontes, elas até que são variadas, mas dentro de um mesmo segmento e com discurso relacionado, formando encadeamento de ideias – sem divergências e pontos de vista contraditórios. Já no nível de tendências ideológicas, há explícita argumentação de valorização e até defesa do Agronegócio. No nível de subjetividade, também tudo remete à

valorização do Agronegócio, com título (Líder em produtividade), imagem de ruralista de meia idade em primeiro plano, rodeado de plantação verde iluminada por sol brilhante, enquanto ao lado um outro, mas jovem, exibe nas mãos e ao seu redor, grãos da última safra. Na matéria sobre café há foto de uma bela jovem loira com uma xícara e sorriso congelado.

Para contrapor o conteúdo anterior, destaca-se que no dia 23.04.2017 o veículo tem matéria sobre assassinato de nove sem-terra no distrito de Taquaruçu do Norte, localizado no município de Colniza – extremo Norte de Mato Grosso e distante 1000 quilômetros da capital Cuiabá. O material – que ganhou destaque e chamada na capa da edição é a única da página, com foto, arte e um *box* sobre Massacre de Eldorado do Carajás, fazendo 21 anos no período –, expõe a violência contra trabalhadores rurais no Estado. No material o nível de intencionalidade é explícito na denúncia dos ataques ao modelo da Agricultura Familiar, representado pelos agricultores sem-terra. No nível de diversidade de fontes o material traz informações da Secretaria de Segurança de Mato Grosso sobre as investigações, bem como reproduz ponto de vista de dois movimentos sociais – MST e CPT. Aqui se poderia também ter informações do Incra, enquanto órgão federal responsável pela política de Reforma Agrária, e de alguma entidade que represente os ruralistas, pois estes são acusados de serem mandantes dos assassinatos. Quanto ao nível de tendências ideológicas isso não está claro, pois o material é informativo – embora ausências de depoimentos de ruralistas e do Governo Federal prejudique a isenção do conteúdo. No que se refere ao nível de subjetividade o material mostra haver violência no meio rural brasileiro há um bom tempo, como destacado no *box* sobre Massacre de Eldorado do Carajás (PA).

O segundo jornal nacional analisado é a Folha de São Paulo, que é um dos veículos da imprensa mais importantes do Brasil e do Continente – com público diverso, fiel, multigeracional e com penetração em diversos segmentos sociais e econômicos do país. Quase todo dia a Folha traz a coluna “Vaivem das Commodities”, no caderno B-Mercado, que trata exclusivamente de temas relacionados à produção e mercado do Agronegócio. Há também alguns colunistas, como a senadora Katia Abreu, ruralista e ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), uma entidade que tem por objetivo promover e defender o setor do Agronegócio, enquanto modelo social e econômico de desenvolvimento do meio rural brasileiro.

Em abril de 2014 o Agronegócio teve cinco destaques considerados “Forte” na Folha, enquanto a Agricultura Familiar apenas um.

O destaque no qual o modelo da Agricultura Familiar é valorizado é uma matéria, divulgada no dia 22 de abril, sobre produção de uva e vinho na modalidade de condomínio de pequenos produtores como forma de reduzir custos e ampliar qualidade dos produtos. O modelo de negócio é comum em alguns países, a exemplo da Argentina, cuja experiência é mostrada em matéria paralela. Atrelados à produção de uva e vinho estão turismo e hotelaria, também disponíveis no condomínio. O material tem boa diagramação, com foto grande, arte, *box* e ocupando 3/5 da página. Há pouco nível de intencionalidade no material, já que apenas mostra uma modalidade de investimento em vinícolas a custos relativamente baixos, com compartilhamento de atividades de produção e insumos, associado a serviços de turismo e hotelaria. Sobre o nível de diversidade de fontes, fica claro no texto que são poucas, já que há apenas depoimentos e informações dos investidores. Quanto ao nível de tendências ideológicas, parece haver muito mais interesse comercial dos investidores do que propriamente um direcionamento e argumentação de defesa do Agronegócio ou da Agricultura familiar. Sobre o nível de subjetividade, o texto recorre a simbologias do glamour, dos vinhos e espumantes caros, do requinte do hotel associado ao condomínio, parecendo muito mais publicidade.

O jornal Folha de São Paulo trouxe no dia 26.04.2014 diversos conteúdos nos quais são valorizados o modelo do Agronegócio. Em uma página sem fotos ou artes, há duas matérias sobre o agronegócio – espremidas por anúncio que ocupa 3/4 do espaço. A principal é analítica e associa uma suspeita de caso de doença da “Vaca Louca” com a disputa dos governos do Brasil e China no mercado de carne bovina e pescado. São fontes de informações explícitas o Governo brasileiro, a Organização Mundial de Saúde Animal e o Governo chinês. Já a outra matéria é bem curta, diagramada em uma coluna, sobre ampliação da exportação de grãos pelo Brasil. Há apenas uma fonte de informações, que é o presidente mundial da empresa Bunge, Soren Schroder. Ele afirma que a produção de grãos do país vai dobrar em 10 anos. Matéria destaca espaço ocupado pela empresa no mercado do agronegócio mundial e parece muito mais um anúncio de propaganda. Na coluna “Vaivem das Commodities” há texto sobre retração de vendas de máquinas agrícolas e algumas notas relacionadas à produção e mercado do agronegócio – ocupa 1/3 da página. Ao lado, na página seguinte, está a coluna da senadora Katia Abreu que contesta a informação do jornal americano The New York

Times de que o aumento da produção de soja brasileira seria fruto da destruição da Amazônia – o material ocupa 2/5 da página. A edição também trouxe encarte publicitário na forma de jornal tabloide sobre os 80 anos da feira agropecuária e industrial ExpoZebu, com oito páginas, nas quais só há espaço, enfoque e falas para produtores rurais, empresas, entidades e órgãos públicos que tenham alguma relação com a temática – a exemplo do Banco do Brasil e Ministério da Agricultura. De todo esse material publicado na edição no dia 26.04.2014, se pode afirmar que o nível de intencionalidade está explicitamente favorável à valorização do ponto de vista do modelo do Agronegócio, nos títulos, *leads*, fotos, artes. O mesmo se pode dizer do nível de diversidade de fontes, que foram exclusivamente relacionadas ao Agronegócio – rejeitando o contraditório, a divergência e os pontos de vista dos contrários a tal modelo. Quanto ao nível de tendências ideológicas, também se pode afirmar que os conteúdos são totalmente tendenciosos na defesa do Agronegócio. Para finalizar a análise dos diversos conteúdos da edição, o nível de subjetividade de todos eles aponta para a valorização do Agronegócio, nas simbologias, sentidos e imagens explícitas e subliminares.

No ano de 2017 a Folha de São Paulo destacou cinco conteúdos considerados “Forte”, favoráveis ao Agronegócio, enquanto a Agricultura Familiar ficou com apenas dois – estes relacionados ao massacre de sem-terra em Mato Grosso.

Destes cinco destaques do Agronegócio se considerou mais importante uma matéria do dia 11.04.2017, sobre a redução de consumo de carne bovina após “Operação Carne Fraca”, da Polícia Federal do Brasil. Essa Operação teve início no dia 17 de março de 2017, com a investigação das maiores empresas do ramo (JBS – dona das marcas Seara, Swift, Friboi Vigor –, e a BRF, dona da Sadia e Perdigão) acusadas de adulterar a carne que vendiam nos mercados interno e externo. O escândalo envolveu pelo menos trinta empresas alimentícias do país, acusadas de comercializar carne estragada, mudar a data de vencimento, maquiagem o aspecto dos produtos com uso de produtos químicos, além de apontar agentes do Governo acusados de liberação dos alimentos. O material da Folha teve manchete periférica na primeira página, com o título: “Consumo de carne cai após operação da PF, indica Datafolha”. O conteúdo ocupa cerca de 60% da página e era composto por duas matérias, foto e arte. O texto principal era sobre a pesquisa realizada em São Paulo, apontando que 30% das pessoas reduziram o consumo de carne. A segunda matéria citava que a operação foi o assunto dominante das conversas na 57ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, no Paraná. Os conteúdos explicitam que o nível de intencionalidade era alto no sentido de

mostrar o impacto da Operação na opinião pública, levando à redução do consumo de carne e prejudicando o mercado do produto – chamada, título e *lead* apontam neste sentido. Quanto aos níveis de diversidade de fontes, o texto principal tem o Datafolha (instituto de pesquisa mantido pelo Grupo Folha) e dois representantes do mercado – de associações de vendedores. Nada de consumidor como fontes para mostrar algum ponto de vista de quem é realmente prejudicado pelas adulterações nos produtos. No nível de tendências ideológicas se pode afirmar que houve uma defesa mascarada do Agronegócio, ao apontar perdas do mercado, indicando uma urgência na resolução dos problemas e até necessidade de rápida conclusão da Operação como forma de encerrar a retração no consumo. Há certo nível de subjetividade no material, pois foi mostrada a preocupação dos consumidores, vendedores e produtores com o assunto – o primeiro se protegendo, enquanto os outros dois com prejuízos financeiros.

Dos dois destaques do mês da Folha de São Paulo sobre a Agricultura Familiar, o mais importante é relacionado à boa cobertura dos assassinatos de sem-terra em Mato Grosso, na edição do dia 30.04.2017 – já que nas anteriores os conteúdos eram sem muita profundidade e ocupando pouco espaço. O destaque começou na capa, com manchete periférica de três linhas e 11 de texto de chamada. No interior da edição, há conteúdos em duas páginas diferentes – uma ocupando todo o espaço, de campo com visita ao local das mortes, com divulgação de informações da Secretaria de Segurança do Estado, números, riqueza de detalhes dos assassinatos, perfil dos sem-terra mortos e de outros ocupantes da área, depoimentos de agricultores da área. A outra matéria também é bem apurada e produzida, ouvindo as partes (incluindo Incra e Instituto de Terras de Mato Grosso, Ibama e Vara Agrária de Cuiabá), com foto e ocupando espaço de cerca de 60% da página. Assim, destes conteúdos se pode afirmar que o nível de intencionalidade é explícito na retratação do fato, apontando as dificuldades dos sem-terra para conseguir áreas de produção, da violência a que estão sujeitos, por conta da disputa com agropecuaristas, madeireiros e garimpeiros. O nível de diversidade de fontes também está muito bom, pois houve amplo espaço para informações e posicionamentos de pessoas, órgãos públicos e movimentos sociais envolvidas no caso – apesar da ausência de falas de entidades que representam os ruralistas, categoria acusada de ser mandante dos assassinatos. No nível de tendências ideológicas, fica difícil afirmar que tenha ocorrido isso, pois os conteúdos têm um trato explicitamente jornalístico, reportando fatos, expondo pontos de vista diversos e exibindo números relacionados à temática. Já no nível de subjetividade os conteúdos, informações, imagens de cena dos assassinatos e covas no cemitério deixam claro a percepção que o meio rural brasileiro, mais especificamente aquela região da Amazônia

mato-grossense, é muito perigoso para os agricultores familiares que disputam terras com ruralistas poderosos. Há uma impressão de falta de justiça e impunidade para os assassinatos em massa como esse.

O terceiro jornal nacional pesquisado foi O Estado de São Paulo, que disputa com a Folha o título de mais importante do país. No que se refere a esta pesquisa, de todos os jornais analisados O Estado de São Paulo foi o que deu mais destaques considerados “Forte” para os conteúdos que promovem o modelo social e econômico do Agronegócio. Em abril de 2014 foram 12 destaques para Agronegócio, contra apenas um da Agricultura Familiar. Em 2017 foram nove para Agronegócio e dois para Agricultura Familiar.

No dia 12.04.2014 o “Estadão” traz em destaque na capa – com a manchete periférica “Incertezas no campo” e chamada de quatro linhas –, uma denúncia de que a falta de política para o setor agrícola leva à insegurança nos investimentos do Agronegócio. O jornal apresenta a denúncia, no caderno de economia, em um encarte especial com oito páginas totalmente dedicado ao Agronegócio, no qual relata as dificuldades do setor, além de perspectivas de desenvolvimento e uma série de reivindicações. O caderno retrata os debates e discussões realizadas pelo Grupo Estado, que mantém o jornal, em parceria com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp-Senar). A capa do caderno tem foto ocupando 80% do espaço, com trator no primeiro plano, campo plantado ao fundo e céu com chuva ao longe. O *lead* faz um questionamento sobre as prioridades do Agronegócio e como usar o ano eleitoral para encaminhar propostas que tornem o produto agrícola mais competitivo no cenário internacional. O caderno é um festival de lamentações e cobranças ao Governo sobre diversos subtemas que afligem o Agronegócio – a exemplo da precariedade de infraestrutura de logística de estradas e portos; de falta de seguro agrícola para garantir renda ao produtor rural, bem como de subsídios para construção de locais de armazenamento de produtos na própria fazenda, à espera de preço melhor para venda. O material trata periféricamente sobre Agricultura Familiar e segurança alimentar – esta, citada mais sobre baixo poder de compra do brasileiro pobre, em vez de discutir sobre a redução dos preços dos alimentos. Na análise fica evidente o nível de intencionalidade explícito em promover, valorizar e cobrar atendimento às reivindicações do Agronegócio – este, apontado como o mais importante do país, gerador de riquezas e divisas externas. Não há análise ou críticas aos problemas ambientais causados pelo setor com uso de agrotóxicos e desmatamento de áreas de floresta nativa, muito menos dos problemas de disputas por terras como pobres do meio

rural, indígenas e comunidades tradicionais – a exemplo dos quilombolas. O material tem muitas falas, depoimentos e opiniões de especialistas, ruralistas, representantes do Governo, empresários de setores ligados ao campo, mas com baixo nível de diversidade de fontes, pois todos estão alinhados no discurso de valorização do Agronegócio. Não há contradição discursiva no material. Com tanta apologia e direcionamento nos conteúdos do caderno fica explícito o alto nível de tendências ideológicas na defesa do Agronegócio. O nível de subjetividade do material também é claro, nas imagens grandes em tamanho e simbologias de um caminhão carregado atolado em estrada vicinal, com armazéns cheios de grãos e pessoas no meio da plantação. Tudo remete à grandiosidade do Agronegócio e suas dificuldades de crescimento.

No caderno de economia, do dia 24 de abril de 2017, O Estado de São Paulo publica matéria ocupando cerca de 70% da página sobre R\$ 700 milhões em investimento de multinacional de Agronegócio Bungue em complexo portuário que passa pela BR-163 e usa portos de Maritituba, Barcarena e Belém, no Pará. O conteúdo destaca as dificuldades de logística e infraestrutura das estradas brasileiras, principalmente no Norte do país, contrastando com o desenvolvimento do Agronegócio. Atrrelada à matéria principal, há outra periférica, relacionada ao tema de portos, informando investimento no Maranhão pelo Governo do Estado e parceiros privados. O material tem foto e arte. O nível de intencionalidade dos textos é explícito na valorização e promoção do Agronegócio, bem como o material tem um papel de propaganda da multinacional Bungue – chegando a ser estranho tanta apologia. Na matéria principal fica evidente a carência de falas, levando-se a concluir pelo baixo nível de diversidade de fontes, já que apenas o presidente da empresa Bungue e o coordenador de um movimento favorável à ampliação da logística do Agronegócio têm declarações publicadas. Na matéria paralela há apenas dados informativos sem fontes explícitas. O nível de tendências ideológicas na defesa do Agronegócio também é evidente, já que é o centro do conteúdo e não há falas de outros setores / segmentos sociais ou econômicos. Também há um certo nível de subjetividade no conjunto do material, pelo espaço que ocupa na página e arte destacando a obra da Bungue na América Latina e Europa.

No dia 30.04.2014 O “Estadão” publicou no caderno especial “Pequenas e Medias Empresas” conteúdos com destaque para agricultura orgânica, de base familiar. O material dedicado ao tema orgânico ocupa três das 10 páginas no caderno – capa e duas no interior da edição. Conteúdo é recheado de experiências bem-sucedidas em produção orgânica e

industrialização de produtos à base dela, no Brasil e exterior. Traz ainda informações sobre as dificuldades do setor. O conjunto do material tem cinco matérias, três artes e seis fotos. Fica evidente o nível de intencionalidade do material no sentido de promover a produção orgânica, que tem por base a Agricultura Familiar, em seus diversos subsegmentos, pela estrutura dos textos construídos, artes explicativas e títulos. Há muitas falas e depoimentos, mas todas relacionadas ao mundo da produção orgânica, o que leva a concluir haver baixo nível de diversidade de fontes – embora haja informações que alertam sobre o segmento não ser “espetacular” e haver dificuldades também na implementação de um negócio no setor. Existe um evidente nível de tendências ideológicas na defesa da produção orgânica, ligada à Agricultura Familiar – em rejeição ao modelo tradicional, com uso de defensivos agrícolas e práticas que não respeitam o meio ambiente. A riqueza de elementos visuais, desde a capa – com “\$” do símbolo de cifrão formado por alimentos orgânicos –, passando por artes e fotos, levam a crer existir certo nível de subjetividade no conjunto do material valorizando sentidos de ganhos financeiros atrelados ao bem-estar e saúde, como modo de vida que respeite o meio ambiente.

“PF indícia 63 suspeitos na Operação Carne Fraca” é a manchete periférica da edição do dia 17.04.2017 do jornal O Estado de São Paulo chamando para matéria de meia página (única do espaço) no caderno de economia sobre o assunto. O material reproduz parte do relatório parcial da Polícia Federal entregue à Justiça – citando empresas, políticos e servidores públicos acusados de integrar as atividades de adulteração de carne, entre outras irregularidades. O material dá a entender que é estritamente jornalístico, sem nível de intencionalidade no sentido de valorizar ou prejudicar alguém ou setor, a exemplo do Agronegócio. Quanto ao nível de diversidade de fontes, o texto é medíocre, pois tem apenas informações da Polícia Federal, repassada por um dos delegados que coordenam o inquérito do caso – embora no final do texto duas das empresas acusadas tenham reproduzidos trechos de suas respostas básicas enviadas à imprensa. Não se identificou qualquer nível de tendências ideológicas no material. Bem como ao que parece também não há explícito nível de subjetividade – mesmo que o material tenha uma foto grande com carros da PF em frente ao Ministério da Agricultura, em Brasília, mostrando certa pressão no Governo.

No dia 26.04.2017 O “Estadão” publica mais uma matéria com jeito de propaganda ou publicidade de grande empresa ligada ao Agronegócio. Desta vez, no caderno de Economia, traz página com 60% do espaço dedicado a matéria sobre intenção da maior empresa agrícola

do mundo, a americana Cargill, em ampliar atuação no Brasil, comprando outros empreendimentos e investindo em infraestrutura, como a “ferrogrão”, e portos. O material cita ainda as dificuldades do setor do Agronegócio com estradas para transportar grãos e a concorrência de empresas chinesas – fazendo uma estranha defesa de reserva de mercado para as multinacionais já estabelecidas no país. Com texto pobre em termos de ampliação do debate sobre atuação de multinacionais no Brasil o material mostra haver certo nível de intencionalidade em valorizar os empreendimentos estabelecidos no país, sem se preocupar com a atuação das mesmas e o uso do poderio econômico para eliminar concorrentes, inclusive de indústria nacional. A pobreza do material está também nas fontes, pois o nível de diversidade é zero, já que há espaço apenas para falas do presidente da empresa no Brasil. Certamente há algum nível de tendências ideológicas na defesa do Agronegócio, pois não existe nenhuma crítica ou espaço para falas divergentes. O nível de subjetividade também é pobre, pois o material não tem requintes de edição em imagens e artes, ficando apenas o texto bruto e explicitamente favorável ao modelo econômico do Agronegócio.

Para finalizar a análise do jornal O Estado de São Paulo se escolheu o melhor material sobre Agricultura Familiar do mês que é a cobertura sobre o assassinato de sem-terra no extremo Norte de Mato Grosso. O caso foi tão grave que o jornal amplamente favorável ao modelo do Agronegócio (segundo constatou essa pesquisa) deu bom destaque ao caso, com manchete periférica de três linhas e chamada de oito na capa da edição do dia 22 de abril de 2017. Já no interior da edição, a cobertura foi publicada no caderno de Política, contendo arte e matéria paralela sobre outro massacre, o de Eldorado do Carajás – ocorrido no Pará, 21 anos antes. No material se pode atribuir dois níveis de intencionalidade – um mais importante, que é a divulgação de informações sobre mais uma chacina fruto da disputa por terra no Brasil, e uma denúncia da violência a que os pobres e sem-terra estão sujeitos ao confrontarem os poderosos ruralistas do país. O texto tem bom nível de diversidade de fontes, pois reproduz informações e pontos de vista do Governo do Estado, da Polícia Civil e de movimentos sociais defensores da democratização de acesso à terra no Brasil – embora aqui falte fala de alguma entidade que represente o Agronegócio, cujo setor ruralista é acusado de ser mandante dos assassinatos. Não se identificou explícito nível de tendências ideológicas, pois o material tem perfil muito mais informativo que doutrinário. Quanto ao nível de subjetividade, isso tem pouca presença, já que não há imagens no material que possam levar a tal simbologia – embora o caso seja grave e provoque alguma impressão de injustiça e falta de poder quanto à identificação e condenação dos envolvidos no massacre.

Entre os jornais estaduais pesquisados inicia-se a análise pelo Pará, quando no dia 15.04.2014 “O Liberal” destacou o modelo da Agricultura Familiar, ao denunciar com manchete periférica na capa que a “Reforma agrária está travada na Justiça”, enquanto chamada complementa o caso em quatro linhas. No interior da edição, há uma página com duas matérias sobre a temática. Na parte de cima da página fica um texto relacionado à chamada na capa – detalhando que nas regiões Sul e Sudeste do Pará áreas que somam 242.809 hectares de terras públicas, alvos de Ações Civis Públicas por parte do Incra junto à Justiça Federal e em vias de serem transformadas em assentamentos para 5.467 famílias sem-terra, estão com processos travados na Justiça por conta de atuação da Advocacia Geral da União (AGU). O texto, acompanhado de arte e sem foto, ainda denuncia que a falta de ação pode levar a ampliação de conflitos por terras nas regiões. Enquanto na segunda matéria destaca que “Vítimas do Massacre de Eldorado estão acampadas na Praça do Operário”, em Belém - em referência ao massacre de Eldorado do Carajás, ocorridos há duas décadas. Essa matéria tem boa cobertura do assunto, com fotos, informações e depoimentos da procuradoria Geral do Estado, Governo Estadual e movimentos sociais. Ao que parece o nível de intencionalidade dos dois textos é de denunciar a falta de ações governamentais – federal e estadual –, no atendimento dos agricultores familiares, o que fica evidente nos títulos, *leads* e textos. Em relação ao nível de diversidade de fontes se pode afirmar que no primeiro texto ela é inexistente, já que as informações têm apenas um emissor - coordenador da Defensoria Agrária no Estado. E isso, prejudica o material, pois Comissão Pastoral da Terra (CPT), Incra e AGU são citados, mas não têm posicionamentos expostos na matéria. No entanto, no segundo texto há diversidade de falas, pois Governo Estadual e entidades têm informações e posicionamentos expostos, mas o Incra sequer foi citado. Não parece haver explícito nível de tendências ideológicas nos conteúdos, mas apenas interesse em denunciar o descaso das duas situações. Também não está claro haver explícito nível de subjetividade nos dois conteúdos, pois não há sofisticação na edição ou fotos com mensagens subliminares.

O Liberal, no dia 26.04.2017, destaca matéria sobre operação da Polícia Federal “Carne Fraca”, com manchete periférica na capa afirmando que “Justiça acata denúncias contra 59 envolvidos”, acompanhada de chamada de cinco linhas. No interior do jornal, embora não tenha foto ou outro artifício de diagramação, o texto é principal da página e ocupa 1/6 do espaço. O conteúdo é reproduzido da Agência Estado e tem como fontes de informação a Justiça Federal e Ministério Público Federal. O texto parece ter objetivo apenas informativo e assim não teria nível de intencionalidade que pudesse promover qualquer modelo

econômico e social. Como existem apenas duas fontes de informações no material há baixos níveis de diversidade de fontes, tornando o material pobre neste aspecto. O material não explicita ter algum nível de tendências ideológicas na defesa ou rejeição ao Agronegócio, pelo segmento ser alvo das ações da PF. Também não se aplica algum nível de subjetividade explícito no material, pois nem foto e artes eles têm.

O outro veículo da imprensa paraense pesquisado foi o Diário do Pará, que no dia 25.04.2014 destacou em manchete na primeira página e matéria que naquela data ocorreria a inauguração de complexo portuário da empresa Bunge, em Barcarena (PA). O texto afirma que a presidente Dilma Rousseff participa da cerimônia de inauguração do complexo portuário construído pela Bunge – uma das maiores empresas do mundo nas áreas do Agronegócio e alimentícia. O complexo, que terá capacidade de escoamento de até 2,5 milhões de toneladas já em seu primeiro ano de operação, abrange uma estação de transbordo no rio Tapajós em Miritituba, município de Itaituba, e o terminal portuário Fronteira Norte (Terfron) localizado em Vila do Conde. O texto afirma que o complexo portuário da Bunge oferece ao Pará e ao Brasil uma nova rota de exportação de grãos. A obra recebeu investimentos de R\$ 700 milhões na infraestrutura portuária e na logística. A expectativa é de que o empreendimento vá gerar cerca de 350 empregos, entre diretos e indiretos, segundo Pedro Parente, presidente e CEO da Bunge Brasil. O material tem fotos grandes, arte e dois boxes. Aqui se pode afirmar que o nível de intencionalidade é explicitamente favorável à valorização do Agronegócio – em textos, artes, fotos, títulos e *lead*. Não há muitos níveis de diversidade de fontes, pois os depoimentos e informações publicadas no material estão alinhadas na promoção do investimento e do Agronegócio. Também se considera haver certo nível de tendências ideológicas nos conteúdos, pois as informações e argumentos fazem explícita defesa do Agronegócio. Considera-se haver certo nível de subjetividade nos conteúdos, fotos e artes, como forma de apresentar a obra como elemento essencial no desenvolvimento do Estado.

Passando a pesquisa para imprensa maranhense, no dia 01.04.2017 o jornal “O Estado do Maranhão” publicou no caderno de Economia destaque de que a “Produtividade da soja obtém aumento de 91% no Maranhão”, em matéria bem elaborada, ocupando toda a página, com foto grande, *box* e artes. Material tem por base dados e informações da expedição “Rally da Safra 2017”, que apontam aumento da produção do grão no Estado, em comparação com outras áreas de estados da região, a exemplo do Oeste da Bahia, na área da Matopiba –

expressão formada com as iniciais do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, designando uma extensão geográfica que recobre parcialmente os territórios dos quatro estados. Os dados apresentados no material apontam que o Sul do Maranhão teria naquela safra uma produção estimada de 2,7 milhões de toneladas de grãos, em 900 mil hectares de plantação da cultura na região. Pelos dados, a produtividade do Maranhão saltou de 26,5 sacas por hectare para 50,5 sacas / hectare. Do material se pode entender que há explícitos níveis de intencionalidade em textos, fotos, artes e *lead* no sentido de valorizar o Agronegócio. Mas há pobreza dos níveis de diversidade de fontes, pois informações e falas são apenas de pessoas e entidades ligadas ao Agronegócio. Fica explícito haver bom nível de tendências ideológicas no material, quando o conjunto dos conteúdos retrata a produção de soja como essencial para a economia e desenvolvimento do Sul do Maranhão, sem qualquer crítica ao uso de agrotóxicos e desmatamentos na região. As imagens, arte e conjunto dos conteúdos apontam para existência de nível de subjetividade, na transmissão de simbologias, valores e sentidos ligados positivamente ao Agronegócio.

O outro veículo da imprensa do Maranhão pesquisado foi “O Imparcial”, que no dia 06.04.2017 publicou matéria e *box* sobre regularização fundiária, terras e Agricultura Familiar. Na capa da edição o material teve manchete periférica, com três linhas e chamada com cinco. No interior do jornal o texto informa que o Maranhão terá R\$ 47 milhões para regularizar terras, a partir da assinatura de Termo de Compromisso dos governos Estadual e Federal, com objetivo de fortalecer a política de Regularização Fundiária no Estado. A matéria afirma que o Termo também prevê que por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) 600 famílias do Estado vão ter acesso à terra, bem como mais R\$ 5 milhões serão direcionados à regularização fundiária no Maranhão que resultarão na emissão de quatro mil títulos de terras. No *box* é informado que será assinado um termo de adesão para incluir o Estado do Maranhão no projeto Dom Helder Câmara (PDHC), que reúne ações referenciais de combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Nordeste. A segunda fase do projeto Dom Helder será retomada, devendo ser destinado aproximadamente R\$ 400 milhões para fomento da Agricultura Familiar para 11 estados do país. Ao que parece o conteúdo tem nível de intencionalidade de reproduzir “*release*” do Governo do Estado nesta ação que beneficia agricultores familiares, mostrada em manchete periférica na capa. O Material também peca em falas, pois o nível de diversidade de fontes é pobre, já que há informações e depoimentos apenas dos governos Federal e Estadual – nada de posicionamentos de agricultores familiares e entidades que os representa. Não se

identificou nível de tendências ideológicas explícitas no material, pois parece ter apenas interesse informativo – além de agradar ao Governo com divulgação de seus comunicados. Quanto ao nível de subjetividade, o único elemento que pode levar a algo do gênero é a manchete periférica na capa, pois o material não tem arte ou fotos.

No dia 24.04.2017 O Imparcial publicou no caderno de “Economia / negócios” uma página destacando que “Práticas sustentáveis elevam padrão da soja no estado” – com manchete periférica de quatro linhas e chamada de nove na capa da edição. No interior do jornal o texto afirma que as práticas sustentáveis dos produtores da região Matopiba, incentivaram a visita de integrantes da rede WWF (*World Wide Fund for Nature*), que representam diversos países, como Estados Unidos, Rússia, China, França, Holanda, Austrália, Bélgica e Brasil. O WWF vem trabalhando também com questões relacionadas à produção de grãos nos mercados consumidores desses países e percorreu propriedades certificadas pela Associação Internacional de Soja Sustentável (RTRS). Uma dessas áreas sustentáveis está no maranhão, que tem ampliado sua produção de soja e outros grãos. Essas e outras informações foram coletadas durante entrevista de O Imparcial ao titular da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima), Márcio Honaiser. O conteúdo tem uma matéria e *box* com íntegra da entrevista. Avalia-se que no conteúdo há explícitos níveis de intencionalidade, pois existe evidente direcionamento em título e textos no sentido de promover e valorizar o Agronegócio, dando a ele um caráter “sustentável”, contrariamente à imagem que o setor tem de destruidor do meio ambiente. Sobre o nível de diversidade de fontes este é de uma pobreza absurda, pois a única pessoa que tem falas no conteúdo é o secretário da Sagrima – embora haja informações e sejam citadas outras entidades, como: WWF, RSTS, Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte (Fapcen), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Pelo conjunto do material se pode afirmar existir certo nível de tendências ideológicas, pois as abordagens, argumentações, fonte apontam para uma valorização e defesa do Agronegócio. Quanto ao nível de subjetividade, também isso fica evidente, já que as três imagens da página – máquina colheitadeira em campo de soja no alto da página, grupo do WWF visitando área no Maranhão e retrato de secretário –, indicam, respectivamente, a produtividade do setor, sua credibilidade / sustentabilidade e apoio governamental dado pelo Estado.

As duas análises de O Imparcial apresentadas aqui denotam que jornal tem comportamento de reprodutor de conteúdos ou pautas da Assessoria de Comunicação do

Governo Estadual – sejam elas sobre Agricultura Familiar ou Agronegócio. Isso é corroborado pela histórica disputa política que o grupo dirigente do jornal tem com seu rival no Estado, os partidários do ex-presidente da República, José Sarney. Ao que parece, O Imparcial fez parceria política e talvez econômica, com o Governo Estadual, do governador “comunista” Flávio Dino, arquirrival de Sarney. Com a parceria, O Imparcial combate Sarney em termos políticos e midiáticos, pois o ex-presidente da República é dono do maior grupo de comunicação do Estado – o Mirante, proprietário das concessões da Rede Globo de Televisão, do maior jornal impresso, de rádios, entre outros veículos de imprensa.

O último jornal pesquisado é “A Gazeta”, de Mato Grosso, que no mês de abril de 2014 teve seis destaques apontados como “Forte” sobre o Agronegócio, sendo que nenhuma foi publicada em relação à Agricultura Familiar. Já em abril de 2017 o Agronegócio ganhou nove destaques, enquanto a Agricultura Familiar ficou com seis – por conta da ampla cobertura dos assassinatos de sem-terra em Colniza (MT).

Dos seis conjuntos de conteúdos em destaque de 2014, quatro eram de um caderno semanal sobre o meio rural. Isso, porque A Gazeta publica toda semana o caderno chamado “Terra & Criação” – sempre com quatro páginas, todo sobre Agronegócio, destacando técnicas de plantação, tecnologia do campo, agropecuária, em boa diagramação, com generosas fotos, artes e *boxes*. E foi exatamente isso que aconteceu no dia 07.04.2014, quando o caderno Terra & Criação teve manchete periférica na capa e chamada ocupando cinco colunas, denunciando que “Mato Grosso tem maior carga tributária agrícola”. Além do tema da carga tributária, está na capa do caderno, as outras páginas traziam matérias sobre: eventos de agropecuária, seminário sobre mercado de capitais e feira, bem como controle de pragas e tecnologia de máquinas agrícolas. Nesta data, os conteúdos do caderno Terra & Criação apresentaram altos níveis de intencionalidade na defesa do modelo social e econômico do Agronegócio, em textos, fotos, artes e títulos. Apesar de volumoso em quantidade de espaço utilizado e temas abordados, os conteúdos do caderno pecam nos níveis de diversidade de fontes, pois há apenas discursos uníssomos pelo Agronegócio, sem divergência ou qualquer debate contraditório na temática. O nível de tendências ideológicas é escancaradamente explícito na argumentação e defesa do Agronegócio - principalmente na matéria sobre carga tributária, quando os problemas do setor neste aspecto são apresentados, em meio a uma avalanche de dados, informações e análises de especialistas e profissionais da área. O nível de

subjetividade também leva a crer que o Agronegócio é uma maravilha, sem opositor ou contraditório, já que as imagens mostram sua grandiosidade, seu desenvolvimento e riqueza.

No ano de 2017 o destaque que se vai analisar aqui é da cobertura dos assassinatos de sem-terra no município de Colniza (MT). Isso, porque na data de 27 de abril de 2017, dia que completava uma semana da chacina, o assunto foi manchete principal de A Gazeta, denunciando que na área já haviam sido mortos outras cinco pessoas anos antes. A chamada na primeira página do jornal está disposta em uma coluna com 25 linhas e ao seu lado há uma foto com manchas de sangue, sombra de um homem com chapéu e arame farpado – ocupando duas colunas e um sexto da capa. No interior da edição há uma página completa com material crítico, bem elaborado, apontando ter havido apuração criteriosa de informações com várias fontes, checando informações sobre atuação de fazendeiros na extração ilegal de madeira na região, bem como de que os agricultores familiares que moram e trabalham naquelas terras têm liminar desde 2004 garantindo permanência na área. O levantamento chegou à informação de que em 2006 fazendeiros da região torturaram e mataram moradores daquelas terras – o que levou à realização de operação da polícia no ano seguinte, resultando na prisão de 24 pessoas e apreensão de 20 armas de fogo. Pode-se identificar que o material tem nível de intencionalidade no sentido de denunciar a violência do interior do Estado, da falta de punição para criminosos e da inoperância dos governos Estadual e Federal em garantir segurança física e fundiária a ocupantes de terras na região. O material é eficiente no nível de diversidade de fontes, pois há informações e pontos de vista do Incra, Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), Secretaria de Segurança do Estado, Ministério Público do Estado (MPE). Não se considera haver nível de tendências ideológicas explícito no material em defesa de qualquer modelo social e econômico, apenas denúncia por meio do jornal sobre o quadro recorrente de violência no meio rural do Estado. Há nível de subjetividade no material, principalmente na foto da capa, cheia de mistério e com arame farpado em destaque, meio macabro, apontando para mistério que ronda os assassinatos no Estado.

4.6.2 Agendamento e crítica

Em caráter complementar à pesquisa nos conteúdos publicados nos jornais, pode-se observar os pressupostos de dominação e manutenção do *status quo* com base na avaliação sobre a identificação ou não de agendamento, aplicando-se aqui, as técnicas e teorias do *Newsmaking* e *Agenda-setting* (WOLF, 2005).

Evidentemente que não se tem informações (nem é o objetivo desta pesquisa) sobre os elementos que determinaram as decisões das empresas de comunicação em direcionar, ou não, equipes de jornalistas para atuarem na confecção das notícias em análise. Já que pela própria teoria *Newsmaking* as particularidades em relação às organizações de gestão de pessoal e financeira que orienta os chamados "produtores de informação", alguns temas podem trazer prejuízos políticos e econômicos para a organização, podendo até mesmo serem contrários aos projetos do grupo controlador do meio de comunicação e, conseqüentemente, à linha editorial.

O mesmo foi aplicado no uso da *Agenda-setting*, cuja teoria defende que certas técnicas são utilizadas pelos jornalistas nos processos de inclusão ou exclusões dos aspectos políticos, econômicos, culturais, sociais, e, assim, um assunto pode ser tratado, ou não, com um ou outro direcionamento / defesa / argumento, com o objetivo da população se sensibilizar a favor ou contra a temática abordada, levando-a a incluir, ou não, tal assunto na sua agenda de discussões cotidianas. E aqui, também é evidentemente, não se tem conhecimento (nem é o objetivo desta pesquisa) dos elementos que determinaram as decisões das empresas de comunicação em produzir, ou não, uma matéria jornalística com certo enfoque, determinada diagramação / disposição de texto, fotos e artes em determinada página ou caderno.

Apesar de não se ter informações sobre essas rotinas de gestão da empresa, nem conhecer suas linhas editoriais a fundo, muito menos saber detalhes dos interesses políticos e econômicos de suas diretorias e sócios, se utilizou os pressupostos das teorias do *Newsmaking* e *Agenda-setting* para construir argumentos críticos e analíticos, questionando logicamente os motivos para os conteúdos publicados ou suas ausências, seus enquadramentos, etc.

Por essa ótica, se iniciou analisando as informações macros dos dados conseguidos na leitura dos jornais nacionais e estaduais. Primeiramente, foram feitos alguns questionamentos: por que 71% do total de divulgação sobre os temas objeto desta pesquisa foram em relação ao modelo social e econômico do Agronegócio? O interesse é meramente econômico ou é político? Amenizado ou aprofundado? Existe direcionamento ideológico, buscando eclipsar determinados grupos com reivindicações mais coletivas, socialistas e de esquerda?

Enfim, outras perguntas poderiam ser feitas, mas essas são as que se considera essencial para iniciar as análises críticas e de discurso.

Assim, as análises métrica e simbólica levaram o pesquisador a concluir que o interesse em valorizar o modelo social e econômico do Agronegócio seria muito mais de caráter ideológico e político, que propriamente econômico, pois os números financeiros vinculados à Agricultura Familiar são também volumosos, bem como em relação ao público que integra essa categoria e outros a ela atrelados perifericamente – como dos municípios e comunidades rurais com até cinco mil moradores, cuja rotina cotidiana depende social, cultural e economicamente dos pequenos agricultores. Portanto, desprestigiar uma categoria que tem volume de renda e mercado, bem como público com afinidade a ela, não seria saudável financeiramente e a desautorizaria ter tal postura.

Foram, então, os critérios de *Newsmaking* e *Agenda-setting* que determinaram a não aplicação de recursos financeiros e de pessoal na confecção de conteúdos valorizando a Agricultura Familiar, visando a população não agendar positivamente a temática nas suas discussões cotidianas? Essa é uma das possibilidades, já que como o Agronegócio é muito mais organizado que a Agricultura Familiar – inclusive por que o número de grandes proprietários rurais, latifundiários é muito menor que as dezenas de milhões de pequenos produtores rurais –, haveria alguma facilidade de articulação com agências de publicidade e com as diretorias dos próprios veículos de comunicação no sentido de direcionar a cobertura. A falta de espaço nos impressos também não é lógica e racionalmente aceita, já que o aumento de uma ou duas páginas, ou mesmo a redução / exclusão de um anúncio do próprio jornal (não implicando em perda de receita com publicidade) criaria espaço de um quarto ou meia página, o que seria suficiente para se tratar minimamente um tema. A somatória destes espaços, a cada edição diária levaria ao final de um mês a formar um bom volume de conteúdos divulgados, contribuindo para o agendamento positivo do assunto, mas infelizmente os dados mostram que não foi isso que aconteceu – já que somente 29% dos conteúdos são sobre Agricultura Familiar.

Ainda na teoria *Newsmaking*, se conclui que os dados também apontam para a não aplicação dos valores / notícia (*news values*), que têm por base a avaliação sobre quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícias.

Aqui ainda se pode inferir que elementos que subsidiam as escolhas dos temas a serem tratados não foram adequadamente considerados, pois pelos critérios de noticiabilidade valores / notícia da teoria *Newsmaking* haveria quatro variáveis a influenciar as decisões: 1 – grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos; 2 – impacto sobre a nação; 3 – quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; 4 – relevância e significatividade futura do fato (WOLF, 2005, p. 208). Ao que parece o critério número um foi preponderante, pois a Agricultura Familiar supera Agronegócio em todos os outros. Neste caso, de valorização do grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos, ao que parece utilizou o chamado “profissionalismo político” (BECELLONI apud WOLF, 2005, p. 230) para determinar a cobertura e pauta favorecendo o Agronegócio.

E mesmo sendo o período do “Abril Vermelho” com todo um cabedal de simbologia, ocupações, manifestações realizadas pelos movimentos sociais defensores da reforma agrária e conseqüentemente do modelo social e econômico da Agricultura Familiar não houve sensibilidade dos veículos da imprensa para a temática. Aqui também a teoria *Newsmaking* até previa certa flexibilização de cobertura da imprensa para os chamados *single issue movements*, que podem ser traduzidos como movimentos sociais ou de opinião com certa repercussão na sociedade, estratificações ideológico-partidárias tradicionais (WOLF, 2005, p. 205). Essas coberturas dos fatos e eventos, criados por tais movimentos, deveriam acontecer com boa frequência, mas os dados apontam para uma negação desta divulgação.

Quanto à teoria de *Agenda-setting*, ela funcionou adequadamente para que a população adicionasse os discursos, símbolos e imagens que asseguravam a importância e o sucesso do Agronegócio como modelo social e econômico a ser admirado, valorizado e seguido. Isso é o que se pode concluir com os 71% de espaço disponibilizado nos jornais pesquisados com conteúdos sobre a temática objeto desta dissertação.

Esse comportamento de valorização de determinados temas a partir do que as pessoas acessam de informações repassadas pelos meios de comunicação, no caso os veículos de comunicação impressa, tem influência direta e, podendo até ser decisiva, na opinião pública (LIPPMANN, 2008, p. 40). Isso, porque as pessoas não conseguem, mesmo por meio de uma experiência individual, ter acesso direto à realidade, pois esse papel de tradução do real é feito pelos meios de comunicação, ao disponibilizarem essas imagens e na estruturação cognitiva deste ambiente construído.

Intencional ou não, ao fazer tematização e enquadramento dos conteúdos veiculados, os veículos de comunicação impressa dão certo direcionamento das agendas do público, influenciando-os a inserir o tema e até o foco dado a ele nas mensagens explícitas ou subliminares. Evidentemente que a experiência pessoal, interação com colegas de trabalho família e amigos também há influência, repasse de informações e opiniões que sugerem agendas (MACCOMBS, 2009, p. 99).

Ao analisar esses dados pela lente da Teoria Crítica, dos pensadores Frankfurtianos, surgem diversos outros matizes, a exemplo da pressão que uma cultura majoritária no exercício do poder político impinge às minorias sociais sua forma de vida, negando assim aos cidadãos de origem cultural diversa uma efetiva igualdade de direitos (HABERMAS, 2002, p. 164). A não divulgação de realizações, problemas e sucessos de uma determinada categoria, como a da Agricultura Familiar, estaria entre essas negações de cidadania.

A questão da dominação de uma categoria elite sobre a massa de minorias sociais tem grande espaço na Teoria Crítica, que vem realizando uma série de análises sociológicas, políticas, econômicas, psicológicas, comunicativas e culturais para tentar compreender a natureza das relações humanas e denunciar as explorações. E essa dominação leva o indivíduo a vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 4). Por essa linha de raciocínio e associando ao poder do Agronegócio, representado nos dados da pesquisa, se pode concluir que há certo interesse dos veículos de comunicação em estabelecer os grandes produtores de *commodities* rurais como superior as outras categorias e modelos de desenvolvimento, incluindo sua opositora, a Agricultura Familiar.

Em relação ao poder de doutrinação dos meios de informação, a Teoria Crítica argumenta que as pessoas são educadas para serem receptáculos pré-condicionados, sendo que a diferença decisiva imposta está na redução do contraste, do conflito entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as satisfeitas e as insatisfeitas (MARCUSE apud HOHLFELDT, MARTINO e FRANÇA, 2015, p. 143). Levando-se em consideração estes argumentos da existência de subterfúgios para doutrinar grupos e pessoas é possível inferir que ao se dar mais que o dobro do espaço para um modelo de desenvolvimento, em detrimento a outro, que historicamente são concorrentes e em muitos casos adversários, há um interesse explícito ou subliminar em eliminar o conflito, a disputa.

Estes argumentos elevam a análise e debate para um nível mais sofisticado e profundo, o das intencionalidades dos discursos proferidos ou sugeridos em termos de imagem – explícitas ou subliminares.

Como diz Charaudeau, “o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder” (2013, p. 63). E para ter poder, para ser considerada relevante fonte de informação, os meios de comunicação da imprensa “estão em confronto permanente com um problema de credibilidade” (2013, p. 90), e essa tem por base a legitimidade, que é conseguida por meio do “fazer crer que o que é dito é verdadeiro” (2013, p. 90). Segundo Charaudeau, assim, os veículos da imprensa, estão “engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam” (2013, p. 90).

Aplicando essa linha de raciocínio à pesquisa se pode concluir que os meios de comunicação estariam buscando interagir com os diferentes imaginários sociais, coletivos do público leitor dos jornais no sentido de tornar o modelo do Agronegócio mais aceitável que o da Agricultura Familiar, tanto pelo volume quanto pela qualidade dos conteúdos publicados relacionados ao primeiro. A credibilidade dos veículos de comunicação neste quesito e assunto é construída durante algum tempo, por meio da qualidade das informações e dos discursos positivos ao Agronegócio publicados na mídia pesquisada.

Outra constatação interessante da pesquisa foi sobre a comparação entre os dois períodos de governos Dilma e Temer, nos meses de abril dos anos de 2014 e 2017, que houve uma leve diminuição da diferença. Isso, quando os 74% de publicação de conteúdos sobre Agronegócio de 2014 baixam para 67 % em 2017, enquanto a Agricultura Familiar passou de 26% para 33% nos dois períodos, respectivamente. A explicação aqui é que em 2017 houve um pouco mais de divulgação relativas a Agricultura Familiar porque ocorreu uma chacina em Mato Grosso, com assassinato de nove trabalhadores sem-terra que ocupavam uma área disputada por grandes proprietários rurais da região. O assunto ganhou grandes proporções nos meios de comunicação, nacionais e no Estado de Mato Grosso, que dedicaram bom espaço na cobertura do assunto. Mas mesmo com este caso excepcional de cobertura do massacre a diferença sobre o volume de publicações favoráveis ao Agronegócio ficou bem visível, levando-se a mais uma conclusão: **independentemente dos assuntos corriqueiros, esporádicos e até excepcionais o nível de conteúdos e a qualidade deles, publicados na**

imprensa do país, vão permanecer os mesmos, porque o objetivo não é só e propriamente informar, mas influenciar, criar opinião pública favorável ao modelo social e econômico do Agronegócio.

Em resumo, nos governos de Dilma Rousseff e de Michel Temer, mesmo com seus perfis pessoais e dos respectivos partidos que lhes deram sustentação, PT e MDB – de orientações políticas e ideológicas divergente, já que propalam discursos de esquerda e de direita, respectivamente –, não houve registro significativo de suas influências na cobertura e publicação dos meios de comunicação que pudesse alterar o percentual apurado na pesquisa. Esperava-se que no governo do PT – por sua histórica defesa da valorização da Agricultura Familiar e ligação com movimentos sociais que buscam esse modelo social e econômico popular –, houvesse uma grande influência nos conteúdos da mídia com divulgação de materiais destacando os problemas e importância da Reforma Agrária, além de outras modalidades de acesso à terra por pessoas pobres, mas não isso essa pesquisa não identificou. Enquanto o Agronegócio teve amplo espaço e conteúdos divulgados nas duas gestões. A conclusão aqui é que **a influência governamental na cobertura e publicação dos conteúdos da mídia é menor que os interesses dos grupos políticos e econômicos ligados aos veículos da imprensa, seus anunciantes e sócios.**

Quanto à análise sobre a cobertura da mídia estadual, se pode concluir que essa mesma proporção de publicações para as duas modalidades é mantida, também nos períodos de 2014 e 2017, mesmo que a Agricultura Familiar tenha conseguido um pouco mais de espaço – explicado também pelas publicações sobre a chacina em Mato Grosso. A conclusão anterior pode se aplicar também neste recorte de análise, já que as intenções estratégicas de promover o Agronegócio são replicadas também nos estados. Isso ocorre porque Pará, Maranhão e Mato Grosso apresentam números avantajados em concentração de terras nas posses de poucos – embora também sejam os estados onde há a maior quantidade assentamentos de reforma agrária e o Incra aplica cerca de 60% das suas ações de fomento e desenvolvimento nessas áreas reformadas, repassadas aos agricultores familiares assentados. Mas neste quesito, o peso foi para o Agronegócio, pois a mídia dos três estados tem sistematicamente desvalorizado o público dos assentamentos e, conseqüentemente, da Agricultura Familiar.

Descendo um pouco mais a análise, se pode concluir que **o “Abril Vermelho” não teve qualquer relevância ou influência na cobertura nacional ou estadual dos veículos**

pesquisados no período. Houve apenas algumas publicações, tanto de 2014 e 2017, por alguns veículos no dia 18 de abril – já que o dia 17 é o aniversário do massacre e quando ocorrem as maiores manifestações do período. Em 2014, o Correio Braziliense publica matéria com título “MST bloqueia BRs e pede reforma agrária”, com *box* sobre memória do massacre de Eldorado de Carajás, ocupando 1/6 de página, em caderno de cidade e sem foto, na parte de baixo da página. Já o jornal O Liberal reproduz conteúdo Agência Estado com título “Ativistas dos MST fecham rodovias no DF para lembrar o Massacre” – material sem foto e ocupando 1/8 da página, no meio dela. O curioso aqui é que o Grupo de Comunicação O Estado de São Paulo até produz conteúdo sobre o “Abril Vermelho” e o disponibiliza por meio da sua Agência Estado, mas não o publica na edição do jornal. Intencionalidade de desprestigiar o assunto, eliminar das agendas do público e criar opinião pública de desvalorização do tema estão claros nestas ausências de divulgação, embora o *Newsmaking* de interesse comercial de vender os conteúdos aos veículos de comunicação estaduais tenha sido aplicado. Então, os setores político e o econômico do grupo O Estado de São Paulo entraram em divergência no caso. Ou, por outro lado, atenderam à duas demandas e ganharam em ambas – no político, ao desvalorizarem os atos, e no econômico ao venderem os conteúdos a outros veículos de comunicação.

Em 2017 apenas A Gazeta publica no dia 18 de abril matéria com título “MST ocupa Incra por famílias em barracos de lona”, como principal da página, com três fotos e ocupando 3/4 do espaço total. Ainda na mesma data o jornal publica uma matéria sobre Agronegócio, no caderno de Economia, com o título “Pecuaristas amargam prejuízos” – sobre a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, como principal da página, ocupando a metade do espaço (e chamada na capa). Outras duas matérias sobre carne também ficam com 3/4 da outra metade da mesma página. Aqui fica caracterizado o retrato mais fiel da cobertura da mídia e sua posição político-ideológica, pois mesmo divulgando um fato jornalístico, de ocupação pelo movimento social da sede regional do Incra na capital de Mato Grosso, com bom material – em termos de estrutura de texto, fotos, diagramação e variedade de fontes –, há na mesma edição uma grande preocupação com o impacto econômico das investigações da Polícia Federal, por meio da chamada “Operação Carne Fraca”, sobre fraudes e adulterações na qualidade do produto.

No período analisado de 2014 e 2017 nos estados se pode perceber que a dinâmica local, em termos políticos e econômicos, tem prevalência sobre assentos considerados

nacionais. Isso ficou evidente pelo fato de os jornais do Pará e Maranhão não terem divulgado nenhuma informação sobre o massacre de Mato Grosso ocorrido em 2017 – embora A Gazeta, de MT, tenha feito uma excelente cobertura do assunto, em alguns consecutivos dias após os assassinatos. As disputas políticas no Pará e Maranhão ganham as páginas dos jornais todos os dias, com destaque para os grupos Barbalho e Sarney – nos respectivos estados –, pois são detentores de uma grande estrutura de mídia, composta por veículos impressos, radiofônicos, televisivos e eletrônicos. Estes grupos usam essas estruturas para enfrentamento de adversários políticos e promover os negócios atrelados aos seus empreendimentos, com destaque ao Agronegócio. O mesmo se pode aplicar ao Jornal A Gazeta, que é a maior referência de mídia impressa em Mato Grosso e tem uma grande interligação com os grupos econômicos e políticos do Estado, construído ao longo de três décadas de atuação em comunicação. O Grupo Gazeta é um dos maiores conglomerado de comunicação e mídia da região Centro Oeste do Brasil, com atuação forte em rádio, televisão, jornal e outros meios eletrônicos.

4.7 REFLEXÕES E APONTAMENTOS FINAIS

Com base nesta pesquisa e nas análises feitas, se pode observar que:

- a) os veículos de comunicação da imprensa tratam de forma desigual o viés das diferentes fontes que são defensores do Agronegócio e da Agricultura Familiar, pois no primeiro caso, normalmente, são autoridades políticas ou especialistas em economia e áreas correlatas que têm suas informações, dados, estatísticas e avaliações divulgadas em “espaços nobres” das edições, com riqueza de detalhes e diagramação, fotos e artes bem elaboradas – incluindo cadernos especiais. Enquanto no segundo caso, da Agricultura Familiar, poucas são as fontes, sendo que na maioria das vezes são de movimentos sociais, cujos posicionamentos são divulgados em situações de denúncia que fazem contra violência ou perda de direitos, em espaços pouco valorizados, com pobreza de detalhamento;
- b) também se pode perceber que há diferenças de tratamento por conta do aspecto econômico e social do Agronegócio e da Agricultura Familiar, sendo que no primeiro caso há indicação – de forma explícita ou indireta –, que este setor é rico, poderoso, responsável pelo desenvolvimento do meio rural brasileiro e que traz divisas ao país. Enquanto a Agricultura Familiar vem associada à pobreza e

violência – negando ser essa a que tem a maior quantidade de imóveis rurais do país e produz 70% do alimento que chega à mesa do brasileiro;

- c) no que se refere às marcas de estratificações políticas imbricadas no tratamento jornalístico dos temas relacionados ao Agronegócio e à Agricultura Familiar, a análise apontou que o primeiro segmento é normalmente tratado com deferência especial, com ar de autoridade, que seus representantes são qualificados, que seus defensores são especialistas ou pessoas de sucesso. Enquanto ao segundo, da Agricultura Familiar, fica uma imagem de marginalização, de falta de representante respeitável e com qualificação aceitável;
- d) no conjunto da análise se pode encontrar pistas de certo agendamento ideológico, para ambos os casos, dos modelos do Agronegócio e da Agricultura Familiar. Sendo que as razões e motivações disso estariam ligadas ao aspecto político-econômico das agendas dos dois modelos. Isso acontece pelo perfil dos parceiros, anunciantes e sócios dos grupos de comunicação que gerenciam os jornais com histórico de ligação política e econômica com o setor do Agronegócio. O que não acontece com o modelo da Agricultura Familiar, pois este tem baixa concentração de representatividade política e recursos financeiros – por conta da dispersão de seus integrantes pelo país, prejudicando a integração de ideias e pactuação econômica com grupos de comunicação. Isso tudo influencia e até determina as lógicas da agenda jornalística, definindo pautas e abordagens a serem tratadas pelos veículos da imprensa.

De tudo o que aqui foi apresentado – em termos de dados catalogados, teorias utilizadas e análise aplicada –, se pode concluir que **o modelo social e econômico do Agronegócio foi o escolhido como referência pela elite política e econômica do Brasil** e esse posicionamento tem sua face visível nas coberturas e publicações dos jornais nacionais e estaduais, mapeados nesta pesquisa.

Essas pistas sugerem que apesar de historicamente haver iniciativas de caráter revolucionário, vanguardista em termos politização e cultura na gênese da imprensa brasileira, com o passar do tempo e o desenvolvimento do país, os grupos de comunicação que ganharam destaque e se tornaram mais fortes nos aspectos econômicos, simbólicos (imagéticos) e políticos são aqueles que se vincularam de alguma maneira ao setor primário,

agropecuário que é uma base da economia brasileira. São aqueles criados, mantidos ou com relação político-ideológica com empresários ligados ao meio rural – direta ou indiretamente.

Como a posse da terra no Brasil sempre foi sinônimo de poder e riqueza, pois ela é a grande provedora dos recursos minerais e agropecuários exportados como bens / *commodities*, os latifundiários eram os que detinham recursos financeiros suficientes para adquirir modernos e caros equipamentos de impressão (depois, radiofônicos e televisivos), além de contratar profissionais especializados – como gráficos e jornalistas. Assim, eles eram e são donos ou maiores anunciantes dos veículos de mídia do Brasil, o que os torna altamente influentes das escolhas, seleções e direcionamento da linha editorial das maiores empresas de comunicação e, conseqüentemente, na definição das pautas das reportagens, bem como nos discursos nelas apresentados.

Desta forma, considera-se que houve e há uma “relação íntima” da imprensa brasileira com o latifúndio, com os grandes produtores agropecuários, podendo esta ligação ser tão densa e intensa que os meio de comunicação sejam obrigados a dar mais destaque, a valorizar as informações relacionadas às experiências de sucesso sobre o Agronegócio, às atividades agropecuárias de larga escala e exportadora. Isso, em detrimento das informações sobre a Agricultura Familiar relacionadas a assentamentos de reforma agrária, remanescentes de quilombo e comunidades tradicionais.

Essa predileção da mídia pelo Agronegócio pode ter reflexo nas abordagens feitas pela imprensa relativas às questões agrárias e fundiárias, na valorização ou não da Agricultura Familiar, nos movimentos reivindicatórios pela reforma agrária, de regularização de áreas de remanescentes de quilombo – cujos atores podem ter interesses inversos aos dos grupos políticos e econômicos que mantêm estas “boas relações” com os proprietários de empresas de comunicação.

A conclusão encontrada no recorte pesquisado mostra que **a posição do Agronegócio vem sendo mostrada como superior pelos meios de comunicação brasileiros**, em comparação com a apresentada pela Agricultura Familiar, pelos movimentos sociais.

Este confronto de ideias, ideologias, discursos, maneira de ver e compreender o mundo, sua relação com o meio rural e as questões agrária e fundiária, divulgando conteúdos

pelos defensores dos dois modelos de desenvolvimento sociais e econômico, poderia até levar ao surgimento de crises institucionais nos governos, na política, economia e, conseqüentemente, com alguma divulgação na imprensa do país. Mas não foi o que a pesquisa identificou. Ao contrário, ela apontou haver **eclipsação e até uma campanha velada de criminalização dos movimentos sociais defensores da Agricultura Familiar, como tentativa de parar / inviabilizar suas iniciativas de propagação de ideias** ou no mínimo reduzir as avaliações positivas de imagem, discurso e agendamento dos temas nas discussões cotidianas das pessoas.

Portanto, infere-se a **existência de uma “relação umbilical”, comercial e ideológica entre grandes veículos da imprensa e grupos ruralistas** – representados por exportadores de bens agropecuários, contrários à promoção da Agricultura Familiar, à reforma agrária e outras formas de democratização de acesso à terra no Brasil.

Naturalmente são pistas verificáveis na produção de sentido presente na construção discursiva deste quadro investigado, mas servem para relevar uma tendência que, entende-se, se consolida entre as organizações jornalísticas do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; 2016.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento** - Fragmentos Filosóficos.1947. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto; 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

_____, Pierre. **Poder Simbólico**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____, Pierre. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____, Pierre. CHAMBOREDON, Jean-claude. PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: Metodologia da pesquisa na Sociologia**. 6ª edição. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2007.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. São Paulo. Martins Fontes Editora, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Edições Loyola, 3ª edição. São Paulo/SP. 1996.

_____, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, Françoise e HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pecheux**. 3ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas in STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: o debate da década de 90**. 2ª edição. São Paulo; Expressão Popular. 2013

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política**. São Paulo: Loyola; 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra S.A, 1977.

HOHFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (orgs.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes; 2015.

IANNI, Octavio. **A Luta pela Terra**, Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 1978.

_____. Octavio. **A era da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JACQUEMAIN, Marc; FRÈRE, Bruno. **Épistémologie de la sociologie**: Paradigmes pour le XXI^e siècle. Bruxelles, Belgique: Éditions de Boeck Université; 2008 (**PLEYERS** Geoffrey: *Épistémologie de la sociologie. Sociologie de l'action et enjeux sociétaux chez Alain Touraine*" p. 74).

MAGALHÃES, Manuel Vilela de. **Produção e Difusão da Notícia**. São Paulo: Editora Atlas; 1979.

MARTINS, Ana Luiza, e LUCA, Tania Regina de. (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo. Editora Contexto, 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea; São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **História dos movimentos sociais no campo** / Leonilde Sérvalo de Medeiros. — Rio de Janeiro FASE, 1989.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Livro eletrônico - Disponível em: http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/joao_cabral.pdf - acessado em 20.11.2017.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História**: das cavernas ao Terceiro Milênio. 1^a edição, São Paulo: Editora Moderna, 1997.

NEPOMUCENO, Eric. **O Massacre: Eldorado do Carajás**: uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007. – Disponível em http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf

PINTO, Milton José. **Comunicação e Discurso**: Introdução a análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

RANIERI, S.B.L, **Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil** in SPAROVEK, Gerar (coord.) **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileiras**. . São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

SANTAELLA, Lúcia. NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5^a edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SPAROVEK, Gerar. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo; Expressão Popular. 2005

_____, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 90**. São Paulo; Expressão Popular. 2013

SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. 4ª edição, Brasília; Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. - Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1111/749413.pdf?sequence=4&isAllowed=y>

SILVA, José Gomes da. **A Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro;. Zohar Editores, 1971.

TOURAINÉ, Alan. **Poderemos Viver Juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis, R.J: Editora Vozes, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “**Franja Periférica**”, “**Pobres do Campo**”, “**Camponeses**”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares in DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. orgs.. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de massa**. São Paulo; Martins Fontes, 2005

Documentos e textos eletrônicos:

BRASIL - **Constituição da República Federativa do Brasil**

Disponível em https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html/arquivos/Constituiode1988.pdf

(Acesso em: 19 fev. 2019)

BRASIL - **Decreto nº 59.456**, de 4 de novembro de 1966

Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59456-4-novembro-1966-399970-publicacaooriginal-38471-pe.html>

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL - **Decreto nº 91.766**, de 10 de outubro de 1985

Disponível em

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL - **Decreto-lei nº 2.363**, de 21 de outubro de 1987.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2363.htm

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL - **Decreto-lei nº 1.110**, de 9 de julho de 1970.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL - **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm
Acesso em: 13 mai 2019.

BRASIL / CONAB - **Safra de grãos mantém aumento de área e produção está em 234 milhões de toneladas**

Disponível em <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/2694-safra-de-graos-mantem-aumento-de-area-e-producao-esta-em-234-milhoes-de-t>

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL / IBGE - **500 anos de povoamento** / IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2007. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>

Acesso em: 19 fev. 2019

BRASIL / IBGE - **Censo 2010**: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas

Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-populacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL / IBGE – **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**

Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios>

Acesso em: 13 mai 2019.

BRASIL / INCRA - **Números da Reforma Agrária.**

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>
Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL / MAPA – **Plano Agrícola e Pecuário 2018 / 2019**

Disponível em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/copy_of_PlanoAgricolaePecurio20182019.pdf

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL / MAPA - **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**

Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>

Acesso em: 13 mai 2019.

BRASIL / MAPA - **Pronaf: o programa de democratização, inclusão, gestão e geração de renda da agricultura familiar**

Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/pronaf-o-programa-de-democratiza%C3%A7%C3%A3o-inclus%C3%A3o-gest%C3%A3o-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-renda-da-agricultura>

Acesso em: 13 mai 2019.

BRASIL / MAPA - Pronaf e Pronamp terão os maiores orçamentos de suas histórias no Plano Safra

Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pronaf-e-pronamp-terao-os-maiores-orcamentos-de-suas-historias-no-plano-safra>

Acesso em: 20 jun 2019.

BRASIL / MAPA - Exportações do agronegócio garantiram superávit da balança comercial

Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/noticias/exportacoes-do-agro-garantiram-superavit-da-balanca-comercial>

Acesso em: 19 fev 2019.

BRASIL / MAPA - Exportações do agronegócio garantiram superávit da balança comercial

Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/noticias/exportacoes-do-agro-garantiram-superavit-da-balanca-comercial>

Acesso em: 19 fev. 2019.

BRASIL / MDA - 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar

Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>

Acesso em: 28 jun. 2019.

CONTAG – A CONTAG

Disponível em

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=227&nw=1>

(acessado em 13.05.2019)

A GAZETA DIGITAL - Bilhões de exportações do agronegócio não retornam a Mato Grosso

Disponível em <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/economia/bilhes-de-exportaes-do-agronegocio-no-retornam-a-mato-grosso/569609>

Acesso em: 28 jun. 2019.

ANJ - Google faturou US\$ 4,7 bilhões com setor de notícias em 2018, diz estudo

Disponível em <https://www.anj.org.br/site/component/k2/97-midia-nacional/20474-google-faturou-us-4-7-bilhoes-com-setor-de-noticias-em-2018-diz-estudo.html>

Acesso em: 10 jan 2019.

ANJ - Publicidade em edições impressas de jornais e revistas tem alta confiança da audiência, indica estudo da NMA

Disponível em <https://www.anj.org.br/site/component/k2/73-jornal-anj-online/20043-publicidade-em-edicoes-impressas-de-jornais-e-revistas-tem-alta-confianca-da-audiencia-indica-estudo-da-nma.html>

Acesso em: 10 jan 2019.

ARQUEOVOX - Laki, Islândia, 1783: o vulcão que desencadeou a revolução francesa?

Disponível em http://arqueovox.com/ax_laki-islandia-1783-o-vulcao-que-desencadeou-a-revolucao-francesa.html

Acesso em: 22 fev. 2018.

CNASI – História da luta dos servidores do Incra

Disponível em

http://www.cnasi.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=693:cnasi-completa-30-anos-em-defesa-da-reforma-agraria-do-incra-e-de-seus-servidores&catid=1:ultimas&Itemid=34%20

Acesso em: 22 fev. 2017.

CPANTIGUIDADE - Ramsés III e a primeira greve mencionada pela História

Disponível em <https://cpantiguidade.wordpress.com/2009/11/13/ramses-iii-e-a-primeira-greve-mencionada-pela-historia/>

Acesso em: 19 fev. 2019.

INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social – Vozes silenciadas: A cobertura da mídia sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Disponível em - <http://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv003vozmst.pdf>

Acesso em: 19 fev. 2019.

MEIO E MENSAGEM - Circulação digital dos grandes jornais cresce no Brasil

Disponível em <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2019/01/30/circulacao-digital-dos-grandes-jornais-cresce-no-brasil.html>

Acesso em: 10 jan 2019.

MST – Massacre de Eldorado do Carajás

Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/96>

Acesso em: 19.02.2019.

_____ – Em manifesto, MST denuncia a criminalização e a violência no campo

Disponível em <http://www.mst.org.br/2017/05/06/em-manifesto-mst-denuncia-a-criminalizacao-e-a-violencia-no-campo.html>

Acesso em: 19.02.2019

PORTAL CTB - Como os operários do Egito Antigo fizeram a primeira greve da história.

Disponível em: <https://portalctb.org.br/site/noticias/internacional/como-os-operarios-do-egito-antigo-fizeram-a-primeira-greve-da-historia>

Acesso em: 19 fev. 2019.

PROPMARK - Jornais e revistas movimentam R\$ 8 bilhões com publicidade

Disponível em <http://propmark.com.br/midia/jornais-e-revistas-movimentam-r-8-bilhoes-com-publicidade>

Acesso em: 10 jan 2019.



Campus I - QS 07 – Lote 01 – EPCT – Águas Claras – Brasília – DF CEP: 71966-700 - (61) 3356-9000
Campus Avançado Asa Norte - SGAN 916 Módulo B Avenida W5 - CEP: 70790-160 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3448-7134
Campus Avançado Asa Sul - SHIGS 702 Conjunto 2 Bloco A - CEP: 70330-710 - Brasília/DF - Telefone: (61) 3226-8210